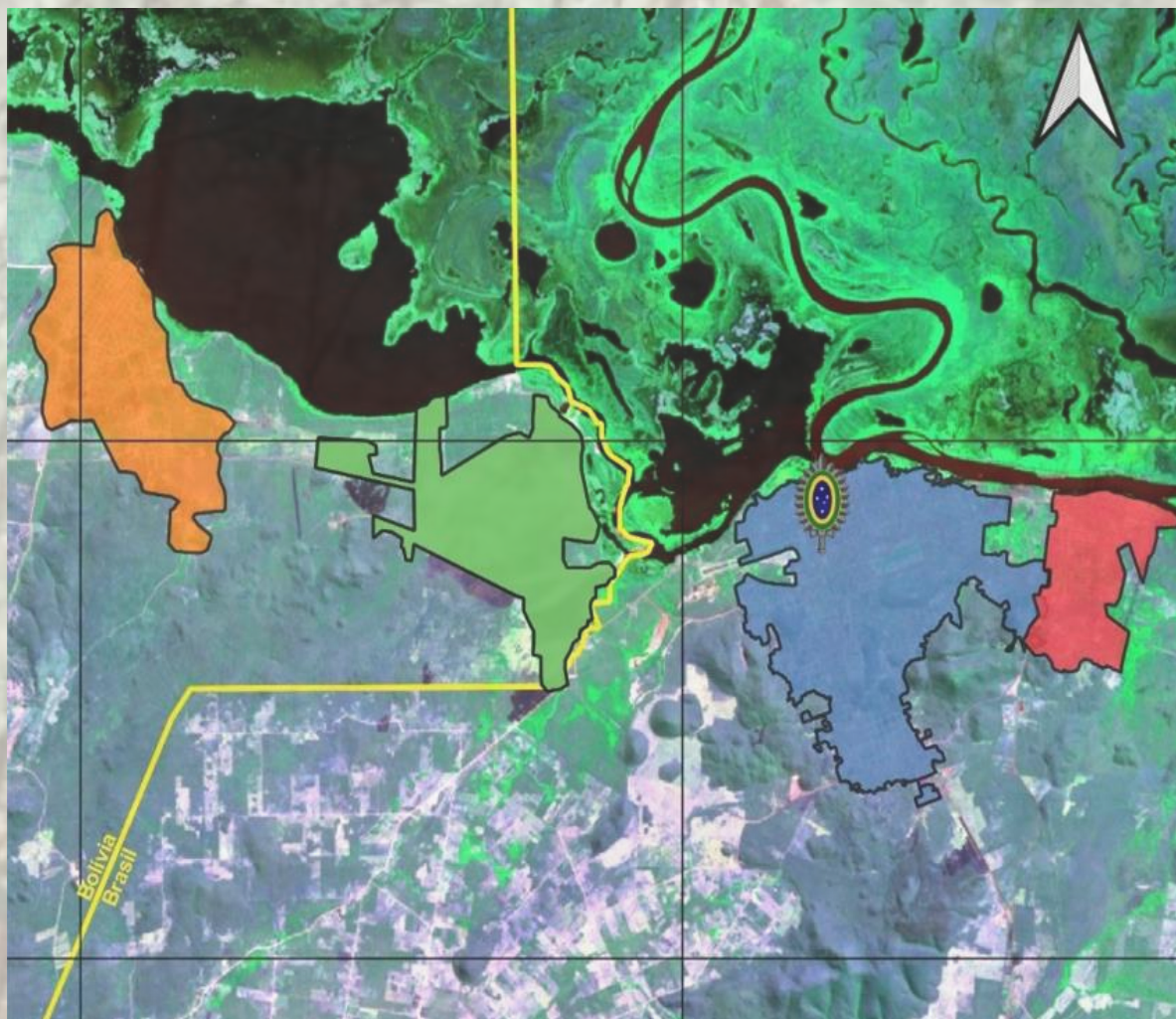


Os impactos socioespaciais da presença do 17º Batalhão de Fronteira para o município de Corumbá-MS/Brasil



Eduardo Freitas Gorga



Pantanal Editora

2020

Eduardo Freitas Gorga

**OS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DA PRESENÇA DO
17.º BATALHÃO DE FRONTEIRA PARA O
MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS/BRASIL**

Mapa da capa

Rafael Rocha Sá, 2020.

Fonte: USGS. Datum: SIRGAS. Sistema de Coordenadas: UTM 21 S.



Pantanal Editora

2020

Copyright[©] Pantanal Editora
Copyright do Texto[©] 2020 Os Autores
Copyright da Edição[©] 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capa: Canva.com e Rafael Rocha Sá (mapa).

Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G667i	<p>Gorga, Eduardo Freitas. Os impactos socioespaciais da presença do 17º Batalhão de Fronteira para o município de Corumbá-MS/Brasil [recurso eletrônico] / Eduardo Freitas Gorga. – Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2020. 88p.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-36-9 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319369</p> <p>1. Brasil – Forças armadas – Corumbá (MS). I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 341.58</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Dedico este trabalho aos heróis
desbravadores do passado, que, a
custo de muito suor e sangue,
estabeleceram e defenderam a fronteira
pantaneira brasileira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me permitir concluir mais essa etapa de crescimento pessoal e acadêmico.

À minha família, por permanecer quatro anos nesta fronteira para que conquistássemos essa vitória, me incentivando em todos os momentos desta empreitada.

À minha orientadora, Professora Dr.^a Elisa Pinheiro de Freitas, pela disponibilidade permanente, apoio e condução precisa do rumo desta dissertação. Com esforço, mesmo nas orientações remotas, soube me dar o amparo necessário para vencer os desafios e as limitações impostas pela pandemia da Covid-19.

Ao Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, por ter aceitado o convite para compor esta banca, pelas sugestões e observações muito oportunas, além das contribuições para as formulações das minhas análises.

Ao Prof. Dr. Mateus de Almeida Prado Sampaio, por ter aceitado o convite de integrar esta banca, pelas críticas construtivas bastante pertinentes, pela leitura cuidadosa e detalhada de todo o conteúdo apresentado e pelos comentários para a melhoria do trabalho.

Ao 17.^o B Fron por inspirar e ser o principal sustentáculo desse estudo.

À sociedade corumbaense pelo acolhimento, desde dezembro de 2016, e pela contribuição voluntária no desenvolvimento do projeto de pesquisa.

À UFMS, em especial ao Campus Pantanal, pelo ensino de excelência incontestável.

Finalmente, aos colegas, pelos debates, pela cooperação e pela camaradagem ao longo do curso.

Repelir o inimigo ou sepultar-se debaixo das ruínas do Forte.

Tenente-Coronel Ricardo Franco

PREFÁCIO

A obra “Os impactos socioespaciais da presença do 17.º Batalhão de Fronteira (17.º B Fron) para o município de Corumbá-MS/Brasil”, de Eduardo Gorga Freitas, constitui importante contribuição para o entendimento da territorialidade militar que se verifica na fronteira oeste do Brasil, precisamente onde se situa a conurbação formada pelas cidades de Corumbá e Ladário (Mato Grosso do Sul/Brasil) e Puerto Quijarro e Puerto Suarez (Província de Santa Cruz de La Sierra/Bolívia).

Tendo feito amplo levantamento bibliográfico para discutir os processos históricos que conformaram essa região fronteira polarizada por Corumbá-MS, Eduardo busca oferecer ao leitor informações bastante precisas de como a presença das três forças armadas do Brasil, a saber: Marinha, Exército e Aeronáutica são imprescindíveis, não apenas por resguardar a segurança na/da fronteira do Brasil, como também contribui economicamente com os municípios graças à demanda por serviços (moradias, bens, mercadorias e editais licitatórios), haja vista a massa salarial dos servidores vinculados a essas instituições. Contudo, o foco dos estudos foi demonstrar a importância do 17.º B Fron para a sociedade corumbaense, cuja origem remonta ao século XVIII, com a criação da Vila de Albuquerque. Com o advento da Guerra do Paraguai (1864-1870), o EB, com seus oficiais e praças, teve pertinência decisiva para a dissuasão das tropas adversárias.

A obra também demonstra a percepção que os munícipes de Corumbá possuem em relação à presença do 17.º B Fron e, diga-se de passagem, trata-se de uma percepção positiva, a tal ponto que, quando o Ministério da Defesa, em 2017, aventou extinguir/ transferir o Comando da 18.ª Brigada de Infantaria de Fronteira, a classe política local mobilizou-se e exigiu a manutenção dessa Brigada no município de Corumbá. No decurso do ano de 2020, com a pandemia da Covid-19 e com os graves incêndios que acometeram o bioma do Pantanal, o 17.º B Fron foi fundamental para auxiliar nos processos de descontaminação de locais de circulação de pessoas (os Postos de Fronteira, o Aeroporto de Corumbá, dentre outros) bem como atuar junto às instituições que participaram no combate aos incêndios. Por fim, é indiscutível a importância da mobilização das tropas do 17.º B Fron para a execução de operações bem sucedidas no combate ao contrabando e ao comércio de ilícitos, com destaque para a reconhecida Operação Ágata. Todas as questões apresentadas aqui foram devidamente abordadas com bastante esmero e afincado pelo autor, o que faz dessa obra uma referência para os estudos de segurança na/da fronteira e de Geografia Política.

Prof.ª Dr.ª Elisa Pinheiro de Freitas

Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEF/UFMS)

APRESENTAÇÃO

O presente estudo teve por objetivo verificar a atual importância do 17.º Batalhão de Fronteira para a sociedade corumbaense. A fim de orientar logicamente o raciocínio descritivo do trabalho, foram formulados objetivos específicos que nortearam as partes do trabalho. Primeiramente, foi apresentada a fronteira local, bem como a territorialidade militar sobre a área, salientando os benefícios socioespaciais relacionados à presença do Batalhão em Corumbá. Anualmente, neste município, cerca de cento e cinquenta recrutas são incorporados às fileiras da Força Terrestre, por meio do 17.º B Fron. Nesse sentido, os vencimentos salariais dos militares movimentam a economia local. Ainda, o Exército proporciona emprego e oportunidades de especialização aos jovens, a partir dos dezoito anos de idade.

Depois, constaram os resultados da pesquisa de opinião aplicada junto à sociedade local e as respectivas análises, especialmente quanto ao emprego do Batalhão para a segurança da fronteira Corumbá–Puerto Quijarro/BOL. Além disso, salienta-se que a proposta de ação revelou, após o preenchimento do questionário, alguns dos crimes passíveis de ocorrerem na capital do Pantanal. Depois, ainda, foram citados os desafios nacionais, atuais, vivenciados na Cidade Branca, com destaque para a contenção da propagação da pandemia da Covid-19 e para a cooperação no combate aos incêndios do Pantanal, cujo emprego do Exército foi amplo em ambos os casos. Por fim, o trabalho possibilitou ratificar a relevância da atuação do 17.º B Fron para a segurança local, com o emprego conjunto de militares e forças auxiliares, contribuindo para o próspero futuro dos cidadãos residentes nesta cidade.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

17.º BC	– 17.º Batalhão de Caçadores
17.º B Fron	– 17.º Batalhão de Fronteira
18.ª Bda Inf Fron	– 18.ª Brigada de Infantaria de Fronteira
21.º BC	– 21.º Batalhão de Caçadores
3.º Sgt	– 3.º Sargento
6.º BPM	– 6.º Batalhão de Polícia Militar
Agesa	– Armazéns Gerais Alfandegários
Agetrat	– Agência Municipal de Trânsito de Corumbá
Aman	– Academia Militar das Agulhas Negras
Batalhão	– Btl
BOL	– Bolívia
BR	– Brasil
Cb	– Cabo
CEE/Eceme	– Centro de Estudos Estratégicos da Eceme
CEEEEx	– Centro de Estudos Estratégicos do Exército
CEP	– Comitê de Ética em Pesquisa
CMO	– Comando Militar do Oeste
Covid-19	– Coronavírus disease 2019
CPF	– Cadastro de Pessoa Física
CRE – 3	– Coordenadoria Regional de Educação de Corumbá
EB	– Exército Brasileiro
Eceme	– Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Embrapa	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enem	– Exame Nacional do Ensino Médio
ESG	– Escola Superior de Guerra
EUA	– Estados Unidos da América
FFAA	– Forças Armadas
Ibama	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio	– Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Irsa	– Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
LBDN	– Livro Branco de Defesa Nacional
Mercosul	– Mercado Comum do Sul

MG	– Minas Gerais
MS	– Mato Grosso do Sul
MT	– Mato Grosso
OSP	– Órgãos de Segurança Pública
PEB	– Política Externa Brasileira
PR	– Paraná
PSC	– Projeto Soldado Cidadão
RG	– Registro Geral
Sd EP	– Soldado do Efetivo Profissional
Sd EV	– Soldado do Efetivo Variável
TCLE	– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRE	– Tribunal Regional Eleitoral
UFMS	– Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Unesp	– Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
INTRODUÇÃO	12
OS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DO 17.º B FRON PARA CORUMBÁ-MS	18
A fronteira de Corumbá-MS.....	18
A territorialidade militar regional.....	23
O efetivo de soldados recrutas incorporados no 17.º B Fron em 2019	29
Dados do relatório da Seleção Complementar do Batalhão	30
O impacto econômico para Corumbá com a presença do Batalhão	31
O viés social do Projeto Soldado-Cidadão (PSC).....	35
RESULTADOS DA PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE O EMPREGO DO 17.º B FRON PARA A SEGURANÇA DA FRONTEIRA CORUMBÁ–PUERTO QUIJARRO (BOL)	38
Resultados e análises – Identificação do participante.....	39
Resultados e análises – Possíveis crimes na fronteira de Corumbá.....	42
Resultados e análises – A importância do 17.º B Fron para a segurança local.....	51
Resultados e análises – Pesquisa social (ex-integrante do Btl).....	60
OS DESAFIOS NACIONAIS ATUAIS NESTA FRONTEIRA	67
O emprego conjunto de militares e de forças auxiliares	67
A atuação do 17.º B Fron no decorrer da pandemia (Covid-19).....	72
A cooperação militar no combate dos atuais incêndios no Pantanal.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	84
ÍNDICE REMISSIVO	87

INTRODUÇÃO

Desde sua fundação (1842)¹ até os dias atuais, o 17.º B Fron exerce relevante papel para a segurança da fronteira brasileira (Corumbá-Brasil/Puerto Quijarro-Bolívia). Inicialmente, convém esclarecer uma das motivações do presente estudo. Em maio de 2016, a sociedade corumbaense foi informada que a 18.ª Brigada de Infantaria de Fronteira (18.ª Bda Inf Fron) seria desativada.² Com isso, a classe política local, representante dos anseios do povo, dirigiu-se a Brasília com a finalidade de demover a decisão tomada pelos altos escalões militares, junto ao Ministro da Defesa.³ Assim sendo, em setembro do mesmo ano a situação foi revertida e a 18.ª Bda Inf Fron seguiu mantendo as suas tradições neste longínquo rincão do Brasil.⁴

Em que pese a 18.ª Bda Inf Fron também estar situada na Cidade Branca, o 17.º B Fron foi a tropa escolhida como referência a fim de levantamento, tabulação e apresentação de dados, uma vez que é a fração militar do Exército Brasileiro (EB), nível unidade, de emprego operacional existente nesta fronteira.

Como objetivo geral, o presente trabalho busca demonstrar os impactos socioespaciais da presença do 17.º B Fron para a sociedade corumbaense. Para tanto, deverá responder ao seguinte problema: os cidadãos brasileiros da sociedade corumbaense, nos dias atuais, possuem conhecimento da importância da presença do 17.º B Fron para coibir as ameaças à soberania nacional e contra a integridade territorial desta fronteira?

Em busca da solução do problema formulado, com orientação lógica do raciocínio descritivo do estudo, e para a consecução do objetivo geral da dissertação, foram elencados os seguintes objetivos específicos: apresentar os benefícios para Corumbá relacionados à presença do 17.º B Fron; analisar a opinião da sociedade local quanto ao emprego do Batalhão para a segurança da fronteira Corumbá – Puerto Quijarro/BOL; e citar a participação do Batalhão nos desafios nacionais atuais vivenciados na fronteira em estudo.

A territorialidade militar local é patente diante da presença e da influência das Forças Armadas na região, com marcante atuação na Guerra do Paraguai, ocorrida na segunda metade do século XIX. Na historiografia nacional, o município de Corumbá e o EB partilham a segurança e a defesa da faixa de fronteira oeste do país.

¹ Em 14 de maio de 1842, ocorreu a criação do Corpo Provisório de Caçadores de Minas Gerais, em Ouro Preto. Em 28 de junho de 1865, sua fusão com o Corpo Provisório de São Paulo resultou na ativação do 21.º BC, para a Guerra da Tríplice Aliança. A partir de 1920, passou a ser denominado de 17.º BC e, em 1994, passou a ser chamado de 17.º B Fron.

² Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=85713>. Acesso em: 18 out. 2020.

³ Disponível em: <http://www.namidiams.com.br/geral/ministro-mostrou-se-sensivel-a-reivindicacao-decorumba-afirma-paulo-d/1001/>. Acesso em: 18 out. 2020.

⁴ Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=88039>. Acesso em: 18 out. 2020.

Corumbá é que no recôndito do território nacional traduzirá a poderosa força de atração do Atlântico Sul, ao mesmo tempo em que motivará a segunda transcontinental sul-americana se se considera a concordância da ligação Santa Cruz–Corumbá com as comunicações já existentes e enfeixadas por La Paz (Travassos, 1935).

Na obra *Projeção Continental do Brasil* verificam-se os imperativos geopolíticos da América do Sul. O autor, Travassos (1935), cujas ideias inspiraram os eixos rodoviários do país por meio de ligações transversais do Brasil com a Bolívia e o Paraguai, além de estradas longitudinais para integrar o território dos estados e das regiões brasileiras, explica a necessidade dos altos escalões políticos e estratégicos do país planejarem o avanço para o oeste brasileiro, valorizando os relacionamentos com os vizinhos platinos e a projeção regional.

Com efeito, as ligações transversais representam a possibilidade de saídas no Atlântico para quatro países andinos (Chile, Peru, Equador e Colômbia) e para dois países mediterrâneos (Bolívia e Paraguai). Considerando o predomínio indiscutível do Atlântico sobre o Pacífico, restam evidentes os chamamentos econômicos que provocarão, em primeira urgência, as transcontinentais desse gênero (Travassos, 1935).

No mesmo sentido, o papel estratégico de Corumbá advém de sua fundação, em 21 de setembro de 1778. Tal período foi cenário de demarcações de terras e de disputas territoriais entre Portugal e Espanha. Contudo, antes do fim da terceira década do século XIX, os países platinos vizinhos (Argentina, Uruguai e Paraguai) já haviam conquistado as suas independências. Até então, eles faziam parte do Vice-reino do Prata, uma possessão espanhola (Koshiba, 1996).

No contexto geopolítico, o Estado deve buscar três objetivos: controlar várias saídas para o mar (preferencialmente para mares diferentes), dominar todas as bacias hidrográficas e ampliar o seu domínio até os limites que o tráfego possibilite (Travassos, 1935). No subcontinente sul-americano existem dois antagonismos geográficos naturais, um entre os oceanos Atlântico e Pacífico, e outro das bacias platina e amazônica. O primeiro, separado pela Cordilheira dos Andes, e o segundo, pelo planalto da Bolívia.

Em dezembro de 1864, a província do Mato Grosso (MT) foi invadida no contexto da Guerra do Paraguai (Koshiba, 1996). Anteriormente, o Uruguai, “Estado tampão”, situado entre o Sul do Brasil e a Argentina, após a sua independência, em 1828, deveria ter adotado uma posição de neutralidade, porém firmou aliança com a Argentina. Por conseguinte, estavam em risco os interesses brasileiros no Uruguai⁵, bem como a navegação pela bacia dos rios Paraná e Paraguai (Arruda, 2003).

No período, a disputa regional estava em aberto, com influência da Argentina, pois aproveitava os recursos navegáveis da bacia do Rio da Prata, em detrimento do Brasil. Travassos (1935) destaca o mútuo relacionamento do Uruguai com Brasil e Argentina, com suas prioridades direcionadas para o Prata.

A vinculação uruguaio-brasileira se traduz pela produção e pela gente, absolutamente idênticas, onde os tratos de territórios se assemelham. O gaúcho, com o seu feitio peculiar, vivendo à

⁵ Por meio do Uruguai, o Brasil mantinha a segurança das suas fronteiras no sul e sua ascendência regional, motivo pelo qual na Guerra do Uruguai, também referida como Guerra contra Aguirre, entre 10 de Agosto de 1864 e 20 de fevereiro de 1865, aliou-se ao Partido Colorado em oposição ao governante Partido Blanco do Uruguai.

superfície, a mesma identidade do subsolo. A vinculação uruguaio-argentina se verifica de outro modo. O Prata serve de eixo para a circunvolução das atrações. O estuário platino é o polo irresistível. Como não bastasse Buenos Aires, defronte a Colônia criou-se La Plata, quase a meia distância entre Buenos Aires e Montevidéu. Com o Brasil, laços sentimentais entretidos pela simplicidade de interesses pastoris e agrícolas. Com a Argentina, algo de mais importante, interesses comerciais e militares de monta, criados e homogeneizados pelo Prata e seu estuário (Travassos, 1935).

Quanto ao Paraguai, “Todas as ações político-econômicas se relacionam direta ou indiretamente com o mar” (Travassos, 1935). Nessa voga, com desejo de autonomização em relação aos países vizinhos, o Paraguai buscava uma saída para o mar, o que seria facilitado caso controlasse a trafegabilidade no Rio Paraguai para escoamento da sua produção pelo Oceano Atlântico.

A guerra ocorreu em uma região estratégica, na segunda metade do século XIX, na Bacia do Prata, com participação do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai. Sobre a importância da área em questão, Skidmore (1998) ressalta que depois do Rio Amazonas, o sistema hidrográfico do Rio da Prata é o maior da América do Sul. Dessa maneira, desde então, o Paraguai evidenciou ambições sobre a área, pois possuía o sonho expansionista de formar o Grande Paraguai, que abrangeria também Corrientes e Entre Rios (Argentina), o Uruguai, o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso.⁶

Com a invasão do Forte de Coimbra, por cerca de 750 homens da infantaria paraguaia, sob forte bombardeio, o Coronel brasileiro Portocarrero buscou refúgio para a sua tropa em Corumbá, sendo perseguido pelos paraguaios comandados pelo Coronel Barrios. Diante desse quadro, outro Coronel brasileiro, Carlos Augusto de Oliveira, determinou a evacuação de Corumbá (Faria, 2015). Apesar disso, em abril de 1868, Corumbá foi evacuada pelos paraguaios, fato confirmado pelo governo mato-grossense com o envio de uma patrulha de reconhecimento, em 17 de agosto daquele ano (Faria, 2015).

Dessa maneira, após a Guerra da Tríplice Aliança⁷, o porto de Corumbá consolidou a sua importância para a Bacia do Prata, com a retomada do fluxo de embarcações mercantes, influenciando decisivamente para a impulsão da economia platina (Freitas, 2017).

Nesse sentido, a política externa brasileira (PEB), nas últimas décadas do século XX, estreitou relações diplomáticas com a Argentina, cooperando para a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), formalizado pelo Tratado de Assunção em 1991.⁸ Assim sendo, no que tange à segurança nacional, a aproximação do Brasil com os demais países fronteiriços revalorizou a circulação pelo Rio Paraguai, aos moldes das últimas décadas do século anterior, influenciando parcerias e afastando ressentimentos do passado.

⁶ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Paraguai. Acesso em: 18 out. 2020.

⁷ Entre 1864 e 1870, enfrentaram-se Paraguai e Tríplice Aliança – integrada por Brasil, Argentina e Uruguai – no maior conflito armado entre países da América do Sul. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5635-republica-do-paraguai>. Acesso em: 18 out. 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Uruguai. Acesso em: 18 out. 2020.

⁸ Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documento/tratado-asuncion-constitucion-mercado-comun>. Acesso em: 18 out. 2020.

Em 2008, o General brasileiro Sérgio Etchegoyen, à época Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), em apresentação realizada na Universidade Internacional da Flórida (Miami-EUA), ao abordar a cooperação militar na América do Sul, salientou que as relações internacionais podem gerar conflitos ou associações, ambos de variadas naturezas e intensidades (CEE/ Eceme, 2008).⁹

Nesse ínterim, PEB mantém a integração sul-americana como objetivo estratégico, como se observa no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) para a preservação da paz na região e como elemento fundamental do desenvolvimento socioeconômico (BRASIL, 2012). Além do que, reza a Carta Magna em seu artigo 1.º que a Soberania é o fundamento n.º I do Estado Democrático de Direito, assim definida pela Escola Superior de Guerra (ESG):

[...] a ESG entende a soberania como a manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais nações, em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em seus assuntos internos, nem participação em atos dessa natureza em relação a outras nações. [...] No âmbito externo, a soberania traduz a ideia de igualdade de todos os Estados na comunidade internacional. O Estado não depende de nenhum poder supranacional e só se considera vinculado pelas normas de direito internacional resultantes de tratados livremente celebrados (BRASIL, 2019).

Ademais, o município de Corumbá está situado no bioma do Pantanal. De acordo com Terra (2013), a região é alvo de pesca predatória, garimpo de ouro e pedras preciosas, turismo descontrolado, assoreamento e poluição de rios, tudo fruto do crescimento populacional e da expansão do agronegócio, da soja e do algodão. Com isso, cabe destacar que:

O Pantanal situa-se no sul do MT e no noroeste do Mato Grosso do Sul (MS), além de se estender pelo norte do Paraguai e leste da Bolívia. Assim, interliga a Bacia Amazônica e a Bacia Platina, formando um corredor biogeográfico que dispersa variada flora e fauna alimentada por um fluxo constante de nutrientes provenientes das inundações (Terra, 2013).

Referente ao passado, a Guerra da Tríplice Aliança justifica o presente estudo pela evidente relevância da presença do EB em Corumbá, durante o conflito, que foi fundamental para a evolução da doutrina militar do país. Nesse ínterim, como exemplo de inovação no campo de batalha, o Portal de Doutrina do Exército descreve que nos combates foram utilizados balões para observação aérea, contribuindo para as tomadas de decisões dos chefes militares.¹⁰ Até então, o Exército seguia as doutrinas militares portuguesas¹¹, por meio das Ordenanças de Infantaria do Exército de Portugal, adaptadas pelo Marquês de Caxias¹², Ministro da Guerra em 1861.

Após a Guerra do Paraguai, o Exército foi novamente testado em novos combates, dessa vez no âmbito interno. Fruto das dificuldades encontradas na Guerra de Canudos (1896–1897) ocorreu a Reforma

⁹ Centro de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2008).

¹⁰ Disponível em: http://www.cdoutex.eb.mil.br/vocesabia/voce_sabia_16.html. Acesso em: 18 out. 2020.

¹¹ Disponível em: [http://www.ahimtb.org.br/A%20GUERRA%20DO%20PARAGUAI%20\(1\)%20COMPLETO%202020.pdf](http://www.ahimtb.org.br/A%20GUERRA%20DO%20PARAGUAI%20(1)%20COMPLETO%202020.pdf). Acesso em: 18 out. 2020.

¹² Designado, em 13 de março de 1962, o patrono do EB, transformando-se na figura mais importante da tradição militar brasileira.

do Ensino (1905), a Grande Reforma (1908) e a Missão Indígena (1919 a 1922), culminando na Missão Militar Francesa no Brasil e na adoção da Doutrina Militar Francesa¹³, entre 1920 e 1940. Além disso, conforme o Portal de Doutrina do Exército, posteriormente, com a participação da Força Expedicionária Brasileira na 2.ª Guerra Mundial, a partir do período do pós-guerra, o EB incorporou a Doutrina Militar Norte-Americana¹⁴, que permanece até o presente.

Além disso, o projeto em tela reveste-se de importância por destacar a atual presença do efetivo de militares do 17.º B Fron em Corumbá, nas diferentes relações econômicas da cidade, gerando empregos aos jovens da região.

Dessa forma, haverá o enriquecimento dos estudos sobre a segurança da fronteira local. Conseqüentemente, a proposta do projeto é relevante por ressaltar os recursos naturais existentes, destacando as vulnerabilidades de segurança no controle da cobiça interna e da externa sobre o território em que está situado o Pantanal, culminando nas atuais operações militares conjuntas com as forças, bem como com a presença do 17.º B Fron na Cidade Branca ou capital do Pantanal, como também Corumbá é reconhecida.

A fim de solucionar o já citado problema, quanto à metodologia, o trabalho foi desenvolvido por meio de leitura de revisão, estudo de caso e pesquisa de campo quantitativa-descritiva. O estudo de caso revelou os possíveis benefícios socioespaciais para Corumbá com a incorporação, anual e regular, de cerca de 150 soldados do efetivo variável para o serviço militar obrigatório no 17.º B Fron. A pesquisa documental referenciou fontes de domínio público, como o *site* do Portal da Transparência do Governo Federal, em que foi possível apurar os rendimentos salariais dos militares da cidade de Corumbá, o que caracteriza a circulação monetária na economia local e a contribuição para a geração de emprego aos jovens ingressantes no EB, a partir dos 18 (dezoito) anos de idade. Quanto à pesquisa de campo, inicialmente, o levantamento de dados foi planejado para ser executado no bairro Centro, nas tradicionais Praças da República e da Independência, após a liberação do parecer favorável do Comitê de Ética de Pesquisa. Nesse sentido, fariam parte da amostra 120 cidadãos brasileiros da sociedade corumbaense, pedestres transeuntes voluntários, maiores de 18 anos e, preferencialmente, residentes em Corumbá. Entretanto, com o advento da pandemia da Covid-19, foram impostas restrições de circulação e de distanciamento social, culminando na aplicação do questionário por meio da ferramenta *Google* formulários, com distribuição por e-mail e por aplicativo para *smartphone* (*Whatsapp*), totalizando 130 participantes.

Na próxima seção, será conceituada a fronteira e a territorialidade militar local, com breve histórico da presença do Exército na cidade de Corumbá. Ainda, com emprego de fontes secundárias, serão analisados dados estatísticos de controle de pessoal, junto ao relatório corporativo do Batalhão, mediante

¹³ Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5792/1/MO%206138%20-%20VINICIUS.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

¹⁴ Disponível em: http://www.cdoutex.eb.mil.br/vocabaria/voce_sabia_23.html. Acesso em: 18 out. 2020.

prévia autorização do seu Comandante, referente à incorporação de conscritos, em 2019. No campo social, as leituras de revisão corroboraram para o destaque do Projeto Soldado Cidadão no decorrer da prestação do serviço militar, bem como após o licenciamento, fato constado por meio de questionário complementar.

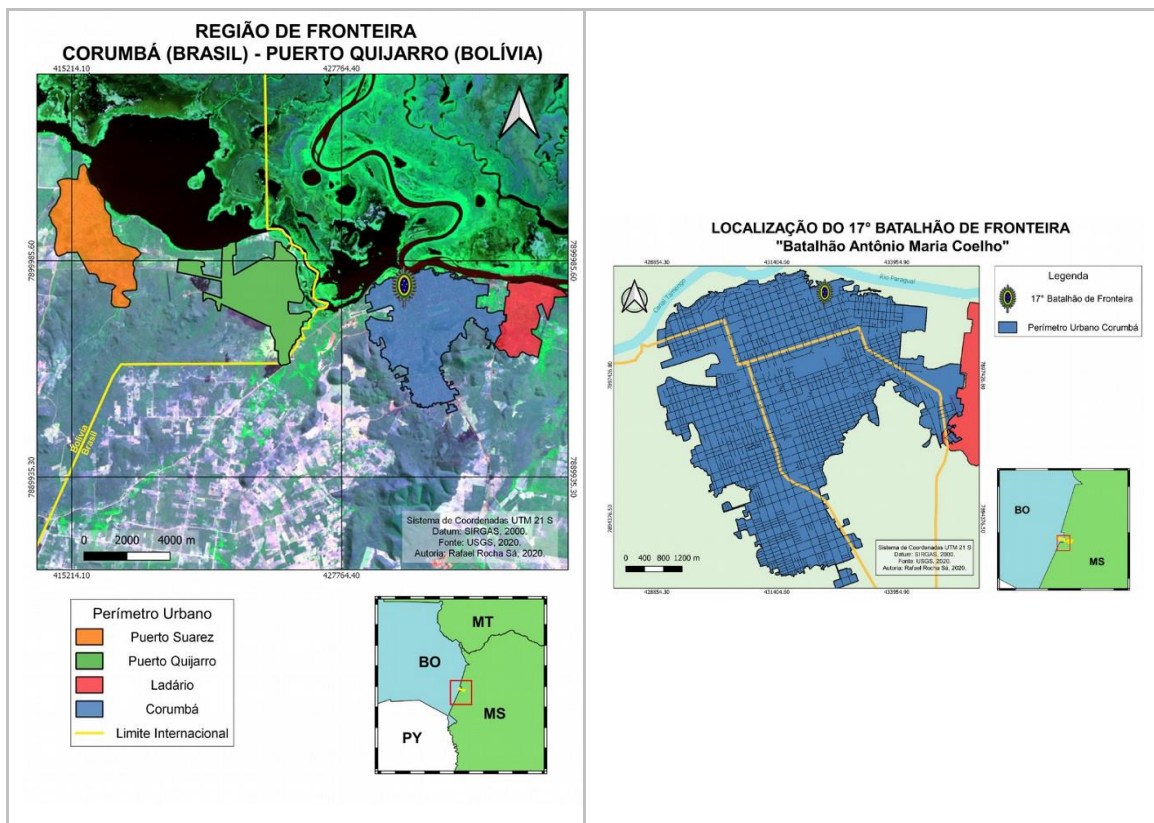
Depois, serão apresentados resultados e análises da pesquisa de opinião aplicada no primeiro semestre, além do questionário respondido entre setembro e outubro de 2020 por sargentos, cabos e soldados ex-integrantes do Batalhão, a fim de verificar a capilaridade social do 17.º B Fron nesta cidade.

Depois, ainda, diante dos importantes desafios nacionais vivenciados na atualidade, como contenção da propagação da pandemia da Covid-19 e combate aos incêndios criminosos no Pantanal, será abordada a participação do Batalhão, juntamente com a Marinha e as Forças Auxiliares, para a proteção do bioma e bem comum da sociedade local.

Por fim, é importante frisar que este trabalho almeja ratificar a atual importância do 17.º B Fron para a sociedade corumbaense, destacando a necessidade da sua presença na faixa de fronteira de Corumbá-BR e Puerto Quijarro-BOL.

OS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DO 17.º B FRON PARA CORUMBÁ-MS

A seguir, será apresentada a fronteira de Corumbá, a sua territorialidade militar, o efetivo de soldados incorporados ao Batalhão e os impactos socioespaciais para a sociedade local relacionados à existência do Batalhão, cuja localização é ilustrada conforme os Mapas 1 e 2 que seguem:



Mapa 1. Região de fronteira (Corumbá–Puerto Quijarro); Mapa 2 – Localização do 17.º B Fronteira. Fonte: Autor, 2020

A FRONTEIRA DE CORUMBÁ-MS

É necessário, agora, definir “fronteira”, em especial no que se refere ao local objeto deste estudo, e, posteriormente, abordar a territorialidade militar existente nela.

Claude Raffestin bem explica que a fronteira vai muito além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso (Raffestin, 2005). Costumeiramente, relacionamos “fronteira” ao alcance do poderio de uma Nação, seja este militar, seja referente ao seu limite territorial.

Para Valle (2010), a fronteira consiste em uma área de operação onde o Estado, por meio de suas Forças Armadas, possa desempenhar a função de proteger os marcos territoriais contra possíveis ameaças externas.

Sob outra perspectiva, Oliveira (2009) cita que “Assim como no espelho, a fronteira é: identificável e ilusória, verdadeira e aparente, inteligível e invertida” (Oliveira, 2009). De acordo com Oliveira (2005), a fronteira é lugar de encontros. Nesse sentido, passa a constituir uma área de convivência de imigrantes: “O imigrante, como nos ensinou o inominável intelectual palestino Edward W. Said, é um ser fora do lugar, carregado dessa modalidade de tempo” (Oliveira, 2009). Assim sendo, sobre ela explodem rivalidades, preconceitos, ilícitudes, deterioração ambiental; ao mesmo tempo que surge harmonia e convivência agradável (Oliveira, 2009).

De acordo com a Lei brasileira n.º 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira, em seu Art. 1.º, existe a definição dela, sendo “considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional”.

Steiman (2002) explica que são poucos os países na América do Sul que possuem legislação específica para a faixa de fronteira, sendo que apenas três países estabelecem em suas constituições uma largura para esse espaço geográfico: Bolívia, Brasil e Peru. Além disso, Oliveira (2009) ressalta que “as fronteiras da América do Sul colocam-se muito mais na perspectiva da integração, do que da separação” (Oliveira, 2009, p. 28).

Maranho (2014) destaca que Mario Travassos¹⁵ cita a Bolívia como o “coração terrestre” da América Latina, pela posição que ocupa no continente:

Esta localidade está especificamente localizada no que ele batizou de ‘Triângulo de Charcas’, integrado pelas populações de Sucre, Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra. De acordo com o estudioso, o ‘Triângulo de Charcas’ se caracteriza por ser uma área de grandes recursos naturais, possuir um clima temperado, estar imune ao ataque marítimo, possuir um grande desenvolvimento de comunicações aéreas e terrestres, bem como possuir um grande desenvolvimento populacional, sobretudo em Santa Cruz de la Sierra. (Maranho, 2014).

A fronteira da capital do Pantanal possui uma história riquíssima. Conforme Oliveira (2009), com cerca de 150 mil pessoas, “A região possui uma semi-conurbação entre as cidades brasileiras de Corumbá e Ladário com as cidades bolivianas de Puerto Suares e Puerto Quijarro – um exemplo de integração com fortes assimetrias e porosidades” (Oliveira, 2009).

Cabe salientar que a gênese da região do Pantanal remonta ao período imperial (Terra, 2013). De acordo com Milton Santos, a região pode ser compreendida como: “[...] no passado, um sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, através de suas características de identidade, de exclusividade e de

¹⁵ Participou da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial e foi o primeiro comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Autor de *Projeção Continental do Brasil*, um dos primeiros estudos sobre geopolítica feitos no Brasil. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_Travassos. Acesso em: 23 set. 2020.

limites [...]” (Santos, 1994). No século XVI, nesta região, povos indígenas eram os principais habitantes, de acordo com Novais (2004):

Do Itabitam, atual Forte Olimpo, para cima, até Corumbá ou pouco mais acima, até o Porto de Candelária, dominavam os índios Payaguá ou Guaxarapo. *‘El 12 de octubre de 1543 Alvar Nuñez llegó al puerto de la Candelária, donde se informó de algunos indios de la muerte de Juan de Ayolas y de las sesenta y seis cargas de oro e plata que le habían robado. Seis días más tarde, Alvar Nuñez se adelantó al puerto de los Guaxarapos...’* (Gandía, 1932 *apud* Novais, 2004).

Ademais, em trecho da dissertação do professor Divino Sena, é possível verificar a posterior influência indígena sobre Corumbá, quase 300 anos depois, bem como a relevância do porto da cidade durante o século XIX:

No ano de 1853, a província já recebia embarcações a vapor. [...], as principais embarcações e as técnicas utilizadas para sua fabricação eram pertencentes à tradição indígena. Ainda na segunda metade do século XIX, ocorria a utilização de canoas no interior da Província, já que os navios a vapor navegavam somente até o porto de Corumbá, localizada no sul da região, as mercadorias seguiam para Cuiabá em barcos menores (Sena, 2010).

A cidade está na região do Prata e liga-se, ao norte, com o Mato Grosso (MT). Por sul, via Rio Paraguai, a Cidade Branca¹⁶ liga-se com o Paraguai e, ainda, com a Argentina. Isso posto, fica evidente a relevância da localização de Corumbá, bem como do posicionamento de tropas militares brasileiras. Segundo Sena (2012):

Ela foi fundada em 21 de setembro de 1778, para delimitar e assegurar parte dos domínios portugueses na capitania de Mato Grosso, além de servir como um ponto avançado que pudesse fornecer suprimentos aos viajantes que circulavam a região. Porém, permaneceu até meados do século XIX com reduzido número de pessoas, entre militares e civis (Sena, 2012).

De acordo com Esselin (2000), os portugueses venceram a resistência indígena local, consolidaram-se nas áreas auríferas e diamantíferas de Cuiabá, em Mato Grosso, além de permanecer nas regiões de Corumbá e de Miranda na segunda metade do século XVIII, por meio da fundação do Forte Coimbra e do Presídio de Miranda.

Na mesma vertente, as relações internacionais do Brasil junto aos vizinhos fronteiriços facilitam a comercialização de bens e de produtos, por meio da navegação no Rio Paraguai, de forma semelhante ao ocorrido no século XIX, consolidando a necessidade da presença militar em Corumbá, uma vez que dessa navegação nasceu o protagonismo regional da Cidade Branca, onde o comércio prosperou no Casario do Porto, entre 1870 e 1920.

No que tange ao protagonismo regional da capital do Pantanal, nos dias atuais, as interações entre os países vizinhos da América do Sul buscam atender a interesses políticos e, em especial, a econômicos.

¹⁶ A denominação decorre da cor clara de sua terra, pois está assentada sobre uma formação de calcário, que dá a cor clara às terras (Freitas, 2015).

Na fronteira de Corumbá, os movimentos migratórios são diários e constantes, oriundos do lado brasileiro e do território boliviano, provenientes de diversas nacionalidades.

Sua área urbana, hoje, se caracteriza por grande número de imigrantes provindos de diversas nacionalidades, como libaneses, árabes, bolivianos, argentinos, paraguaios, entre outros, o que a torna uma cidade amplamente marcada pela miscigenação étnica e cultural (Godoy, 2016).

Ressalta-se que tal circulação de pessoas pode ampliar as divergências religiosas e aflorar os ressentimentos do passado, resultantes das demarcações dos limites entre as nações. Além disso, em Corumbá, ocorrem iniciativas positivas que servem de modelo para outras fronteiras, especialmente no que se refere à solidariedade e à assistência social aos imigrantes com recursos limitados, cujo devido destaque cabe ao Circuito de Apoio ao Imigrante.

Sensibilizados com as necessidades do imigrante que chega a Corumbá, professores do Campus do Pantanal da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul se uniram com o objetivo de construir um espaço para que todos os órgãos que atendem imigrantes na cidade possam atuar em conjunto. A iniciativa tem como finalidade oferecer melhores condições de acolhimento àquele imigrante, refugiado e apátrida (sem pátria) que chega ao município.¹⁷

A exemplo do viés turístico de Corumbá, destacam-se, na cidade, os seguintes pontos históricos: Casa do Artesão¹⁸, Casa do Massa Barro¹⁹, Forte de Coimbra²⁰, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária²¹, Casa de Cultura Luiz de Albuquerque²², Ladeira Cunha e Cruz²³, Morro do Cristo Redentor²⁴, Porto Geral²⁵, Praça da Independência²⁶ e Estação Natureza do Pantanal²⁷.

O povo fronteiriço possui grande sentimento de nacionalismo, sobre os seus direitos de cidadão: “[...] sempre se deu dentro das fronteiras geográficas e políticas do Estado-nação. Era uma luta política nacional, e o cidadão de que dela surgia era também nacional” (Carvalho, 2002). É razoável considerar a existência de três grandes eventos públicos na cidade: o Carnaval, as comemorações de São João e da Independência (7 de setembro).

Sobre o último, muito prestigiado pela população local, constata-se que os cidadãos corumbaenses, orgulhosos da sua pátria, mostram para os habitantes desta fronteira (bolivianos e demais imigrantes) que aqui é o Brasil. Dessa forma, rendem especial homenagem às Forças Armadas (FFAA) nos desfiles militares, pois são instituições garantidoras do bem comum²⁸ e da soberania nacional em Corumbá:

¹⁷ Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=80378>. Acesso em: 25 out. 2020.

¹⁸ Ocupa o antigo prédio da cadeia pública.

¹⁹ Artesanato pantaneiro com o emprego de argila.

²⁰ Mandado construir em 1775, é considerado o marco inicial do estado do MS.

²¹ Inaugurada por Frei Mariano, em 1877.

²² Biblioteca com Museu do Pantanal, construídos no início do século XX.

²³ Foi palco do episódio da Retomada de Corumbá e recebe o nome do Oficial morto naquele local.

²⁴ Possui imagens de Jesus em sua via sacra.

²⁵ Conjunto arquitetônico construído no fim do século XVIII.

²⁶ Inaugurada em 24 de dezembro de 1917.

²⁷ Inaugurada em 2006, apresenta a flora e a fauna do Pantanal.

²⁸ De acordo com o Manual Básico da ESG (v. I), o bem comum é o ideal de convivência que, transcendendo à busca do bem-estar, permite construir uma sociedade onde todos, e cada um, tenham condições de plena realização (Brasil, 2006a).

“Assim, emotivamente, é muito comum encontrarmos casos de imigrantes que se referem ao Brasil como um lugar paradisíaco e que deu a eles condições de viver decentemente (Oliveira, 2004 *apud* Campos, 2011).

Segundo Santoro (2006), no Artigo “Sociedade brasileira, opinião pública e operações multinacionais”, há o sentimento de territorialidade em uma fronteira, em que não só brasileiros e bolivianos podem partilhar desavenças, mas também imigrantes europeus, asiáticos e africanos, como ocorre em Corumbá.

Oliveira (2004) explica que, em meados dos anos 1950, Corumbá passou a receber imigrantes palestinos, em razão da ocupação de sua terra natal por Israel (1948). Ainda, referente às circunstâncias desse processo migratório de palestinos para Corumbá, na dissertação de mestrado de Maia (2020) verifica-se que: “[...] iniciou por alguns motivos como a indefinição da terra natal em decorrência de conflitos políticos e religiosos” (Maia, 2020).

É importante salientar que os palestinos não optaram por sair de sua terra natal, mas sim, ao contrário, precisaram se retirar. O processo de formação do Estado de Israel na Região da Palestina (“A terra prometida”) remonta às últimas décadas do século XIX e foi intensificado pela questão da Palestina, levando a uma nação ficar sem seu próprio território (Maia, 2020).

Ademais, na atualidade, a Política Nacional de Defesa preconiza, baseada nos fundamentos e nos princípios constitucionais, que a PEB, em uma visão ampla e atual, promova a solução pacífica das controvérsias, o reforço do multilateralismo e a integração sul-americana (Brasil, 2012).

Do exposto, a projeção do futuro da integração sul-americana fortalece a condição de Corumbá como a principal cidade brasileira no eixo do Rio Paraguai. Desde o passado, Travassos (1935) atestou a relevância das ligações para integração com os grandes centros urbanos bolivianos, como na obra *Projeção continental do Brasil*, reforçando Corumbá como cidade-chave na região:

Corumbá é que no recôndito do território nacional traduzirá a poderosa força de atração do Atlântico Sul, ao mesmo tempo em que motivará a segunda transcontinental sul-americana se se considera a concordância da ligação Santa Cruz-Corumbá com as comunicações já existentes e enfeixadas por La Paz. (Travassos, 1935, p. 204).

Nessa vertente, é importante frisar que Corumbá, no contexto da Bacia do Prata, articula-se, ao norte, com Cáceres e Cuiabá-MT. Por sul, ainda pelo Rio Paraguai, a cidade liga-se com Concepción e Asunción (Paraguai) e, ainda, com Corrientes, Santa Fé, Rosário e Buenos Aires (Argentina). Destarte, do passado ao presente, a cidade constitui o eixo das navegações regionais por estar localizada às margens do Rio Paraguai.

Com efeito, a PEB com os vizinhos buscou alianças e relações diplomáticas, particularmente com a Argentina, o que gerou o Tratado de Assunção, em 1991. Desse modo, no que diz respeito à segurança nacional, a aproximação do Brasil com os demais países fronteiriços revalorizou a navegação pelo Rio Paraguai, aos moldes das últimas décadas do século XIX.

A TERRITORIALIDADE MILITAR REGIONAL

No passado, as tropas do Exército, nesta cidade, tiveram marcante participação na Guerra da Tríplice Aliança. Segundo consta na canção do Comando Militar do Oeste (CMO): “[...] Comando Militar do Oeste, orgulho de um soldado sem igual, na luta da fronteira oeste, que envolve o grande e rico Pantanal. [...]”. Assim, para a proteção deste importantíssimo bioma brasileiro, o CMO tem como OM subordinada à 18.ª Bda Inf Fron, com sede em Corumbá.

Na atualidade, o 17.º B Fron, juntamente com a 18.ª Bda Inf Fron, escalão enquadrante do primeiro, encontra-se na faixa de fronteira de Corumbá e Puerto Quijarro-BOL a fim de coibir as ameaças à soberania nacional e à integridade territorial brasileira.

O EB teve sua origem em 1648, na Batalha de Guararapes. De acordo com Fonseca (1880), em 1791, a população de Corumbá era de 141 pessoas, sendo um oficial e doze soldados:

No ano de 1786, o chefe da comissão de engenheiros, Ricardo Franco de Almeida Serra, percorreu o povoado de Albuquerque.²⁹ De acordo com suas impressões, o local apresentava-se semelhante a um forte comandado por normas militares e disciplina rígida. Os habitantes trabalhavam muito, alimentavam-se mal e usavam vestes grosseiras (Carcian, 2015).

O EB passou a contribuir para a formação da territorialidade militar por meio das Guerras de Independência, dentre elas a Guerra da Tríplice Aliança em que foi definida a fronteira do extremo oeste do país.

Também conhecida como Guerra do Paraguai, a Guerra da Tríplice Aliança ocorreu em uma região estratégica, na segunda metade do século XIX, na Bacia do Prata, com participação do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai.

A invasão subsequente pelo Paraguai das províncias brasileiras vizinhas no MT tinha o objetivo de anular a intervenção brasileira, mas terminou deflagrando uma guerra que colocou o Paraguai contra as forças combinadas do Brasil, da Argentina e do Uruguai (que haviam apressadamente formado uma “Tríplice Aliança”) num conflito que iria durar cinco anos. A chave para a compreensão dessa guerra, e do envolvimento do Brasil nela, é a geografia da região. (Skidmore, 1998).

A Guerra da Tríplice Aliança demandava uma saída pelo eixo do Rio Paraguai para o Oceano Atlântico. Desse modo, quanto à abordagem dos campos do poder, à época do conflito, exemplificam-se:

- a) Político-militar e econômico: dentre os desafios impostos pelo Paraguai ao Brasil, com o início da Guerra, estava o corte da linha fluvial vital para o seu interior e desdobramento logístico, demandado pelo deslocamento de uma expedição de quatro meses enviada do Rio de Janeiro (Skidmore, 1998); e
- b) Político-militar e psicossocial: ao término da Guerra da Tríplice Aliança, o Brasil afirmou-se como uma potência militar importante na região geopolítica³⁰ mais volátil da América do Sul

²⁹ Primeira denominação dada ao local em que, atualmente, está a cidade de Corumbá.

³⁰ De acordo com a publicação “Geopolítica” da Eceme: Geopolítica se desenvolve em função da percepção do poder dos

(Skidmore, 1998), sendo que no todo, a guerra teve um profundo efeito psicológico sobre a visão que os brasileiros tinham de si mesmos (Skidmore, 1998).

O presente estudo revela a evidente relevância de Corumbá nessa guerra convencional, fundamental para a doutrina militar do país, especialmente da Marinha e do Exército, incrementando o viés estratégico de sua localização para a territorialidade local.

Segundo Maranhão (2014), durante a Guerra da Tríplice Aliança, a Marinha contribuiu para a vitória dos aliados, gerando a abertura dos rios brasileiros à navegação estrangeira, colaborando ao rápido progresso do município de Corumbá.

Na segunda metade do século XIX, militares do alto escalão imperial cumpriram comissões em Corumbá, dentre eles João Severiano da Fonseca³¹. Ele “era médico, professor e militar de alta patente do Exército imperial. De 1875 a 1878, permaneceu em Corumbá fazendo parte da Comissão de Limites com a Bolívia” (Sena, 2012).

Em Viagem ao redor do Brasil, livro publicado pelo Doutor João Severiano da Fonseca, em 1862 a população havia crescido para 1.315 pessoas e havia 540 casas, sendo 34 em construção.

Além disso, conforme os quadros estatísticos do Tenente-Coronel Portocarrero³², comandante do Corpo de Artilharia, em 1862 havia 732 homens brasileiros e 394 brasileiras, além de 34 escravos, sendo os demais imigrantes de diversas nacionalidades, como: argentinos, portugueses, italianos, bolivianos, franceses, alemães, espanhóis e orientais.

Nessa época, os militares tiveram primordial participação na organização da cidade e na divisão espacial. Por recomendação do Capitão-General Luís de Albuquerque, as bases do centro urbano foram planejadas consoante os objetivos militares:

O povoado foi fundado em lugar estrategicamente escolhido, no alto das barrancas às margens do Rio Paraguai, protegido das enchentes pantaneiras periódicas, onde, em conjunto, o estreitamento do canal nesse ponto permitia melhor controle militar e da navegação (Delvizio, 2004).

Assim, torna-se oportuno destacar o Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres³³:

Foi o quarto governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso (Brasil). Tendo tomado posse em 13 de dezembro de 1772, exerceu o cargo até 1788, sendo sucedido por seu irmão, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Durante o seu governo foram erguidos o Forte de Coimbra e o Real Forte Príncipe da Beira, e fundadas Albuquerque (atual cidade de Corumbá), Ladário (em homenagem à sua terra natal em Viseu), Vila Maria (atual Cáceres), Casalvasco (atual

Estados e na relação entre os Estados do mundo, logo, na procura do poder mundial (Bonfim, 2005).

³¹ Patrono do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro.

³² Era Comandante de Forte de Coimbra no início da Guerra da Tríplice Aliança.

³³ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%AAs_de_Albuquerque_de_Melo_Pereira_e_C%C3%A1ceres. Acesso em: 25 out. 2020.

Vila Bela da Santíssima Trindade), Salinas e Corixa Grande, consolidando o domínio português na região diante dos domínios da Coroa espanhola na América.

Além disso, a partir das ações de outro militar, Joaquim Raimundo Delamare³⁴, em 1857, iniciou-se o progresso urbano da Cidade Branca:

Somente a partir de 1857, estando na presidência da província o Almirante Joaquim Raimundo Delamare e sob sua condução, a povoação inicia seu crescimento urbano, ampliando seu ambiente construído com as edificações de repartições e quartéis, bem como devotando cuidados quanto ao planejamento urbano com seu traçado ortogonal, definindo o alinhamento das ruas com largura generosa, reservando áreas de largos que mais tarde tornar-se-iam os jardins e praças da cidade (Leite, 1978 *apud* Delvizio, 2004).

No presente, é possível observar diversas ruas da cidade com nomes de militares. Segundo Fonseca (1880), o então Capitão de Fragata Delamare, em 1859, mandou demarcar ruas, praças e locais para edifícios públicos. Em 1877, Corumbá tinha dez ruas retas, bem alinhadas, e três praças.

Ademais, o Professor Divino Sena cita que, após a Guerra, o Porto de Corumbá ganhou protagonismo internacional:

[...] Corumbá teve seu espaço urbano ampliado e reassumiu a posição de principal entreposto comercial da província de Mato Grosso. As mercadorias que vinham da Europa e da região platina chegavam à Vila em grandes navios a vapor e eram transportados em embarcações menores para a região mais ao norte da Província. Até Corumbá foi permitido atracar navios de qualquer nacionalidade, mas além daquele porto, a circulação nas vias fluviais ficou restrita às embarcações brasileiras (Sena, 2012).

Além disso, a população era diversificada:

[...] pessoas livres e pobres no Brasil escravista desenvolveram diversas atividades vinculadas à dinâmica interna. Em Mato Grosso, essas pessoas poderiam ser brancas (descendentes de portugueses), mestiças, indígenas, ex-escravas, afrodescendentes e estrangeiras. Essas características eram visíveis em Corumbá no final do período escravocrata, e nas atividades urbanas era possível encontrar nacionais e estrangeiros (Sena, 2012).

Como Organização Militar do EB na região, sentinela do Oeste brasileiro, cabe destacar que, em 22 de fevereiro de 1870, o 21.º Batalhão de Caçadores (21.º BC)³⁵ aportou em Corumbá para vigiar a calha do Rio Paraguai até o Forte de Coimbra, permanecendo, desde então, aquartelado na Cidade Branca, valorizando os heróis da nossa história do passado.

Sobre a presença militar na região, no fim do século XIX, Maranhó (2014) destaca:

No ano de 1888, os efetivos militares na região Mato Grosso sofreram um significativo incremento. Só o Exército Brasileiro reunia na região cerca de 10% de seus efetivos, sem considerar os militares da Marinha, que se instalaram a partir do ano de início da construção do

³⁴ Foi presidente da província de Mato Grosso, nomeado por carta imperial de 5 de setembro de 1857, de 28 de fevereiro de 1858 a 13 de outubro de 1859. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Raimundo_de_Delamare. Acesso em: 25 out. 2020.

³⁵ A origem do 17.º B Fron remonta de 14 de maio de 1842, com a criação do Corpo Provisório de Minas Gerais (MG), na cidade de Ouro Preto. Em 28 de julho de 1865, durante a Guerra da Tríplice Aliança, esse Corpo de MG fundiu-se com o de São Paulo, vindo a formar o 21.º BC. Este teve destacada atuação na Coluna Expedicionária de Mato Grosso, sob comando do Coronel Camisão, transpondo o Rio Apa em 21 de abril de 1867, para o marcante desempenho nos combates de Laguna, Bela Vista e Machorra, em território paraguaio.

Arsenal (1873). Grande parcela da população de Corumbá e Ladário, portanto, era formada de militares cuja renda movimentava a economia local. (Souza, 2008 *apud* Maranhão, 2014).

Quanto à Guerra do Paraguai, vale frisar que se trata de um dos maiores feitos de armas de que o EB pode se orgulhar, sendo materializado em 1987, por meio da denominação histórica aludida ao 17.º BC, de “Batalhão Antônio Maria Coelho”³⁶, como homenagem ao herói da Retomada de Corumbá, por ocasião da Guerra do Paraguai.

As atuais instalações do Batalhão, em Corumbá, foram construídas entre 1908 e 1914, com parte do material vindo da Europa, em especial as telhas. Em 1920, o 21.º BC teve a sua denominação alterada para 17.º Batalhão de Caçadores (17.º BC). E, em 1994, o 17.º BC passou a ser denominado como 17.º B Fron e, pelos que nele serviram, carinhosamente, conhecido como o Gigante Pantaneiro.

De acordo com a pesquisa do professor Marco Aurélio Machado de Oliveira, referente ao fim do século XIX:

As pesquisas indicam que Corumbá acompanhava a tendência da arquitetura usada na Europa e aplicava em suas construções, entre outros, o celebrado estilo *Art Nouveau*, movimento artístico e arquitetônico europeu, iniciado ao final do século XIX, em um período conhecido na França como *Belle Époque*.³⁷

Esse fato corrobora com a mencionada vinda das telhas do Batalhão diretamente da Europa. Ainda, torna-se primordial citar o Forte Junqueira, primorosa obra militar de formação rochosa, parte do roteiro dos turistas nesta fronteira. Dentre os Fortes de defesa construídos após a Guerra do Paraguai, o Junqueira é o único Forte restante do núcleo de defesa³⁸ em que Corumbá foi protegida. Sua denominação é referência ao Ministro da Guerra, que o mandara construir. Trata-se de um polígono de oito lados, com dois ângulos externos reentrantes, assemelhando-se a um retângulo, localizado na margem direita do Rio Paraguai, dominando longo estirão, e situado no interior do 17.º B Fron.

Nesse contexto, com a valorização das imponentes construções das fortificações militares do passado, torna-se necessário visualizar o futuro da segurança na fronteira de Corumbá. Para isso, o Artigo “Conflitos na América do Sul: consequências para o EB/ 2022” salienta que as FFAA brasileiras podem ser empregadas no entorno estratégico do Brasil, no qual esta fronteira está enquadrada, permitindo compreender a necessidade da territorialidade militar na capital do Pantanal.

O principal risco de conflitos não decorre de Estado forte que busque a hegemonia regional, mas das possibilidades de enfraquecimento de Estados no subcontinente, quadro este que cria espaço para a ação do crime organizado. No caso, é preciso distinguir entre o crime como problema de segurança pública, isto é, da esfera policial (por exemplo, assaltos e roubos) e o crime como problema de Estado, em gradação que revela risco à segurança nacional (Ceeex, 2007).

³⁶ O então Capitão Antônio Maria Coelho teve destacada participação na Retomada de Corumbá (13 de junho de 1867), no contexto da Guerra da Tríplice Aliança. Em 1889, foi o primeiro presidente republicano da província do Mato Grosso.

³⁷ Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=112518>. Acesso em: 24 set. 2020.

³⁸ Em 1871, após a guerra, a Comissão de Engenheiros de MT reorganizou defensivamente a região e suas fronteiras.

As FFAA entendem como imperativa a defesa da faixa de fronteira nacional, o que ratifica a necessidade das Operações Interagências³⁹, em Corumbá, controlando o acesso de pessoas provenientes da cidade vizinha, Puerto Quijarro-BOL. Nesse sentido, conforme Oliveira (2017), no que se relaciona às cidades vizinhas, brasileira e boliviana:

A cidade de Corumbá está ladeada no território brasileiro por Ladário e, no boliviano, por Puerto Quijarro e Puerto Suarez. Esta complexa conurbação possui, aproximadamente, 170 mil habitantes, sendo que esta cidade exerce função central nas relações econômicas e nos fluxos migratórios ali estabelecidos, além de, oficialmente, ser considerada cidade gêmea a Puerto Quijarro (Oliveira, 2017).

Ademais, no que tange ao regionalismo atual, a Integração de Defesa Sul-Americana culmina na projeção de futuro para o EB, na proteção dessa faixa de fronteira. Além disso, as interações entre os países da América do Sul, assim como nas demais áreas do mundo, procuram atender interesses dos governos.

No contexto da integração de Defesa da América do Sul, para um melhor entendimento da territorialidade e uma viável projeção de cenário futuro para a Cidade Branca, a doutrina militar terrestre define: “Cenário prospectivo é o conjunto formado pela descrição, de forma coerente, da evolução dos acontecimentos de uma situação atual para outra futura” (BRASIL, 2006a).

A Integração Sul-Americana, no contexto da Defesa e Segurança do Eixo Interoceânico Central, destaca a fronteira Corumbá–Puerto Quijarro/BOL na segurança do entorno estratégico brasileiro. A projeção de futuro para o EB, na proteção da fronteira, promove Corumbá à principal cidade brasileira na calha do Rio Paraguai.

Dessa forma, regionalmente, contrasta-se a Guerra da Tríplice Aliança, do passado, com a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa), da atualidade. Ante o exposto, para o entendimento da territorialidade regional, faz-se cabível compreender a formação desta fronteira, bem como o viés militar de atuação sobre ela.

No que se refere a Corumbá e à integração da América do Sul, a posição geopolítica decisiva da cidade na Bacia do Prata foi atestada desde a Guerra da Tríplice Aliança. No mesmo sentido, a cidade de Corumbá e o EB compartilham o encargo da formação de tal fronteira, em um cenário permanente, em que devemos integrar a população local para jamais entregar o território ao inimigo externo, assim como foi no passado. Com isso, Corumbá e o EB, em um cenário prospectivo da Defesa Sul-Americana, terão evidente contribuição e decisiva atuação para a defesa da fronteira do extremo oeste do país.

³⁹ Operações na faixa de fronteira, no contexto da Garantia da Lei e da Ordem, com emprego combinado das Forças Armadas (FFAA) e dos Órgãos de Segurança Pública (OSP).

Ainda, referindo-se a Corumbá, segundo Souza (2008), “há forte referência e representação, mesmo quando fluviais, pois é porta de entrada e saída, local por excelência da troca e das relações” (Souza, 2008). Conseqüentemente, Corumbá situa-se no centro do desenvolvimento econômico regional.

Sobre a Iirsa e o corredor bioceânico, Maranhão (2014) explica:

O trecho brasileiro, portanto, passará por Corumbá, Mato Grosso do Sul, que terá sua importância estratégica alavancada. Com a finalização das obras deste corredor, a integração entre os três países trará muitos benefícios. O Brasil terá, a exemplo da Bolívia, uma saída para o Oceano Pacífico, favorecendo o comércio com a Ásia (Maranhão, 2014).

Cabe destacar o livro didático *Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil, n.º 3*, que aborda o Eixo Interoceânico Central, no contexto da Iirsa, no tocante à energia, às comunicações e ao transportes, ampliando as possibilidades de ligações entre Oceanos, para os diversos fins. Ainda, o Artigo “A China sobe para segundo” apresenta o contexto do início desta década, que direciona a integração sul-americana para as relações comerciais, via Oceano Pacífico, com o mercado asiático, liderado pela China (Odorissi, 2012). Nessa voga, a atual implementação da Iirsa, para a conexão do Oceano Atlântico ao Pacífico, terá Corumbá como “porta de entrada e saída” do Brasil, no Eixo Interoceânico Central. Salienta-se o Artigo “Ecos da crise” e a reflexão sobre blocos econômicos, que retrata a situação da primeira metade desta década, cuja crise econômica mundial fomenta a integração sul-americana (Zocchi, 2012).

A fronteira em tela revela óbices para a Iirsa, no Eixo Interoceânico Central, devido às relações internacionais da Bacia do Prata, desde os ressentimentos da Guerra da Tríplice Aliança até o estágio atual do incipiente desenvolvimento econômico local, o que possibilita a maior influência estratégica de Corumbá sobre a região. Nesse sentido, “A exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro [...]” (Santos, 1994). Desse modo, o futuro da Integração Sul-Americana favorece a condição de Corumbá como uma das principais cidades do entorno estratégico brasileiro, com especial localização no extremo oeste brasileiro.

Reverendo o passado para projetar o futuro, por ocasião da Guerra da Tríplice Aliança, o fluxo logístico brasileiro foi barrado no Rio Paraguai. Nesse ínterim, o Artigo “Operações multinacionais: condicionantes para a participação brasileira e reflexos para o país (Enfoque: Logística)” versa sobre o enfoque logístico das operações militares (Bergo, 2006). Esse apoio, básico em planejamento de operações militares, evidencia a necessidade atual do posicionamento de tropas logísticas em Corumbá para que seja dado o devido apoio aos meios de combate existentes na região.

Nesse diapasão, caso um Batalhão Logístico fosse deslocado e estabelecido em Corumbá, seriam possibilitadas novas vagas em cargos dessa Organização militar, gerando mais oportunidades de emprego aos jovens da região, aumentando a capilaridade social do EB.

A seguir, será abordado o efetivo militar incorporado como soldados do efetivo variável em 2019, no 17.º B Fron.

O EFETIVO DE SOLDADOS RECRUTAS INCORPORADOS NO 17.º B FRON EM 2019

A cada ano, cidadãos brasileiros são recebidos pela Junta do Serviço Militar, situada na região central de Corumbá, e direcionados para a Comissão de Seleção das Forças Armadas. É importante frisar que, atualmente, na região, existe opção para o cidadão ser designado a servir na Marinha (em Organizações Militares do 6.º Distrito Naval – Ladário), Exército em Organizações Militares da 18.ª Bda Inf Fron – Corumbá) e Aeronáutica (Destacamento de Controle do Espaço Aéreo – Corumbá).

Em meados do ano de 2016, a 18.ª Bda Inf Fron foi desativada mediante publicação de portaria específica no Boletim do Exército. Após isso, políticos de Corumbá deslocaram-se até Brasília a fim de reverter a decisão tomada pelo Ministério da Defesa. Em consequência, a desativação da 18.ª Bda Inf Fron foi tornada sem efeito, ainda em 2016.

Sem dúvida, a mencionada atuação política local favoreceu os jovens, que, ao fim da adolescência, buscam emprego para contribuir no sustento dos seus lares. Desse modo, encontram nas Forças Armadas oportunidades de iniciarem sua vida laborativa, cujos futuros vencimentos salariais desses militares também movimentarão a economia da cidade. Destaca-se que a forma como os jovens da cidade ingressam no 17.º B Fron é na condição de praça, sendo incorporados como Soldados do Efetivo Variável, ocasião em que cumprem o serviço militar obrigatório.

A idade de alistamento dos conscritos inicia-se a partir dos dezoito anos. Outros, que por ventura tenham perdido o período de apresentação no ano previsto, também podem incorporar às fileiras do Exército, por meio da Companhia de Comando da 18.ª Bda Inf Fron, da 18.ª Companhia de Comunicações e do 17.º B Fron. Além dessas, para 2021, existe previsão da ativação do 18.º Pelotão de Polícia do Exército, Organização Militar que também será subordinada ao Comando da 18.ª Bda Inf Fron.

Para a pesquisa documental de verificação dos impactos socioespaciais sobre a cidade de Corumbá, com a presença do Batalhão, foram utilizadas fontes de domínio público, a exemplo do *site* do Portal da Transparência do Governo Federal.

No mesmo sentido, foi possível apurar o efetivo militar existente no 17.º B Fron, bem como os seus rendimentos salariais, contribuindo para a materialização da aferição da movimentação monetária na economia local.

Convém esclarecer que os militares do EB, ainda que temporários, são servidores públicos federais, regidos pelo regime constante do Estatuto dos Militares. Os direitos remuneratórios do pessoal militar são gerados por meio de publicações no Boletim Interno diário do aquartelamento, cuja assinatura compete ao Comandante do Batalhão, uma vez que também é o Ordenador de Despesas da unidade.

Cabe salientar que, em contracheque, o militar recebe os seus proventos deduzidos dos impostos obrigatórios, como o imposto sobre o valor da renda, fundo de saúde do EB e pensão militar. Ademais,

existem adicionais conforme a condição de cada indivíduo, como o auxílio transporte e a assistência pré-escolar.

O estudo em tela foi embasado de acordo com os levantamentos dos dados estatísticos de soldados do efetivo variável incorporados em 2019, cujos dados foram previamente autorizados pelo Comandante do 17.º B Fron. Com isso, para fins do cálculo episódico em tela, não foram considerados militares de outros postos e graduações, o que corrobora com o efetivo total existente de cerca de 900 militares do Batalhão em Corumbá.

As vulnerabilidades de segurança no controle da cobiça vinda do exterior, aliadas a riqueza dos recursos naturais existentes nos territórios abarcados pelo bioma Pantanal, culminam na importância da atuação militar do 17.º B Fron em suas áreas de responsabilidade.

Vale salientar que a presença do 17.º B Fron nas relações econômicas da cidade de Corumbá é fruto da geração de empregos aos jovens da região, principalmente àqueles que se encontram na faixa etária compreendida entre os 18 e os 26 anos.

Com isso, a seguir serão especificados os dados do relatório da Seleção Complementar de soldados recrutas incorporados no 17.º B Fron, em 2019, e, em seguida, será apresentado o impacto econômico para Corumbá com a presença do Batalhão.

Dados do relatório da Seleção Complementar do Batalhão

A Seleção Complementar do ano de 2019 transcorreu no período de 18 a 28 de fevereiro. Nesse período foram levantados os dados atinentes ao contingente de Soldados do Efetivo Variável (Sd EV) incorporados no 17.º B Fron.

O processo seletivo decorreu de inspeção de saúde e de entrevista. Na mesma ocasião, foram verificadas as habilidades específicas dos convocados para apoiarem o Batalhão nos serviços diários, como exemplos: serviços gerais, setor de provisionamento, seção de informática, seção de saúde, pelotão de manutenção e transportes, pelotão de obras e banda de música.

Dessa forma, com a prévia autorização do Comandante do Batalhão, os seguintes dados foram obtidos por meio do relatório da seleção em questão:

- a) Efetivo a ser selecionado (designados): 280 conscritos;
- b) Efetivo selecionado: 155 conscritos voluntários;
 - Nascidos em Corumbá: 127
 - Nascidos em Ladário: 16
 - Nascidos em outras cidades: 12
 - Com 18 anos de idade: 18
 - Com 19 anos de idade: 105

- Com 20 anos de idade: 16
 - Com mais de 20 anos de idade: 16
 - Efetivo que trabalhava: 40
 - Efetivo que estava desempregado: 115
 - Efetivo com renda familiar até 2 salários mínimos: 107
 - Efetivo com renda familiar de 2 até 6 salários mínimos: 37
 - Efetivo com renda familiar maior que 6 salários mínimos: 11
 - Ensino fundamental incompleto: 18
 - Ensino fundamental completo: 10
 - Ensino médio incompleto: 63
 - Ensino médio completo: 58
 - Ensino superior incompleto: 6
 - Possuidores de Carteira Nacional de Habilitação AB: 2
- c) Excesso de contingente: 111 conscritos;
- d) Refratários: 11; e
- e) Remanejados e incorporados em outras OM: 3.

A seguir, será apresentado um estudo, por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, em que será verificado o impacto econômico para Corumbá com a presença do 17.º B Fron.

O impacto econômico para Corumbá com a presença do Batalhão

Segundo o relatório, dentre os convocados para o serviço militar obrigatório, verificam-se que 127 são nascidos em Corumbá e somente 28 em Ladário e em outras cidades. Assim sendo, infere-se que o Batalhão gera empregos para os cidadãos da sociedade local, contribuindo como primeiro emprego para a maior parte, que, verifica-se, sem sequer terem concluído o ensino médio.

Anualmente, no 17.º B Fron, em média, do total de 155 soldados recrutas incorporados, cerca de 90 recebem a oportunidade de prorrogar o contrato do primeiro (A) para o segundo ano (A+1). Desses, por volta de 30 militares chegam no fim do oitavo ano (A+7), o último, pois é o período máximo permitido para temporários manterem vínculo empregatício junto ao EB. Nesse ínterim, alguns são licenciados (baixa) na graduação (Grad) de 3.º Sargento (3.º Sgt), outros como Cabo (Cb) e, a maior parte, na condição de Soldados do Efetivo Profissional (Sd EP), conforme segue na Tabela 1:

Tabela 1. Projeção média de efetivo no serviço ativo. Fonte: elaboração do autor.

	A	A+1	A+2	A+3	A+4	A+5	A+6	A+7
Total	155	140	90	80	70	60	50	40
Baixa	15	50	10	10	10	10	10	10
3.º Sgt	-	1	3	5	5	5	5	5
Cb	-	9	17	20	25	20	15	10
Sd EP	-	80	60	45	30	25	20	15
Sd EV	140	0	0	0	0	0	0	0

O dado médio de 15 soldados licenciados, no ano A, refere-se aos militares identificados com problemas de saúde e/ou arrimos de família após a data de incorporação (1.º de março de A), gerando anulação de incorporação por meio de procedimento administrativo interno. Ainda cabe incluir nesse somatório os Sd EV licenciados por problemas disciplinares ao longo do primeiro ano do serviço militar obrigatório.

Segundo os dados do Portal da Transparência do Governo Federal⁴⁰, as seguintes remunerações mensais são atinentes a cada graduação mencionada, tendo fevereiro de 2020 como mês/ano de referência para o cálculo. Segue na Tabela 2:

Tabela 2. Remuneração por graduação. Fonte: Portal da Transparência/Elaboração do autor.

Grad	Total ⁴¹ da remuneração após as deduções (R\$)	Total anual (líquido)
3.º Sgt	4.769,79	57.237,48
Cb	3.419,42	41.033,04
Sd EP	2.374,62	28.495,44
Sd EV	1.347,50	16.170,00

Conforme consta no *site* do IBGE⁴², o salário médio mensal dos trabalhadores formais em Corumbá é de 2,8 salários mínimos. Portanto, o militar na graduação de Cb pode permanecer por até sete anos no EB com vencimentos salariais maiores que a média local.

Para este estudo de caso, tendo como turma-base os Sd EV incorporados em 2020, com uma projeção para A+7 (2027), excetuando-se os reajustes remuneratórios previstos, além dos cálculos de adicionais, como a gratificação natalina (13.º salário) e o adicional de férias, ainda sem considerar a compensação pecuniária a que cada militar faz jus por ocasião do licenciamento do serviço ativo por término do contrato de prorrogação de tempo de serviço, chega-se ao significativo montante, como podemos ver na Tabela 3.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/>. Acesso em 10 abr. 2020.

⁴¹ Deduções obrigatórias: imposto de renda retido na fonte, pensão militar e fundo de saúde.

⁴² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/panorama>. Acesso em 10 out. 2020.

Mantendo como turma-base os Sd EV incorporados em 2020, com uma projeção para A+7 (2027), excetuando-se os militares desincorporados, em regra por razão de saúde, bem como os excluídos por motivos disciplinares, considerando somente a compensação pecuniária⁴³ a que cada militar faz jus por ocasião do licenciamento do serviço ativo por término do contrato de prorrogação de tempo de serviço, chega-se, como verificamos na Tabela 4, a outro significativo montante:

Tabela 4. Projeção da compensação pecuniária do efetivo licenciado por término de prorrogação de tempo de serviço. Fonte: elaboração do autor

R\$	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028 ⁴⁴
Baixa	10	10	10	10	10	10	30
3.º Sgt	-	-	-	-	-	-	5
Total 1	-	-	-	-	-	-	166.942,65
Cb	-	-	-	5	5	5	10
Total 2	-	-	-	68.388,40	85.485,50	102.582,60	239.359,40
Sd EP	10	10	10	5	5	5	15
Total 3	23.746,20	47.492,40	71.238,60	47.492,40	59.365,50	71.238,60	249.335,10
Total 4	23.746,20	47.492,40	71.238,60	115.880,80	144.851,00	173.821,20	655.637,15
Total				R\$ 1.232.667,35			

Em conformidade com a Lei n.º 7.963, de 21 de dezembro de 1989:

Art. 1.º O oficial ou a praça, licenciado *ex officio* por término de prorrogação de tempo de serviço, fará jus à compensação pecuniária equivalente a 1 (uma) remuneração mensal por ano de efetivo serviço militar prestado, tomando-se como base de cálculo o valor da remuneração correspondente ao posto ou à graduação, na data de pagamento da referida compensação.⁴⁵

⁴³ Militares em Serviço Militar Obrigatório (Sd EV) não fazem jus à compensação pecuniária.

⁴⁴ Previsão de licenciamento dos soldados incorporados em 2020: 28 de fevereiro de 2028.

⁴⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L7963.htm. Acesso em 11 abr. 2020.

Tabela 3. Projeção da remuneração do efetivo no serviço ativo. Fonte: elaboração do autor.

R\$	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Efetivo	155	140	90	80	70	60	50	40
3.º Sgt	-	1	3	5	5	5	5	5
Total 1	-	57.237,48	171.712,44	286.187,40	286.187,40	286.187,40	286.187,40	286.187,40
Cb	-	09	17	20	25	20	15	10
Total 2	-	369.297,36	697.561,68	820.660,80	1.025.826,00	820.660,80	615.495,60	410.033,04
Sd EP	-	80	60	45	30	25	20	15
Total 3	-	2.279.635,20	1.709.726,40	1.282.294,80	854.863,20	712.386,20	569.908,80	427.431,60
Sd EV	140	0	0	0	0	0	0	0
Total 4	2.263.800,00	0	0	0	0	0	0	0
Total 5 ⁴⁶	2.263.800,00	2.706.170,04	2.579.000,52	2.389.143,00	2.166.876,60	1.819.234,20	1.471.591,80	1.123.949,40
Total				R\$ 16.519.765,56				

⁴⁶ Somatório dos totais: 1, 2, 3 e 4.

Com o somatório dos totais das Tabelas 3 e 4, obtemos o valor de R\$ 17.752.432,91 (dezessete milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos). Destaca-se que esse dado refere-se somente à turma de 155 soldados incorporados em 2020, de acordo com a previsão anual, fruto do levantamento do relatório de incorporação de 2019, compondo o somatório da remuneração do efetivo no serviço ativo até 28 de fevereiro de 2028 e da compensação pecuniária paga aos militares licenciados no período em comento.

Vale frisar que o mencionado numerário refere-se aos vencimentos salariais do efetivo de uma pequena parcela do Batalhão, de menores graduações e menor soldo na hierarquia do EB. Ressalta-se que, na condição de temporários, aproximadamente 26% da turma incorporada em um determinado ano alçam à graduação de Cabo e, somente, 4% a de 3.º Sargento.

Em tese, tal montante é empregado na economia da Cidade Branca, como nas diferentes relações comerciais, com destaque para os aluguéis imobiliários e para o mercado alimentício, bem como mensalidades escolares de dependentes de militares.

Para a base do cálculo, foram desconsiderados militares de outras patentes superiores, os empenhos e liquidações atinentes aos processos licitatórios em que o 17.º B Fron é participante e outros benefícios decorrentes para a economia local. Como exemplo, no *site* Siga Pregão⁴⁷, referente a 2020, constam dez pregões do Batalhão para os seguintes fins: compra de material de construção, expediente, limpeza, locação de espaço tipo conveniência (mercadinho em Forte de Coimbra), combustíveis, embalagens, gêneros alimentícios, GPS e tenda piramidal.

Por fim, após este estudo de caso, percebe-se que um benefício econômico para a Cidade Branca seria na ordem de R\$ 17.752.432,91 e, caso fossem considerados os aspectos supracitados, como os cerca de 900 militares existentes e, ainda, as relações efetivas da pessoa jurídica pertinente ao 17.º B Fron, esse valor seria alçado em progressão geométrica até próximo à centena de milhões de reais.

O viés social do Projeto Soldado-Cidadão (PSC)

“Cada militar licenciado, que conseguir inserção no mercado de trabalho, é um problema social a menos para o País.”⁴⁸ Com isso, em 2004, o Governo Federal lançou o PSC, inserido no Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil, sob gestão do Ministério da Defesa.

De acordo com o sítio eletrônico do Comando de Operações Terrestres, o PSC tem por finalidade fornecer qualificação profissional aos militares das Forças Armadas, permitindo aos que serão licenciados, por término do tempo de Serviço Militar, concorrerem ao mercado de trabalho em melhores condições.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.sigapregao.com.br/app/uasg/160145/17-batalhao-de-fronteira-mex>. Acesso em: 11 out. 2020.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/index.php/soldado-cidadao>. Acesso em: 4 out. 2020.

Em Corumbá, existem cursos do Senac, com turmas a partir de 15 alunos, que podem ser ministrados no próprio batalhão ou nas instalações da instituição formadora. Dentre as possibilidades de especialização atendidas, cabe citar, entre 2019 e 2020, as seguintes: curso de instalador e reparador de redes de computadores; garçom e recepcionista em meios de hospedagem; forno e fogão; tortas trufadas especiais; arte de bem servir; capacitação de boas práticas de manipulação de alimentos; e instalador e reparador de computadores.

Na Cidade Branca, quanto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), enquadrados no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)⁴⁹, verificam-se os seguintes cursos: encanador e instalador predial; mecânica diesel; carpinteiro de obras; operador de munk; operador de empilhadeira; e marceneiro de móveis e esquadrias.

Em 2013, o Senai atendeu o batalhão com as seguintes vagas: eletricista instalador predial de baixa tensão (2 militares); encanador instalador predial (3 militares); soldador no processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixa liga (2 militares); garçom (3 militares); instalador hidráulico (2 militares); pedreiro de alvenaria (2 militares); e pintor de obras (3 militares).

Dos recursos destinados ao PSC em 2019, na Cidade Branca, foram firmados convênios com entidades civis, referentes ao curso de trabalho de alturas (3 militares); tripulação de embarcações (3 militares); curso de finanças pessoais (40 militares); curso de manipulação de hortaliças (3 militares); fabricação de derivados do leite (3 militares); processamento de carne e peixe (2 militares); e habilitação para conduzir veículos categoria “D” (5 militares).

Com os recursos destinados ao PSC em 2020, na capital do Pantanal foram firmados acordos com o Senai, na unidade sediada nesta cidade, referente ao curso de construção civil de pedreiro de alvenaria, sendo o 17.º B Fron atendido com 10 vagas. O curso foi previsto para duração de dois meses, com carga horária de 160 horas, cujo requisito mínimo foi a 5.ª série completa. Ainda, o batalhão foi contemplado com o curso de confecção de pães e salgados (2 militares); e confeitoiro (2 militares).

Com ampla contribuição para o Pelotão de Manutenção e Transportes, para o Serviço de Aproveitamento e para o Pelotão de Obras do 17.º B Fron, bem como para a Seção de Serviços Gerais e de Informática, os cursos e estágios elencados colaboram sobremaneira para a profissionalização dos militares e, posteriormente, para a concorrência no mercado de trabalho local por ocasião do licenciamento das fileiras do EB, o que ocorre até oito anos após a incorporação.

De acordo com a consultoria legislativa da Câmara dos Deputados de Brasília⁵⁰, os seguintes aspectos positivos foram observados no Projeto Soldado-Cidadão:

⁴⁹ Criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 4 out. 2020.

⁵⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-daconsultoria-legislativa/areas-da-conle/tema21/2007-14908.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

- a) aumento da autoestima dos militares que participam do Projeto, devido à oportunidade recebida;
- b) grande interesse dos militares que participaram do Projeto;
- c) fortalecimento da imagem das Forças Armadas junto à sociedade; e
- d) melhoria da imagem das Forças Armadas junto a seu efetivo, pois demonstra a preocupação com o futuro de seus militares temporários.

Ainda constam as seguintes entidades parceiras para ministrar os cursos profissionalizantes (instituições de ensino profissionalizante do Sistema “S”):

- a) Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, educação profissional para trabalhadores do setor industrial;
- b) Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, educação profissional para trabalhadores do setor de comércio e serviços;
- c) Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, educação profissional para trabalhadores rurais; e
- d) Senat – Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes, educação profissional para trabalhadores do setor de transportes.

Os módulos didáticos oferecidos, voltados à profissionalização inicial, foram em áreas profissionais como as indicadas a seguir: telecomunicações; automobilística; alimentícia; construção civil; artes gráficas; têxtil; eletricidade; comércio; comunicação; conservação e zeladoria; informática; e saúde.

Segundo informação do *site* do Coter, os resultados alcançados (até o ano de 2020, inclusive), desde o seu início, o PSC já capacitou mais de 210 mil jovens em todo o Brasil. Cerca de 70% encontraram colocação no mercado de trabalho. Em 2020, o PSC possui expectativa de atender a cerca de 6 mil militares em âmbito nacional.

Em síntese, esta seção apresentou o protagonismo do município de Corumbá no contexto fronteiriço, bem como a relevância do 17.º B Fron para a capital do Pantanal, com ênfase no aspecto socioespacial.

A seguir, serão apresentados os resultados e as análises do questionário aplicado a fim de subsidiar uma resposta ao problema em estudo.

RESULTADOS DA PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE O EMPREGO DO 17.º B FRON PARA A SEGURANÇA DA FRONTEIRA CORUMBÁ–PUERTO QUIJARRO (BOL)

Nesta seção, serão apresentados os resultados da pesquisa de opinião, por meio de gráficos, e as análises resultantes da aplicação junto à sociedade local. Além disso, a proposta de ação revelou, após o preenchimento do questionário, possíveis crimes que ocorrem na capital do Pantanal.

De acordo com Freitas (2013), o Pantanal está situado em área de tensão ecológica: “[...] a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), mapeou as áreas de tensão ecológica em virtude da expansão do setor sucroalcooleiro para os biomas da Amazônia e do Pantanal” (Freitas, 2013). Destarte, cabe destacar que o Pantanal representa a maior planície alagada do mundo.

O 17.º B Fron foi a referência do EB em Corumbá a fim de levantamento, análise e apresentação de dados. O trabalho analisou a opinião da sociedade local quanto ao emprego do Batalhão para a segurança da fronteira. Foi motivado pela ambição de disseminar esse tema outrora relegado, sobre a cobiça na fronteira pantaneira e a sua vulnerabilidade.

Torna-se fundamental a conscientização da sociedade de que vivemos sob ameaça à soberania nacional e à integridade territorial. Nesse ínterim, a fim de dar ampla divulgação ao assunto, a proposta de ação do trabalho foi distribuir um panfleto, posteriormente ao preenchimento da pesquisa de opinião, para cada cidadão(ã) convidado(a). O panfleto teve caráter informativo, conforme a Figura abaixo.

A proposta de ação foi realizada com 100% das pessoas que preencheram a pesquisa. Entretanto, ainda que aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) com seres humanos, na Plataforma Brasil, por meio do Parecer n.º 4.002.836, e que conste no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a entrega física do panfleto educativo não foi executada, sendo ele inserido no fim da pesquisa, no formato de imagem eletrônica. É importante frisar, neste contexto, que o questionário foi aplicado por meio da ferramenta do *Google* formulários, com distribuição por e-mail e via aplicativo *Whatsapp*.

Destaca-se que os fatos supracitados ocorreram em consequência da grave pandemia mundial decorrente da Covid-19, cuja medida paliativa atinente à proposta de ação contribuiu não só para a difusão segura do tema, mas, ainda, para a não propagação do vírus por meio do contato físico entre os participantes. Dessa forma, a distribuição da mídia eletrônica do panfleto educativo também não interferiu na restrição de circulação nas ruas e locais públicos, vivenciada em Corumbá devido à crise mundial.



Figura. Panfleto educativo. Fonte: elaboração do autor.

Resultados e análises – Identificação do participante

A pesquisa foi planejada como quantitativa-descritiva, totalizando 130 pessoas da sociedade local.

De acordo com o Gráfico 1, verifica-se que a amostragem participante da pesquisa concentrou-se, em mais de 70%, a partir dos 25 anos de idade até os 50 anos.

Constata-se que, de acordo com o Gráfico 2, a amostragem participante da pesquisa concentrou-se em moradores de Corumbá-MS (mais de 75%).

Nota-se que, de acordo com a pesquisa, a amostragem participante concentrou-se em cidadãos nascidos em outras cidades, sendo somente 25% natural de Corumbá-MS, segundo o Gráfico 3, o que evidencia a condição da cidade como receptora de cidadãos de outros estados a fim de buscarem emprego nos mais diversos setores, como mineração, saúde, pecuária, forças armadas, entre outros.

Observa-se que, aos moldes do passado, no presente, ainda parcela significativa da população trabalha em setores informais, perfazendo quase 38% da amostra do Gráfico 4.

No Gráfico 5, nota-se que a fração mínima representativa do gráfico possui ensino fundamental incompleto, evidenciando a possibilidade do pleno entendimento dos quesitos por parte dos participantes.

Gráfico 1 – IDADE:

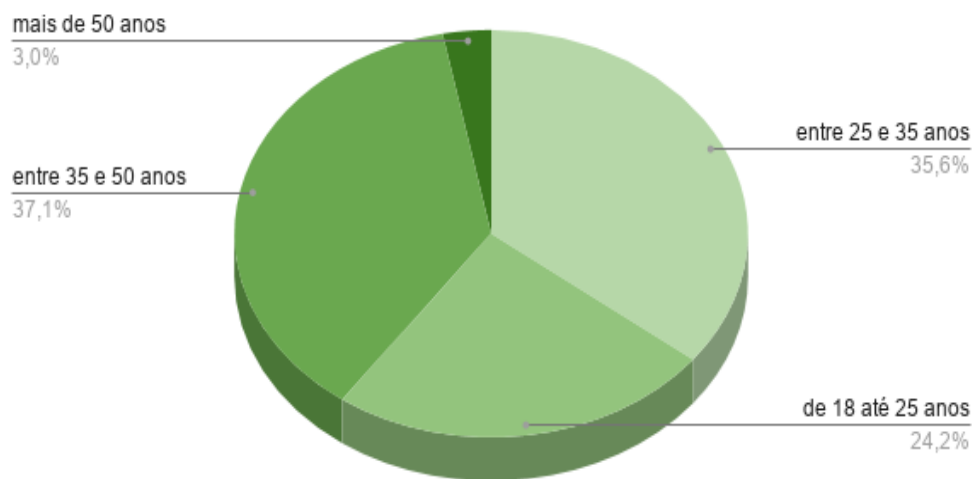


Gráfico 1. Idade dos participantes. Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 2 – CIDADE EM QUE RESIDE:

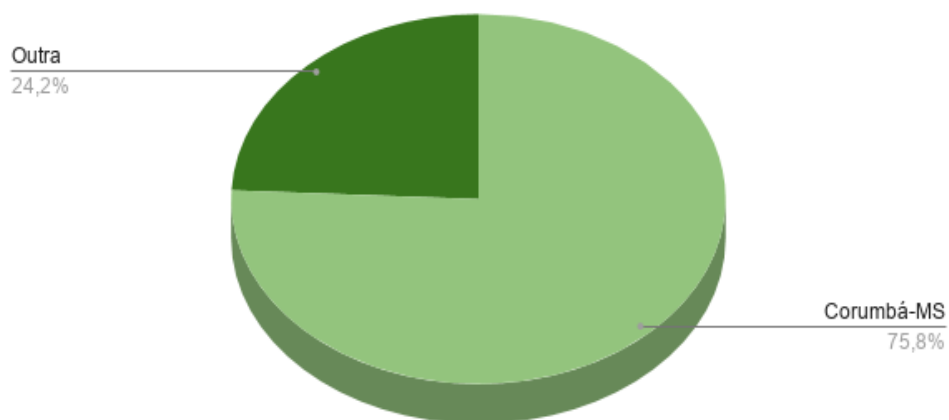


Gráfico 2. Cidades onde residem os participantes. Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 3 – NATURALIDADE:

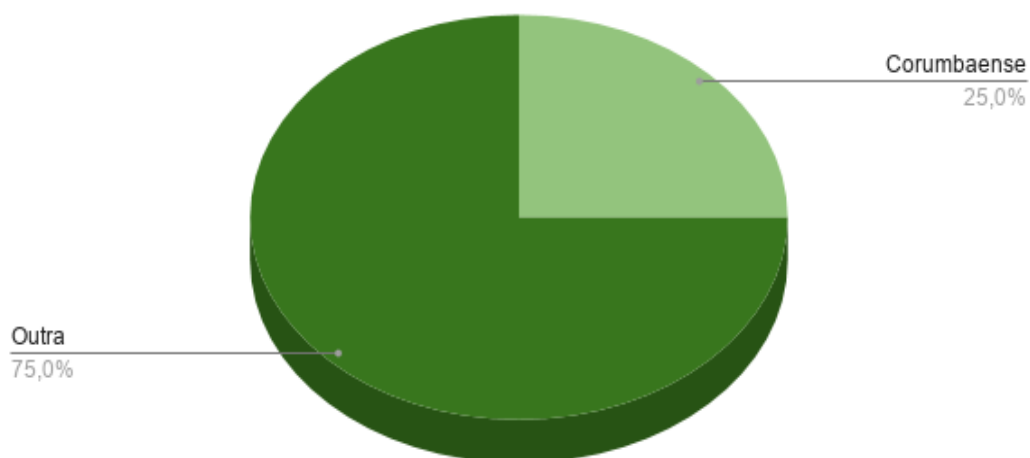


Gráfico 3. Naturalidade dos participantes. Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 4 – PROFISSÃO:

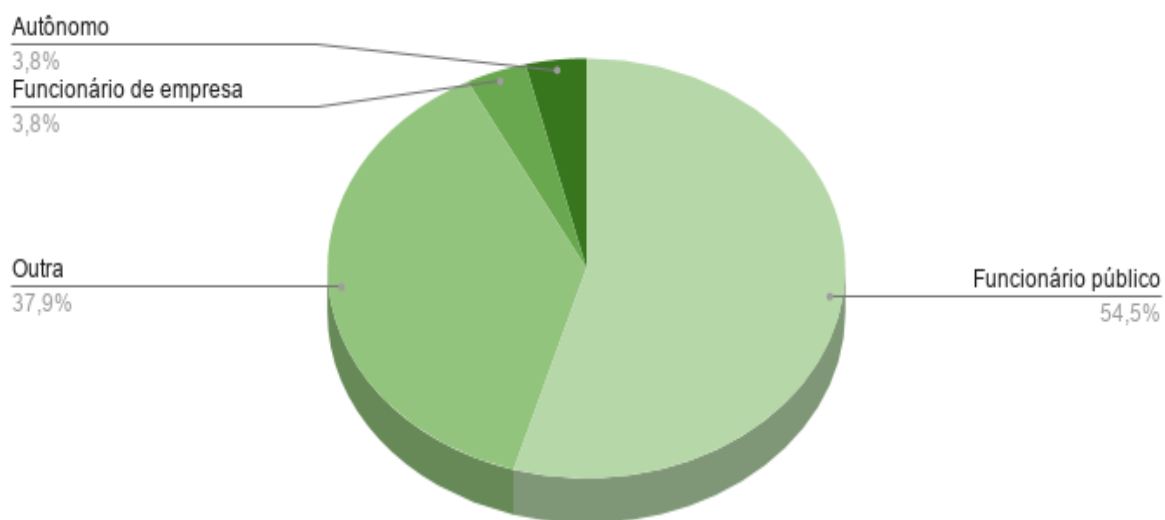


Gráfico 4. Profissão dos participantes. Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 5 – ESCOLARIDADE:

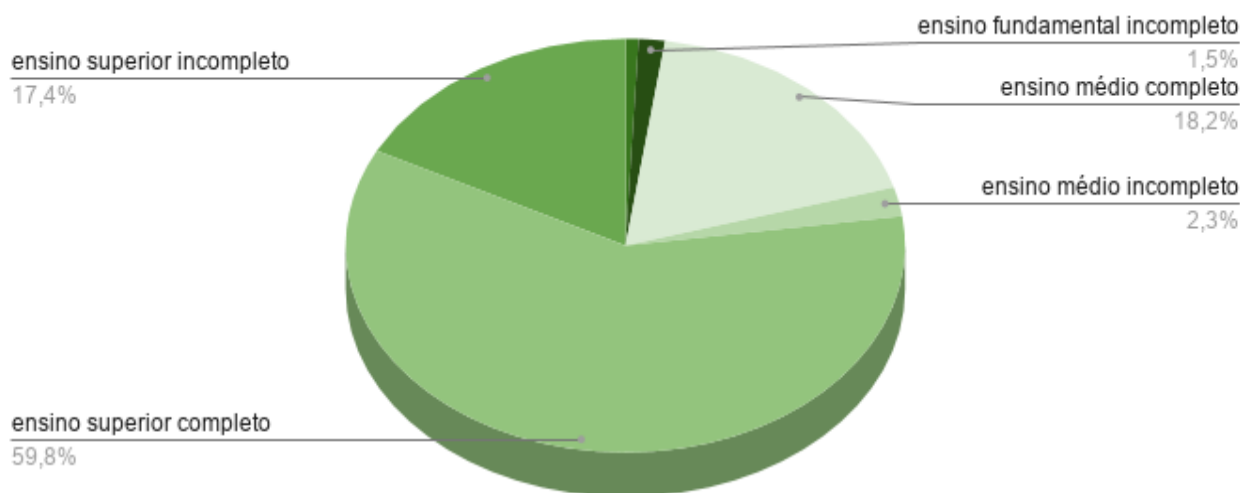


Gráfico 5. Escolaridade dos participantes. Fonte: elaboração do autor.

Resultados e análises – Possíveis crimes na fronteira de Corumbá

Para a pergunta: “O(A) senhor(a) já viu ou ouviu falar, nesta fronteira, sobre o crime de”, os próximos Gráficos dão a dimensão do que responderam os participantes da pesquisa:

Gráfico 6 - Venda ilícita de animais silvestres?

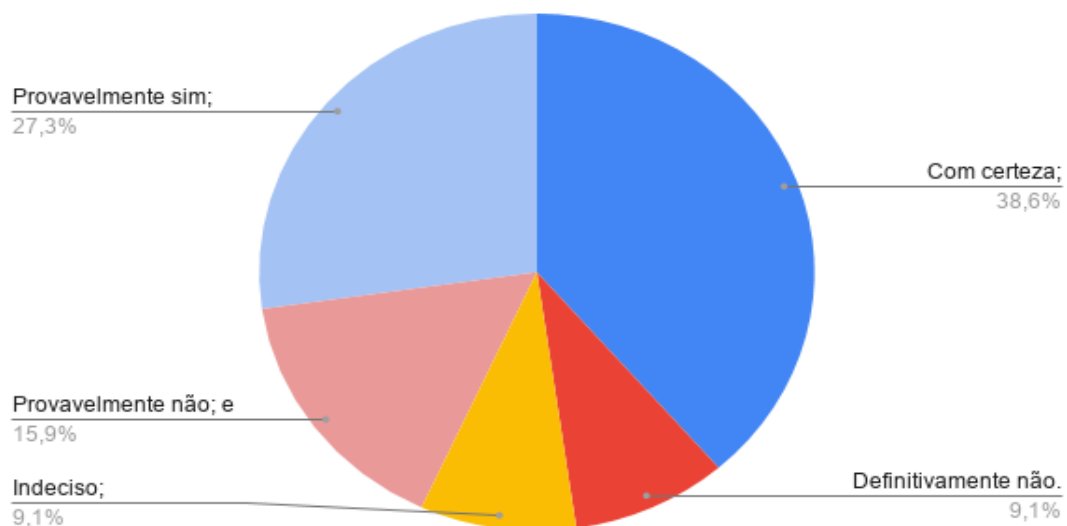


Gráfico 6. Conhecimento sobre a venda ilícita de animais silvestres. Fonte: elaboração do autor.

De acordo com o Gráfico 6, mais de 65% dos cidadãos entendem que ocorre o tráfico ilegal de animais silvestres na região, como exemplo de criações domésticas de jacarés e de papagaios ou, ainda, de onças e de macacos em fazendas para exploração comercial em passeios turísticos, sem autorização do órgão fiscalizador (Ibama). É importante ressaltar, segundo Valle (2010), que a área de fronteira é sensível a inúmeros delitos, o que indica merecer uma atenção especial dos governos. Não é raro encontrar oferta de vendas de animais e de aves do bioma pantaneiro pela internet, principalmente nos grandes centros e capitais do Brasil. Em São Paulo, uma arara azul pode chegar ao valor de R\$ 70.000,00.⁵¹

A Cidade Branca é alvo de narcotraficantes, o que fomenta a atuação dos órgãos de segurança federais, com apreensões anuais significativas de cocaína e de maconha. No mesmo sentido, a capital do Pantanal, em seu espaço urbano, possui bairros e áreas críticas pela violência de gangues⁵², além de bocas de fumo⁵³ e prostituição⁵⁴ (inclusive infantil)⁵⁵.



Gráfico 7. Conhecimento sobre o tráfico de pessoas. Fonte: elaboração do autor.

⁵¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/09/comprar-um-pet-diferentao-custa-ate-r-70-milveja-como-fazer.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁵² Disponível em: <https://oestadoonline.com.br/2018/11/21/corumba-estudante-da-marinha-e-assassinado-com-mais-de-10-facadas/> e <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/gangues-se-enfrentam-e-trocamiros-em-avenida-movimentada-de-corumba>. Acesso em: 5 jul. 2020.

⁵³ Disponível em: <https://folhams.com.br/2019/06/01/operacao-conjunta-entre-policia-militar-e-civil-fechoubocas-de-fumo-no-popular-nova-e-centro-america/> e em <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=113091>. Acesso em: 5 jul. 2020.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/dona-de-bar-e-presa-por-exploracao-sexual-em-corumba>. Acesso em: 5 jul. 2020.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.camaracorumba.ms.gov.br/noticia/em-audiencia-autoridades-pregam-uniao-nocombate-as-drogas-e-prostituicao-infantil>. Acesso em: 5 jul. 2020.

De acordo com o Gráfico 7, mais de 60% dos cidadãos entendem que ocorre tráfico de pessoas nesta fronteira. Segundo reportagem de dezembro de 2019, do Diário Corumbaense⁵⁶, existe uma organização criminosa que conduz bolivianos, via fronteira de Puerto Quijarro e Corumbá, até São Paulo para serem explorados em oficinas de costura, tendo adolescente menores de idade como alvos prediletos.

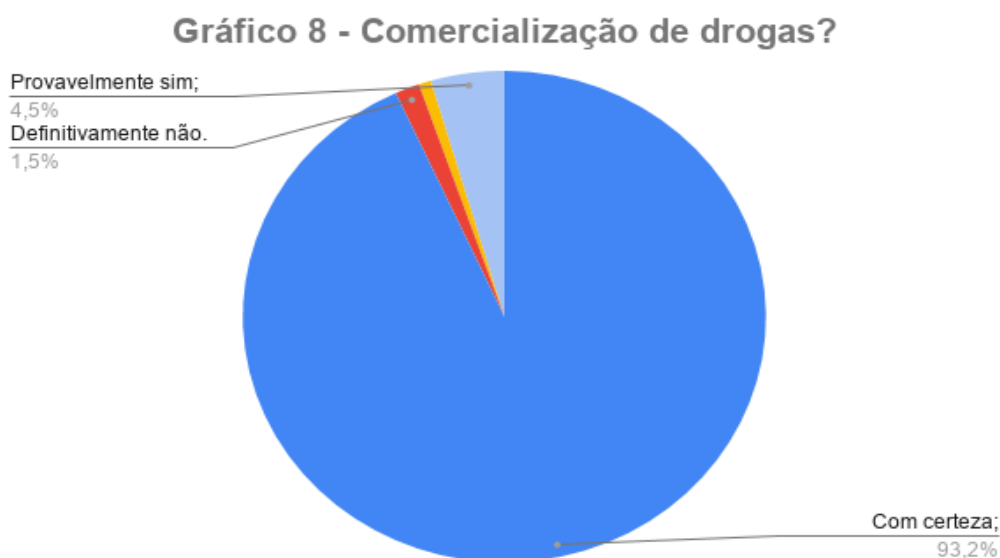


Gráfico 8. Conhecimento sobre a comercialização de drogas. Fonte: elaboração do autor.

Segundo o Gráfico 8, a maioria dos participantes, quase 98%, entende que há comércio de drogas (entorpecentes) nesta fronteira. Desde o passado, as demarcações e os limites fronteiriços passam por evoluções e modificam-se com o passar dos anos. Esse fato decorre das nações serem carentes de medidas coercitivas, dissuasórias e de fiscalização nos seus limites territoriais. Dessa maneira, para Santos (1994), a maior prova da materialidade da fronteira é o contrabando, o que é fruto da falta de fiscalização do Estado.

Contudo, na modernidade, a “silenciosa” circulação de drogas deve ser considerada (Freitas, 2017), demandando o combate dissuasório com o emprego das FFAA.

De fato, durante os últimos anos, o crescimento sustentado do consumo de drogas ilegais nas grandes cidades de Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai favoreceu a formação gradual de um mercado varejista em crescimento, expandido, diversificado e altamente rentável. Este mercado se estruturou, basicamente, em torno da comercialização no varejo de drogas ilícitas, sobretudo cocaína e maconha, entre as camadas sociais médias e altas da sociedade urbana (Nasser, 2014).

Segundo informação do Diário Corumbaense⁵⁷, a rota da cocaína tem origem em Santa Cruz de La Sierra, seguindo para o refino em Puerto Suarez e, logo em seguida, o transporte pelas trilhas clandestinas da fronteira entre Puerto Quijarro e Corumbá, tudo como o objetivo de atingir os grandes centros urbanos brasileiros.

⁵⁶ Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=113963>. Acesso em: 5 out. 2020.

⁵⁷ Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=118775>. Acesso em: 13 out. 2020.

Gráfico 9 - Comercialização ilícita de combustível?

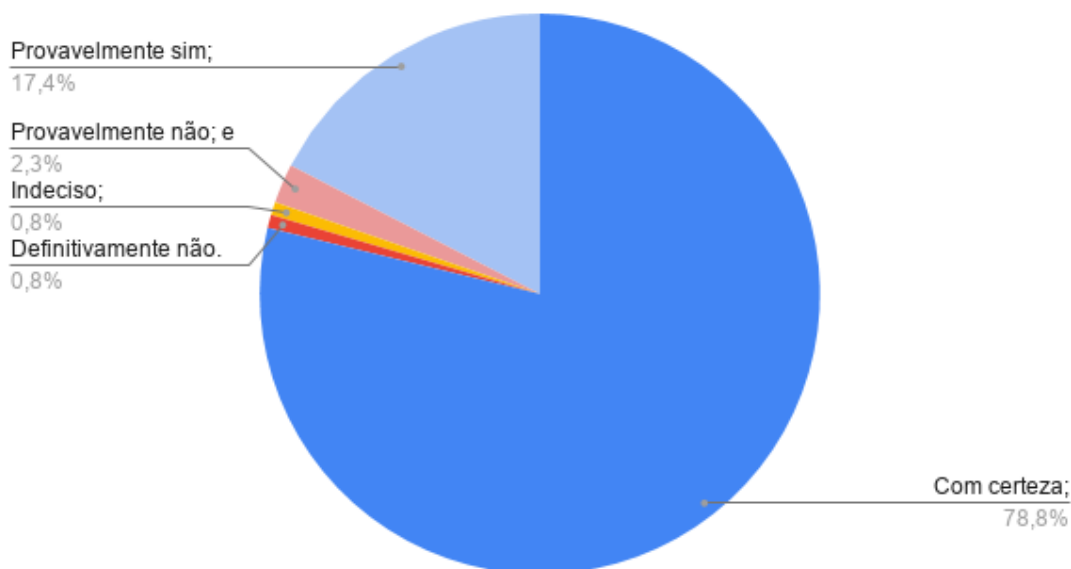


Gráfico 9. Conhecimento sobre a comercialização ilícita de combustível. Fonte: elaboração do autor.

Cerca de 95% da amostragem do Gráfico 9 entendem que há comércio irregular de combustível na fronteira de Corumbá. Além da passagem por trilhas, os traficantes utilizam embarcações, conforme informação do G1/TV Morena⁵⁸. Do exposto, a segurança na fronteira local requer Operações Interagências com emprego amplo para conter as práticas ilícitas.

Constata-se, conforme o Gráfico 10, que quase 80% dos cidadãos acreditam haver comércio ilegal de armas em Corumbá. Via de regra, em operações militares, como Cadeado e Agata, há emprego de uma Companhia de Fuzileiros, com cerca de 150 militares⁵⁹, do 17.º B Fron, em missões ininterruptas, que duram entre três e cinco dias, na faixa de fronteira local, juntamente com os OSP. De acordo com levantamento do MS Notícias⁶⁰, as armas ilegais passam pela fronteira, oriundas do Paraguai e da Bolívia, para abastecer as organizações criminosas de São Paulo e Rio de Janeiro.

⁵⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/08/30/pma-apreende-embarcacaoutilizada-em-contrabando-de-combustivel-na-fronteira-com-a-bolivia.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁵⁹ Média de participantes nas operações militares durante o 1.º semestre de 2019.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.amambainoticias.com.br/policia/estado-tem-7-corredores-de-traffic-de-drogase-armas-na-fronteira>. Acesso em: 20 set. 2020.

Gráfico 10 - Comercialização ilícita de armamentos?

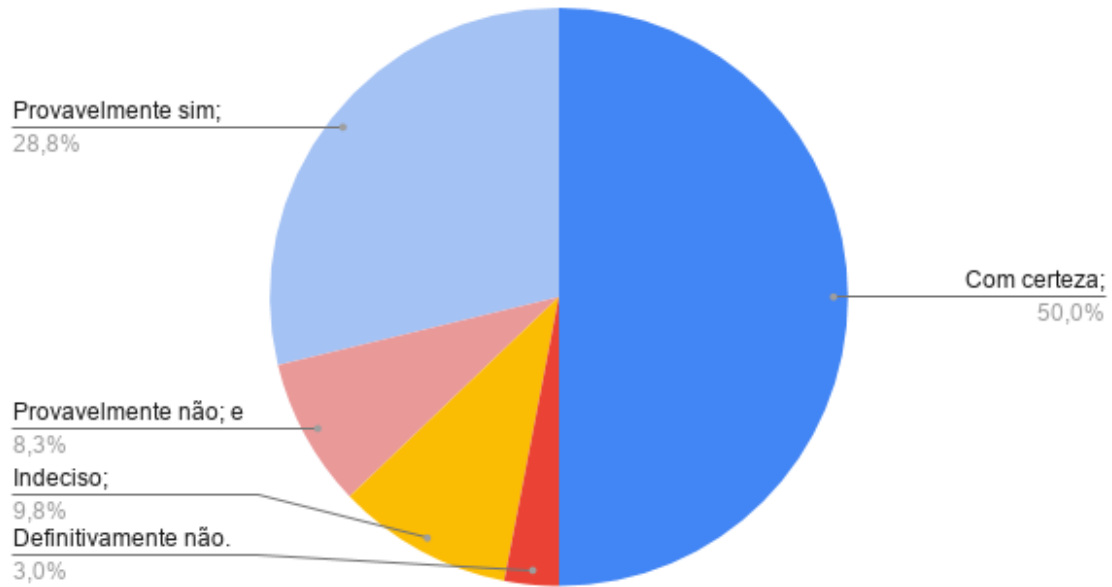


Gráfico 10. Conhecimento sobre a comercialização ilícita de armamentos. Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 11 - Comercialização ilícita de medicamentos?

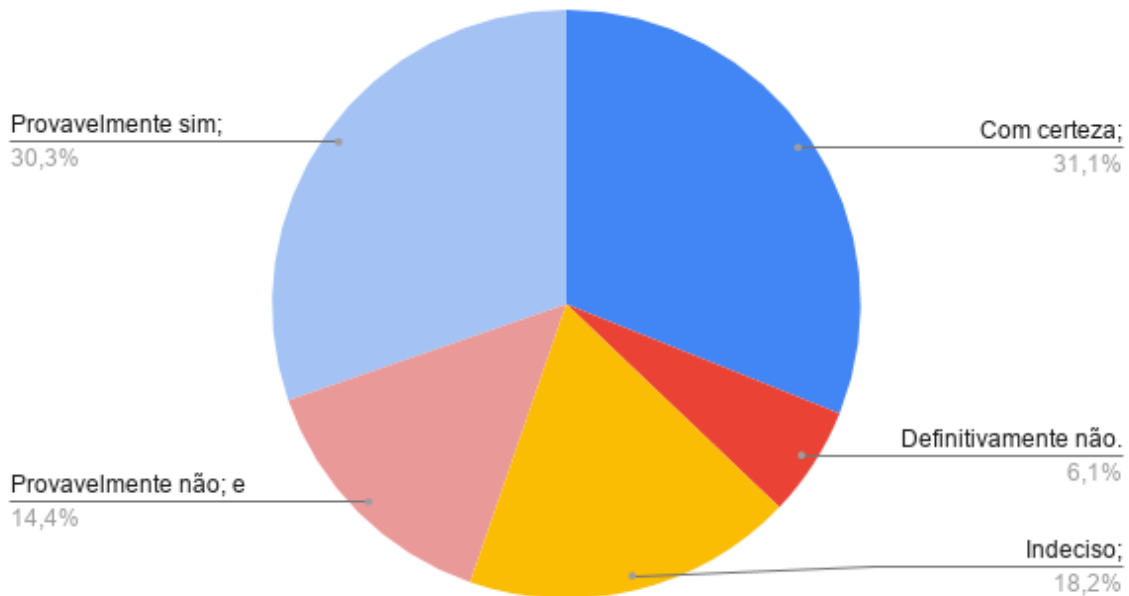


Gráfico 11. Conhecimento sobre a comercialização ilícita de medicamentos. Fonte: elaboração do autor.

Conforme o Gráfico 11, esse comércio ilícito tornou-se uma das bases da economia de países terceiro-mundistas da América do Sul, o que amplia as redes de fornecimento, os dependentes químicos,

encarece os gastos com a vigilância fronteiriça, formando amplas multiterritorialidades regionais, fruto dos crimes transnacionais. Desse modo, constata-se o viés social e militar vividos nas fronteiras, impondo o aprimoramento das capacidades fiscalizatórias dos órgãos de segurança pública, bem como de defesa, junto às Forças Armadas regulares de um país.

Verifica-se no Gráfico 12 que quase metade dos entrevistados acredita que não há comércio ilegal de minério na região. Com o despertar da cobiça de poderosas nações sobre o Pantanal brasileiro, de acordo com Freitas (2017), em Corumbá encontram-se as maiores reservas de ferro e de manganês do país, no maciço do Urucum, o que motiva o garimpo ilegal.

Ressalta-se, ainda, em matéria do Diário Corumbaense⁶¹, que o Exército Boliviano atuou na última década na região de Chiquitania a fim de coibir a atuação dos garimpos para o comércio ilegal de ouro, cujo destino é a fronteira brasileira, uma vez que fica próximo de Corumbá.

Por meio da caracterização dos recursos naturais existentes, destacam-se as vulnerabilidades de segurança e de controle da cobiça externa e interna sobre o território do Pantanal, corroborando para atuação integrada dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) em Operações Interagências. Em voga no presente, o desmatamento é tema constante desta fronteira. Em 2020, ano atípico, os incêndios criminosos no Pantanal foram destaque na mídia nacional e internacional. A fumaça chegou ao Sul e ao Sudeste brasileiro. Na região, problemas respiratórios foram agravados em decorrência da péssima qualidade do ar. Pelo Gráfico 13, observa-se que mais de 75% da amostra acreditam que exista o desmatamento. Segundo o portal Bonito Notícias⁶², fazendeiro de Corumbá foi multado em 12 mil reais por exploração de madeira ilegal.

⁶¹ Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=20510>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁶² Disponível em: <https://www.bonitonoticias.com.br/bonito-ms/noticia/meio-ambiente/fazendeiro-e-multadoem-r-12-mil-por-desmatamento-e-exploracao-de-madeira-ilegal-em-corumba>. Acesso em: 22 set. 2020.

Gráfico 12 - Comercialização ilícita de minério?

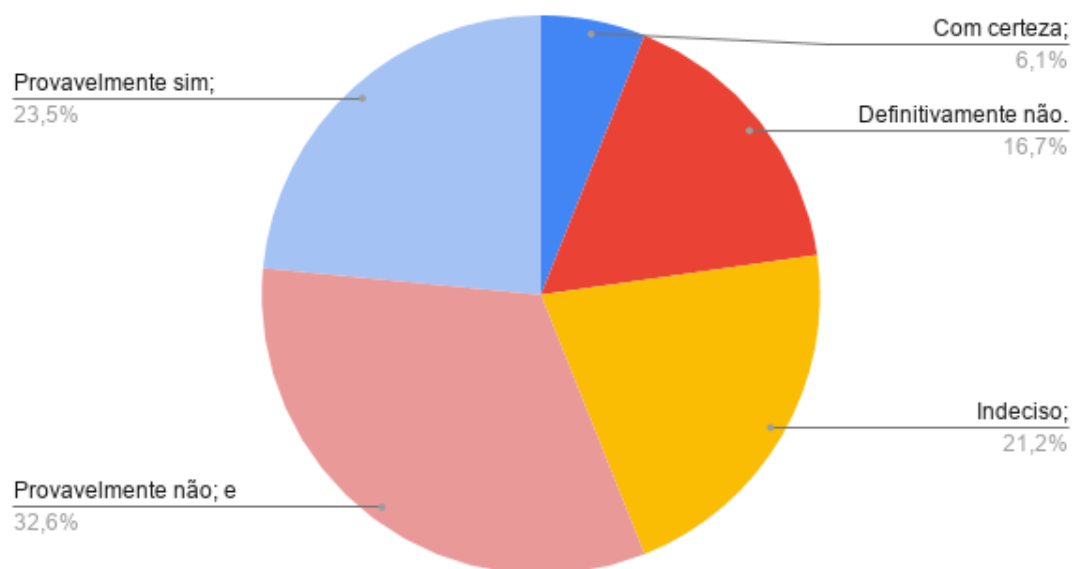


Gráfico 12. Conhecimento sobre a comercialização ilícita de minério. Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 13 - Desmatamento e/ ou a comercialização ilícita da flora?

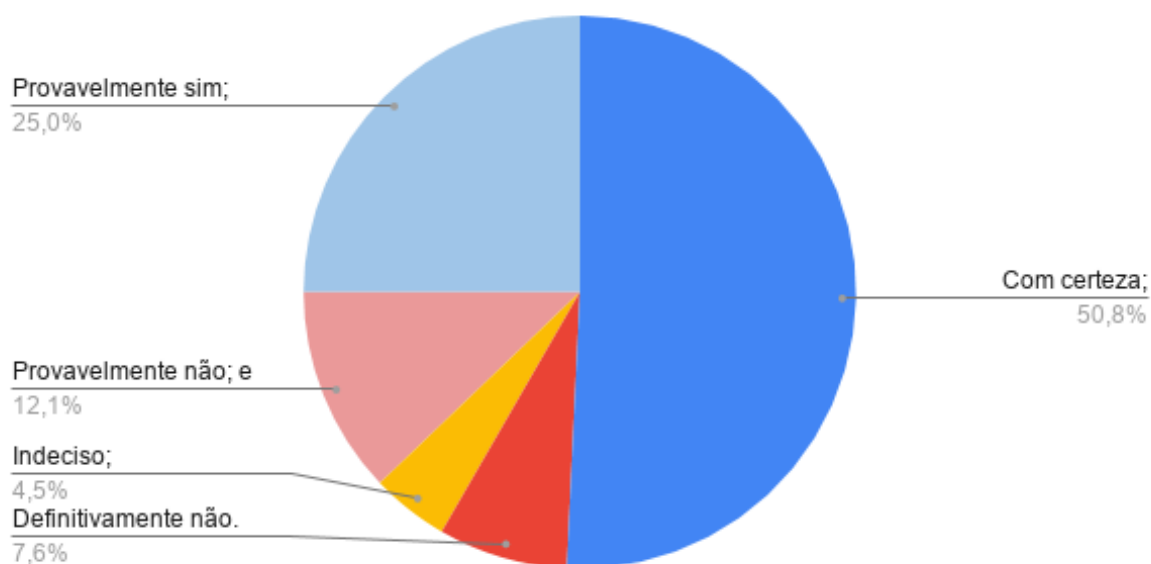


Gráfico 13. Conhecimento sobre desmatamento e/ou comercialização ilícita da flora. Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 14 - Ocupação irregular de terras?

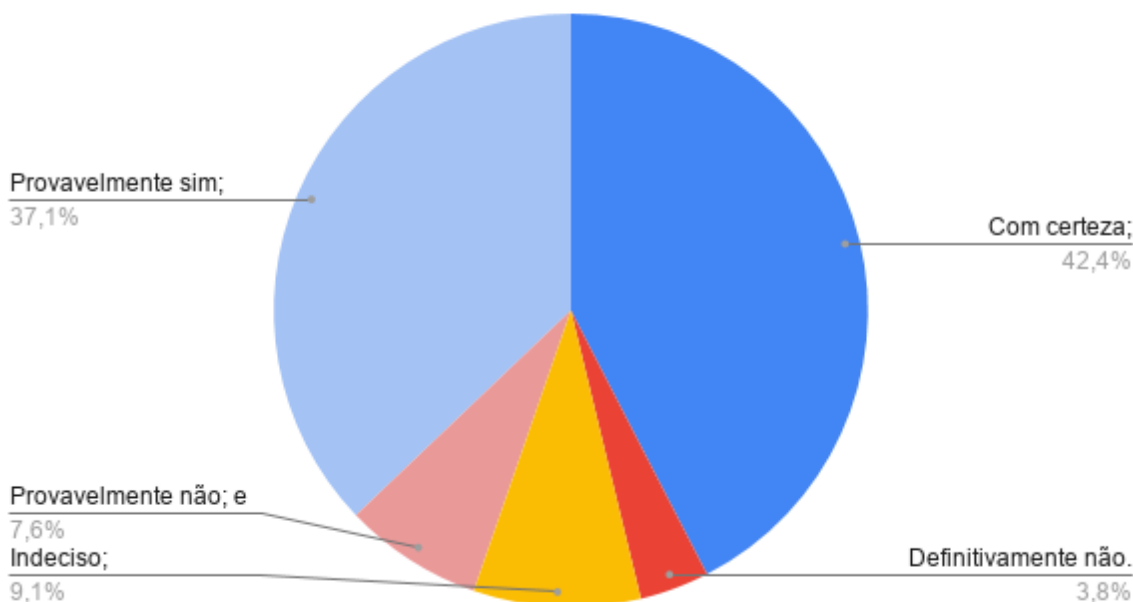


Gráfico 14. Conhecimento sobre ocupação irregular de terras. Fonte: elaboração do autor.

Segundo a pesquisa, como podemos ver no Gráfico 14, quase 80% da população acredita que há ocupação irregular de terras em Corumbá. No entorno da zona urbana, é possível verificar áreas de ocupação. Na parte rural, de igual forma, principalmente nos eixos rodoviário, sentido Corumbá–Campo Grande, provenientes de movimentos sociais.

Na fronteira de Corumbá com Puerto Quijarro, conforme a pesquisa, de acordo com o Gráfico 15, mais de 70% dos cidadãos acreditam que há câmbio irregular de valores em dinheiro. Para constatar isso, basta atravessar a fronteira e ser surpreendido com inúmeros estabelecimentos de câmbio clandestinos do lado boliviano, com destaque para a possibilidade de poder trocar dólar e euro, além de real e boliviano (moeda do país vizinho), tudo com preço aquém do praticado pelos bancos regulares por meio das taxas cambiais.

Gráfico 15 - Câmbio irregular de valores em dinheiro?

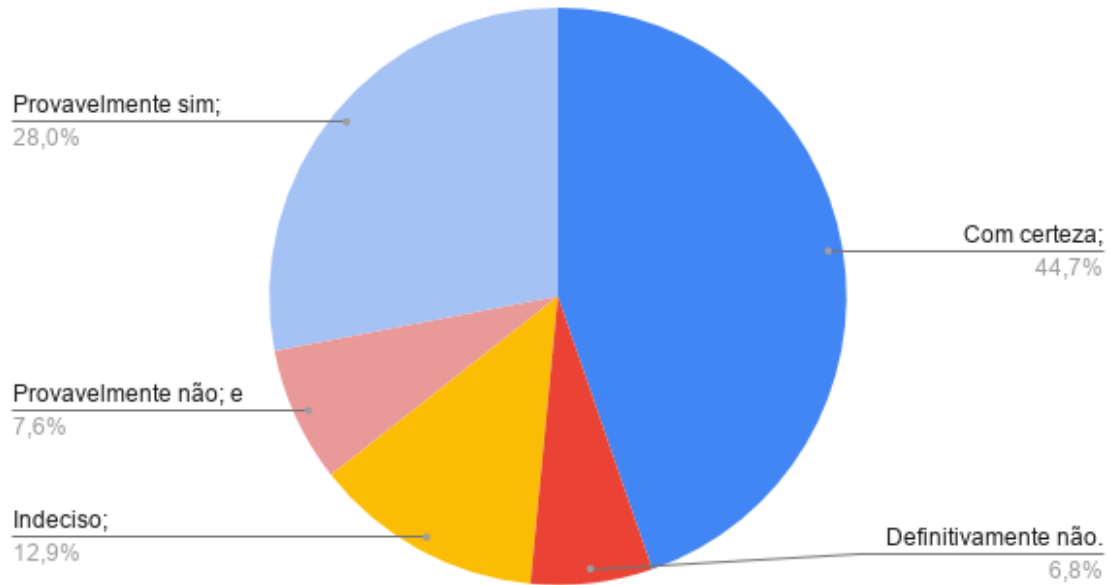


Gráfico 15. Conhecimento sobre o câmbio irregular de valores em dinheiro. Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 16 - Venda de veículos furtados ou roubados?

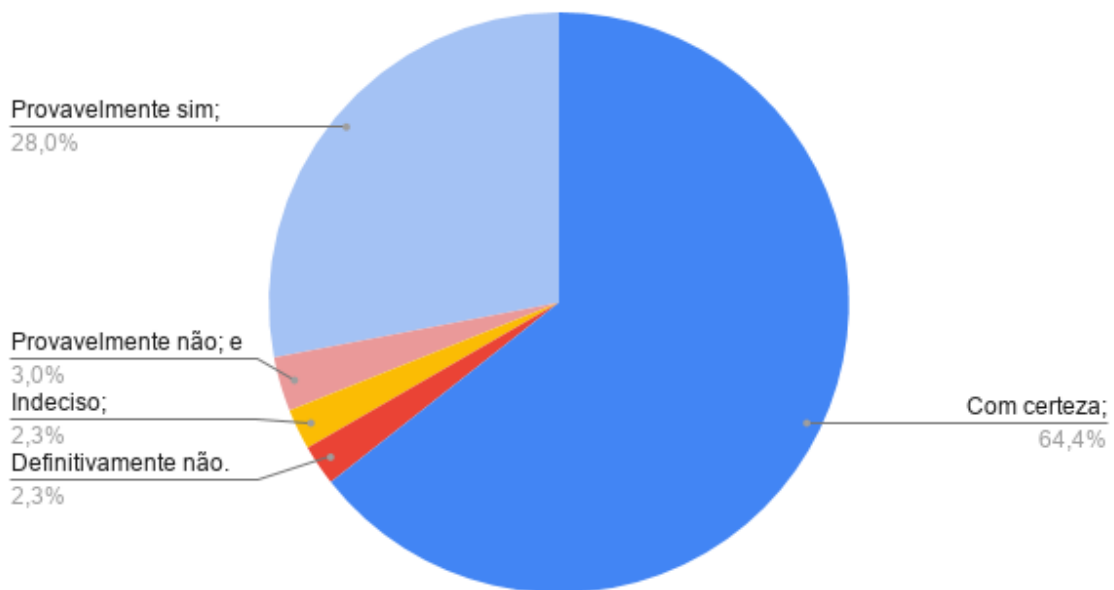


Gráfico 16. Conhecimento sobre venda de veículos furtados ou roubados. Fonte: elaboração do próprio autor.

De acordo com a amostra do Gráfico 16, mais de 90% dos participantes acreditam que há venda de veículos furtados ou roubados nesta fronteira. Pelas “cabriteiras”, trilhas clandestinas, delinquentes atravessam veículos, principalmente de locadoras de veículos de outras cidades, para Puerto Quijarro,

vendendo por valor bastante compensador e aplicando, via de regra, o “golpe do seguro” em empresas seguradoras brasileiras.

Resultados e análises – A importância do 17.º B Fron para a segurança local

Gráfico 17 - No seu entendimento, atualmente, a fronteira de Corumbá é segura?

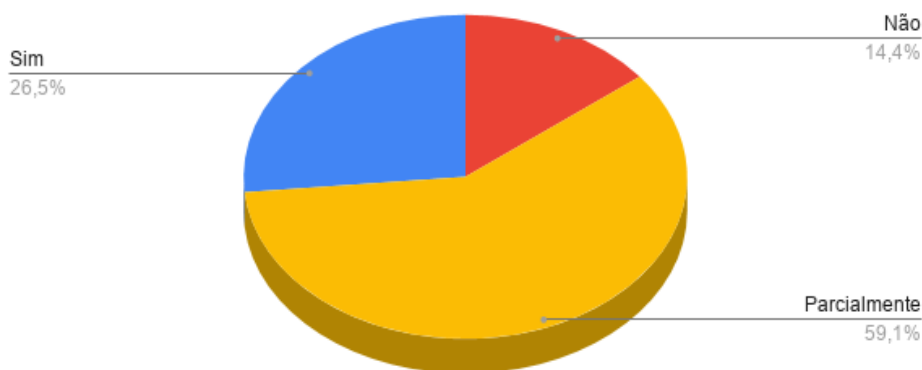


Gráfico 17. Percepção da segurança na fronteira de Corumbá. Fonte: elaboração do autor.

Do passado ao presente, a cidade de Corumbá e o 17.º B Fron compartilham a segurança e a defesa da faixa de fronteira local. Salienta-se que o somatório dos efetivos de todos os órgãos de segurança pública⁶³ da região não supera os cerca de 900 militares existentes no 17.º B Fron. Nesse contexto, avulta de importância a parceria e a cooperação entre as instituições federais, estaduais e municipais a fim de combater os ilícitos nos mais diversos níveis. Fruto disso, constata-se que quase 60% da amostra acredita que Corumbá seja uma fronteira parcialmente segura, segundo demonstra o Gráfico 17 acima.

⁶³ Polícia Federal, 6.º Batalhão de Polícia Militar (BPM), Polícia Civil, 3.º Grupamento de Bombeiros Militares, 3.º Pelotão da 2.ª Companhia do 15.º BPM Ambiental, 3.º Pelotão da 1.ª Companhia do 14.º BPM Rodoviário e Guarda Municipal de Corumbá.

Gráfico 18 - Você serve ou serviu no 17º B Fron ou, ainda, conhece alguém que tenha servido?

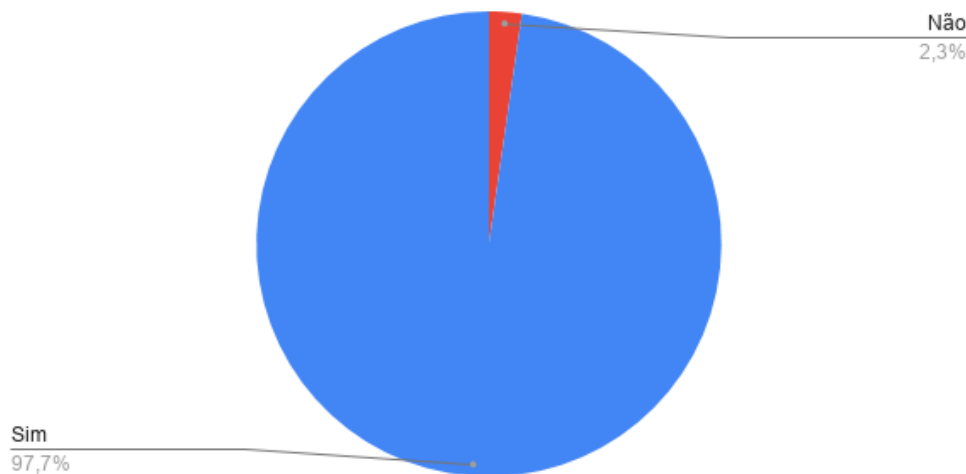


Gráfico 18. Se serviu ou conhece alguém que tenha servido no 17.º B Fron. Fonte: elaboração do autor.

De acordo com o Gráfico 18, praticamente 98% dos participantes conhecem algum ex-militar do Batalhão. Nesse sentido, o efetivo mobilizável para a Defesa da Fronteira é grande. É relevante frisar o Artigo “Guerra do Terror”, em que fica demonstrado o poderio militar dos Estados Unidos da América, uma década após os trágicos eventos de 11 de setembro de 2001, e o seu desdobramento bélico em todas as áreas do território mundial, tornando-se relevante por influenciar na Integração de Defesa da América do Sul, dado que existem bases norte-americanas permanentes na Colômbia, Equador e Peru (Canepa, 2012).

[...] a Colômbia aumentou consideravelmente o número de unidades militares e policiais. Só entre os anos de 2002 e 2006, este aumento chegou a 32%. Em número de militares, o Exército Colombiano já é comparável ao EB, tradicionalmente o maior da região. Voltadas para missões de baixa intensidade (*low intensity conflict*), as unidades colombianas foram dotadas com meios de mobilidade e apoio tático, como helicópteros e plataformas de inteligência (Nasser, 2014).

Com isso, diante de qualquer ameaça externa ou interna, o Exército deve estar pronto para mobilizar efetivos em prol da defesa do bem comum.

O artigo “Da greve ao caos” influenciou para a pergunta do Gráfico 19 sobre a atuação do EB na garantia do funcionamento mínimo das estradas do país. Ademais, trata sobre a malha rodoviária do Brasil e a dependência generalizada causada por ela, constatada na greve dos caminhoneiros no 1.º semestre de 2018 (Venturoli, 2018). Tal fato influenciou para que novas opções fossem implementadas no modal de transportes do país, projetando positivamente a alternativa de aproveitamento das embarcações no Rio Paraguai, para os transportes de cargas em via fluvial, o que agrega valor à territorialidade local. Nesse período, destaca-se a atuação do 17.º B Fron em operações militares de garantia da lei e da ordem (GLO)

em Corumbá.

Gráfico 19 - Você viu ou ouviu falar sobre o 17º B Fron ter atuado em operações de garantia da lei e da ordem por ocasião da greve dos caminhoneiros, em 2018?

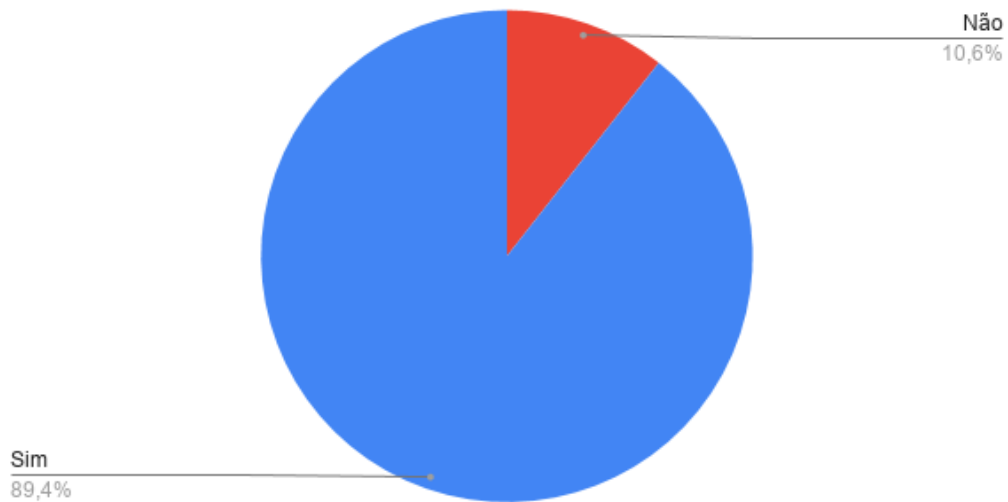


Gráfico 19. Conhecimento sobre a atuação do 17.º B Fron na greve dos caminhoneiros. Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 20 - Você viu ou ouviu falar sobre o 17º B Fron ter apoiado o recadastramento biométrico no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em 2018 e 2019?

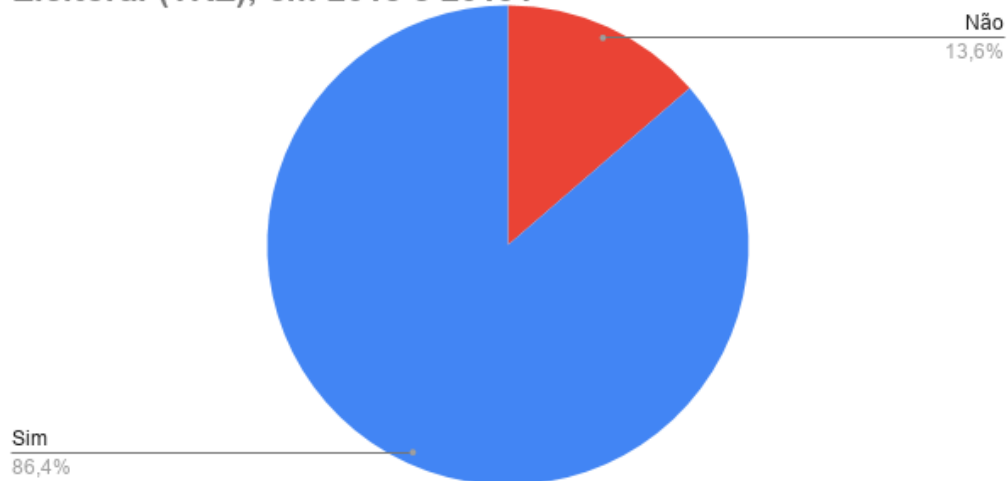


Gráfico 20. Conhecimento sobre o apoio do 17.º B Fron ao recadastramento biométrico. Fonte: elaboração do autor.

Pontualmente, militares do Batalhão estiveram presentes nas ações de recadastramento biométrico para os últimos pleitos eleitorais. Prova disso é que mais de 85% dos participantes atestaram o fato, como mostra o Gráfico 20. Assim, o Btl segue colaborando em todas as áreas em que é requerido.

Gráfico 21 - Você viu ou ouviu falar sobre o 17º B Fron ter apoiado o combate aos focos de incêndio no pantanal, em 2019?

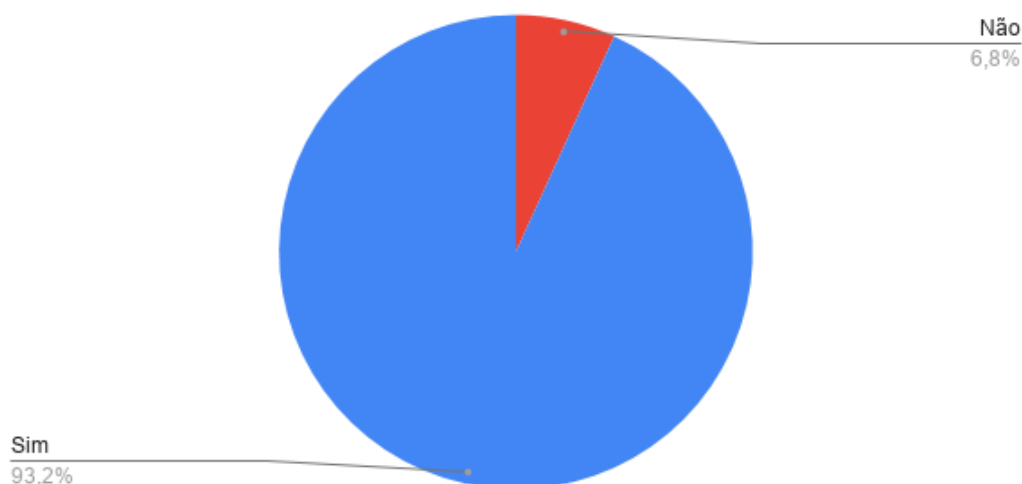


Gráfico 21. Conhecimento sobre o apoio do 17.º B Fron no combate aos focos de incêndio no Pantanal. Fonte: elaboração do autor.

Em 2019 e 2020, de acordo com o Gráfico 21, a população local viu o Batalhão cooperar com os OSP para os combates aos incêndios do Pantanal. Vale ressaltar que esse tópico será enfatizado na próxima seção.

Igualmente, em 2019 e 2020, segundo o Gráfico 22, a população local viu o Batalhão cooperar com a Vigilância Sanitária para o combate aos focos de dengue. Nessas ocasiões, os militares, previamente habilitados, cooperaram na divulgação das medidas de proteção e cautelares para evitar o acúmulo de água e a proliferação dos mosquitos, bem como apoiaram as ações de limpeza de terrenos da União nas áreas urbanas.

Gráfico 22 - Você viu ou ouviu falar sobre o 17º B Fron ter apoiado o combate aos focos de dengue em Corumbá, em 2019 e 2020?

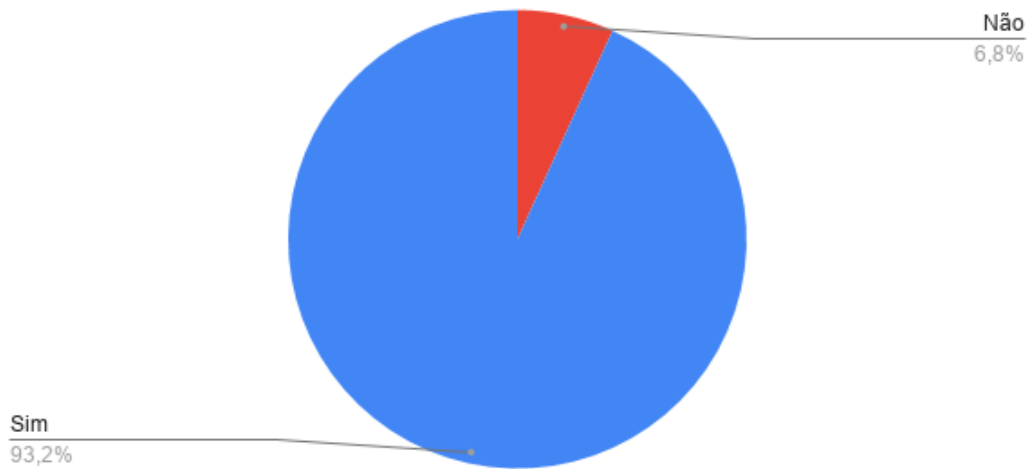


Gráfico 22. Conhecimento sobre o apoio do 17.º B Fron ao combate dos focos de dengue em Corumbá. Fonte: elaboração do autor.

Gráfico 23 - Você viu ou ouviu falar sobre o 17º B Fron ter apoiado o controle de acesso da fronteira, no Posto Esdras, por ocasião das ações governamentais para conter a proliferação do COVID-19, em 2020?

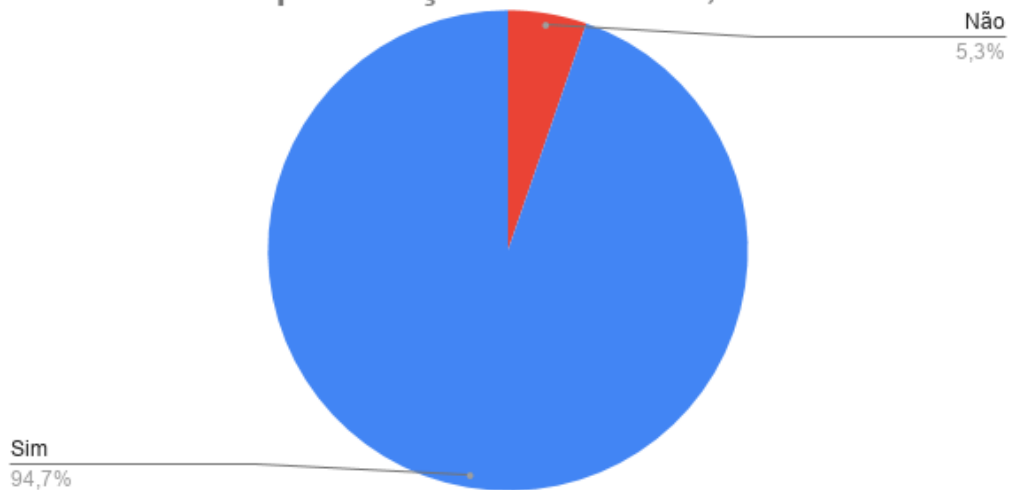


Gráfico 23. Conhecimento sobre o apoio do 17.º B Fron no controle de fronteira para conter a Proliferação da Covid-19. Fonte: elaboração do autor.

No presente, o advento do contrabando e da comercialização de drogas, como maconha e cocaína, levou as atenções das autoridades governamentais para as fronteiras Brasil–Bolívia, Brasil–Colômbia e Brasil–Paraguai.

Com a pandemia da Covid-19, as restrições de passagens pela fronteira passaram a ser mais severas, levando a tropa militar e os OSP a ficarem destacados por cerca de 6 meses em operações continuadas, por determinação da esfera federal, conforme aponta o Gráfico 23.

As transformações ocorridas na fronteira em estudo e o passar dos anos permitiram o avanço dos atos ilícitos, tais como: venda irregular de combustíveis e minerais, tráfico de pessoas, venda de drogas, comércio da fauna e flora do rico Pantanal, dentre outros. Diante disso, fez-se necessária a atuação do governo no sentido de enrijecer o acesso de imigrantes irregulares na faixa de fronteira em tela, pois constituem grave ameaça aos interesses nacionais, no que concerne à garantia da territorialidade, já forjada desde o início século XIX, pelas iniciativas da sociedade corumbaense e pelo braço forte do EB nas guerras de independência.

Nesse diapasão, as questões relacionadas ao emprego da tropa na Operação Covid-19 serão aprofundadas na próxima seção.

Gráfico 24 - Qual o seu nível de satisfação com a atuação e a presença do 17º B Fron em Corumbá, no combate aos crimes já mencionados nesta pesquisa?

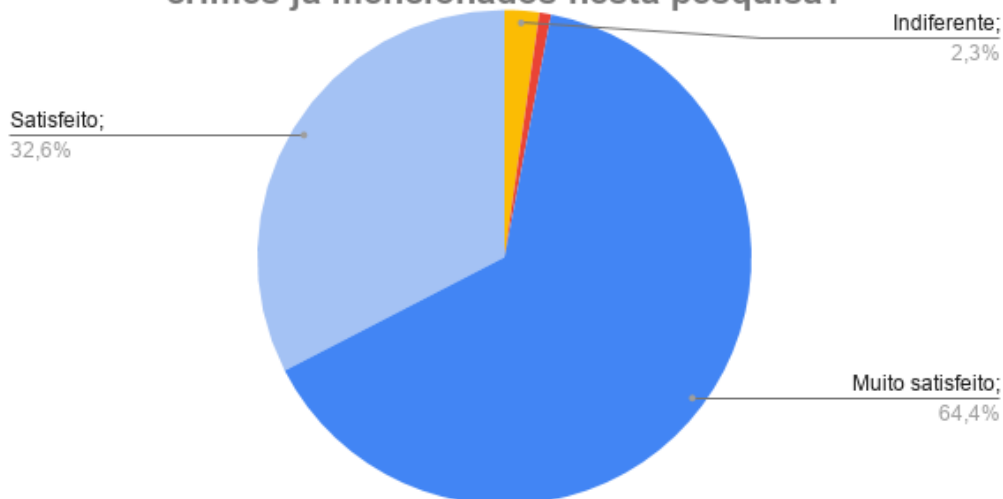


Gráfico 24. Nível de satisfação com a atuação do 17. B Fron no combate aos crimes citados em Corumbá. Fonte: elaboração do autor.

Como pontos sensíveis e de interesse militar, na área de Corumbá, encontram-se localizados: o gasoduto Brasil–Bolívia, o aeroporto, a estação de tratamento de água urbana, a subestação de energia,

estações de rádio⁶⁴, estação de televisão⁶⁵, Agesa (Armazéns Gerais Alfandegários), Receita Federal (Posto Esdras), Estação Ferroviária, Presídio Estadual, Ponte sobre o Rio Paraguai, Mina e Barragem Gregório⁶⁶ e Barragem Sul⁶⁷ (Mina Laís). Ainda, ao norte de Corumbá, existe a Aldeia Guató, em Porto Índio.

Gráfico 25 - No seu entendimento, caso o 17º B Fron fosse transferido para outro local do país, a cidade de Corumbá seria prejudicada?

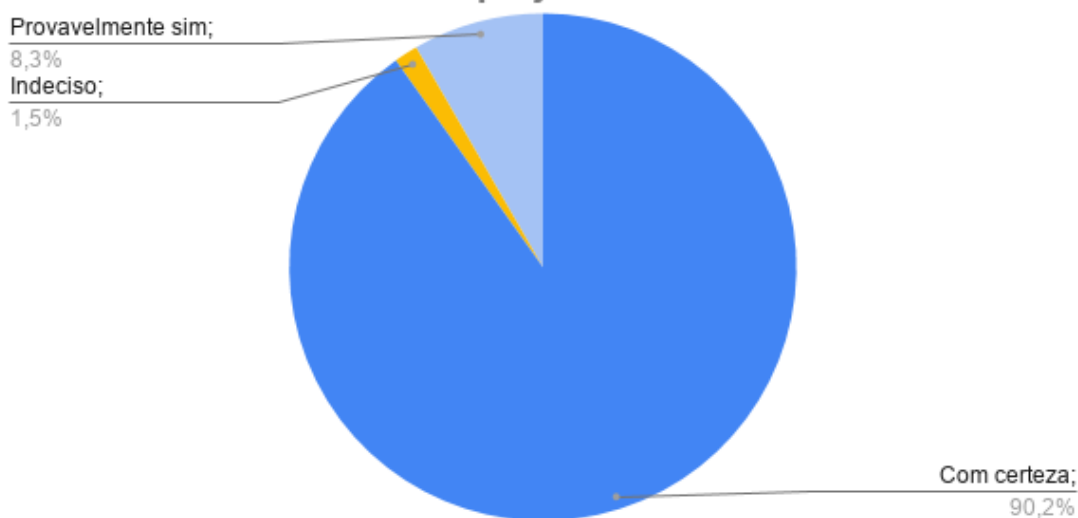


Gráfico 25. Se houvesse transferência do 17.º B Fron, Corumbá sairia prejudicada. Fonte: elaboração do autor.

O Artigo “Conflitos na América do Sul: consequências para o EB/ 2022” destaca tensões que podem resultar no emprego das Forças Armadas brasileiras no entorno fronteiriço do país, como: “para os próximos quinze anos apontam para diversas possibilidades de conflitos, a maioria deles oriundos de problemas socioeconômicos que abrem caminho à ação do crime organizado [...]” (CEEEEx, 2007).

Os Gráficos 24 e 25 evidenciam o sentimento de satisfação com a atuação do 17.º B Fron em Corumbá, bem como que a cidade seria prejudicada caso o Batalhão fosse deslocado definitivamente para outra cidade. Assim, ratifica-se a necessidade da defesa dos supracitados pontos de interesse militar e a manutenção da tropa sempre pronta para emprego no entorno estratégico brasileiro.

⁶⁴ Difusora Matogrossense AM (1360 Khz), Rádio Nova Clube AM (1410 Khz), Fronteira AM (960 Khz), Transamérica Hits (92,9 Khz), Band FM (94,3 Khz), Comunitária Pantanal (87,9 Khz) e Rádio Marinha FM (105,9 Khz).

⁶⁵ TV Morena.

⁶⁶ Localizada na entrada do Menck, na BR 262.

⁶⁷ Localizada na entrada do Morro Urucum, na BR 262.

Gráfico 26 - No seu entendimento, qual(is) o(s) benefício(s) para a sociedade local da atual presença do 17º B Fron em Corumbá?

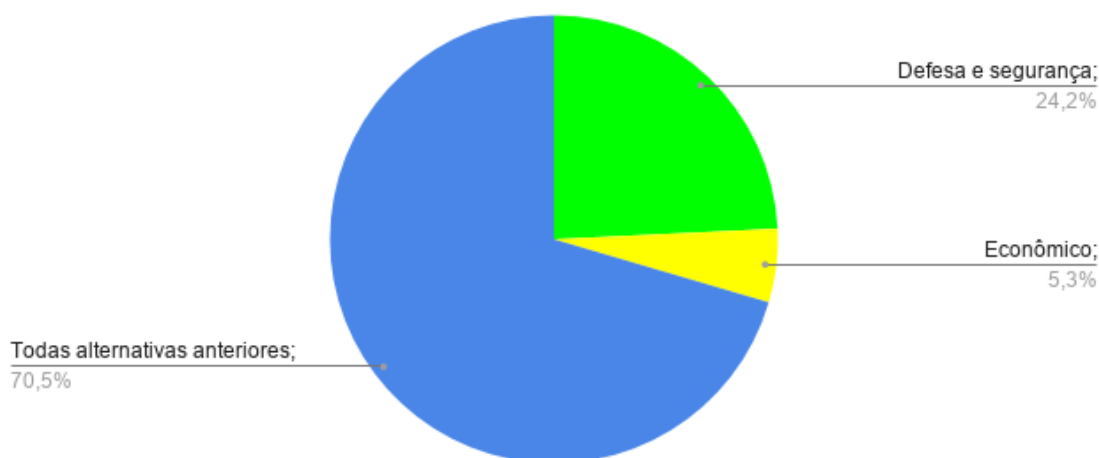


Gráfico 26. Benefícios com a presença do 17.º B Fron em Corumbá. Fonte: elaboração do autor.

De acordo com o Gráfico 26, quase 95% da amostra entendeu que o 17.º B Fron assegura benefícios para Defesa e Segurança da cidade. Como parte do arcabouço doutrinário dos altos escalões militares, o Manual Básico da ESG, volume I, conceitua segurança como “o sentimento de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um dos seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza” (BRASIL, 2006b). Quanto à Defesa, “é um ato ou conjunto de atos realizados para obter ou resguardar as condições que proporcionam a sensação de segurança” (BRASIL, 2006b).

Tabela 5. Comentários e contribuições sobre a pesquisa. Fonte: elaboração do autor.

Este espaço é destinado ao registro do seu comentário e/ou qualquer contribuição para esta pesquisa (dentre as 45 respostas recebidas, pois foi um quesito não obrigatório, seguem algumas observações feitas pelos cidadãos da sociedade corumbaense):

a) **“O 17.º B Fron possui grande importância para a cidade de Corumbá, e isso vai além do aspecto da segurança da Fronteira, pois contribui também para a economia local”.**

b) “É necessária a presença 24 horas por dia do Exército Brasileiro no posto de fronteira Esdras.”

c) **“O 17.º B Fron, assim como a Brigada, estão, na mesma medida, beneficiando a sociedade de Corumbá, conforme já marcado no questionário acima.”**

d) “A importância desta organização militar na cidade de Corumbá é intrinsecamente ligada à sua própria história. As forças militares estão na gênese da Cidade Branca. Cabe salientar, que não existe sociedade

militar e civil, só existe uma sociedade brasileira que é composta por todos. O setor militar é de Estado e por este motivo esteve presente no passado, está no presente e com certeza estará no futuro desta região tão importante na fronteira Oeste do País.”

e) “O 17.º B Fron Cumpre a missão constitucional do Exército para a área de fronteira, em particular entre o Mato Grosso do Sul lindeira com o Estado Plurinacional da Bolívia e o Estado do Paraguai. Além disso, dá suporte logístico e operacional às demais instituições da esfera estadual e municipal em razão de ter os melhores meios públicos de navegação fluvial e pessoal em condições de atuar nas operações interagências.”

f) “O 17.º B Fron é de extrema importância para a sociedade de Corumbá, tanto na segurança quanto na economia, tendo em vista que essas coisas estão relacionadas.”

g) “Para contribuir no fortalecimento da segurança da fronteira, sugiro um projeto de implantação de sistema de monitoramento eletrônico (Câmeras) nas vias de acesso à linha de fronteira com uma central de monitoramento a cargo da PF.”

h) “O 17.º B Fron exerce na cidade de Corumbá um ótimo trabalho de segurança e socioeconômico”

i) “O 17.º B Fron faz muita diferença na fronteira Oeste atuando junto às forças auxiliares.”

j) “Devido à localização do município de Corumbá (e seu isolamento) e a presença do 17.º B Fron ser parte da identidade fronteiriça e também histórica e cultural, sempre trazendo benefícios à sociedade corumbaense.”

k) “A unidade militar coopera para que a cidade seja próspera, fomentando sua economia e possibilitando nível satisfatório de segurança.”

l) “O militar do exército deveria ter mais poder com a sociedade”

m) “A OM e Corumbá têm importância mútua, pois os fatores políticos, econômicos e psicossociais têm origem histórica e renovam-se a cada geração. Desta feita, temos resguardado importante eixo de ligação Leste-Oeste sul-americano, que poderia otimizar a cadeia logística da região SE na medida em que propicia o escoamento de produção para mercados fora do subcontinente.”

n) “O 17.º B Fron tem um grande valor estratégico operacional e corrobora com a economia local, além de influenciar as diferentes áreas sociais como: cidadania, fortalecimento dos valores familiares, educação, patriotismo, preservação ambiental, saúde, conservação da história local e disciplina.”

o) “O 17.º B Fron é de enorme importância para a sociedade corumbaense, seja social, econômica ou de defesa do território, porém existe a necessidade de cobrança das autoridades quanto à fiscalização no território brasileiro, como polícia federal fiscalizando e a proibição de

veículos bolivianos sem documentos e muitos até roubados. Muitos atos ilegais não deveriam ser algo comum para a sociedade corumbaense.”

p) “Além de todos os aspectos já citados, o 17.º B Fron auxilia muito a ação dos Órgãos de Segurança Pública em operações, possibilitando ações que não seriam possíveis sem apoio de tropa.”

q) **“Tem que aumentar o número de militares.”**

r) “Acho que o exercito faz um brilhante papel em apoio ao combate de doenças, drogas, enfim, parabenido o 17.º e todo CMDO BTL pelas atitudes tomadas qdo preciso.”

s) **“Gostaria de observar a manutenção dos PEF por parte do 17.º B Fron, atividade bastante desconhecida por parte da sociedade Corumbaense, poderia ser melhor explorado o porquê dessas missões.”**

t) “Afirmo também que na questão de número 21, poderia inserir valores culturais e também sociais.”

u) **“Sou militar e sei da importância das Forças Armadas, principalmente no combate a atos ilícitos nas fronteiras. A função do EB e da MB é fundamental.”**

Resultados e análises – Pesquisa social (ex-integrante do Btl)

Com amostragem de 10% dos entrevistados da pesquisa anterior, foi realizada uma pesquisa complementar a fim de apurar a situação laborativa dos ex-militares do 17.º B Fron, licenciados nos últimos anos.

O Sr integrou o Exército e serviu no 17º B Fron por quantos anos?

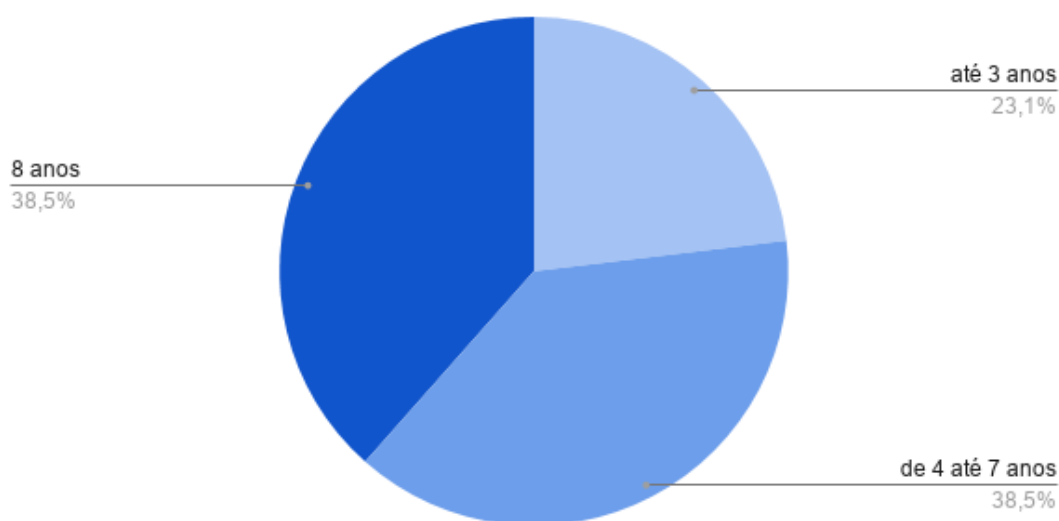


Gráfico 27. Tempo de serviço no 17.º B Fron dos ex-integrantes. Fonte: elaboração do autor.

Segundo o Gráfico 27, verifica-se que a maior parcela do todo integrou o Batalhão por, no mínimo, 4 anos, sendo que 38,5% concluíram os 8 anos (limite máximo para os militares temporários).

O Sr foi licenciado do serviço ativo em qual graduação?

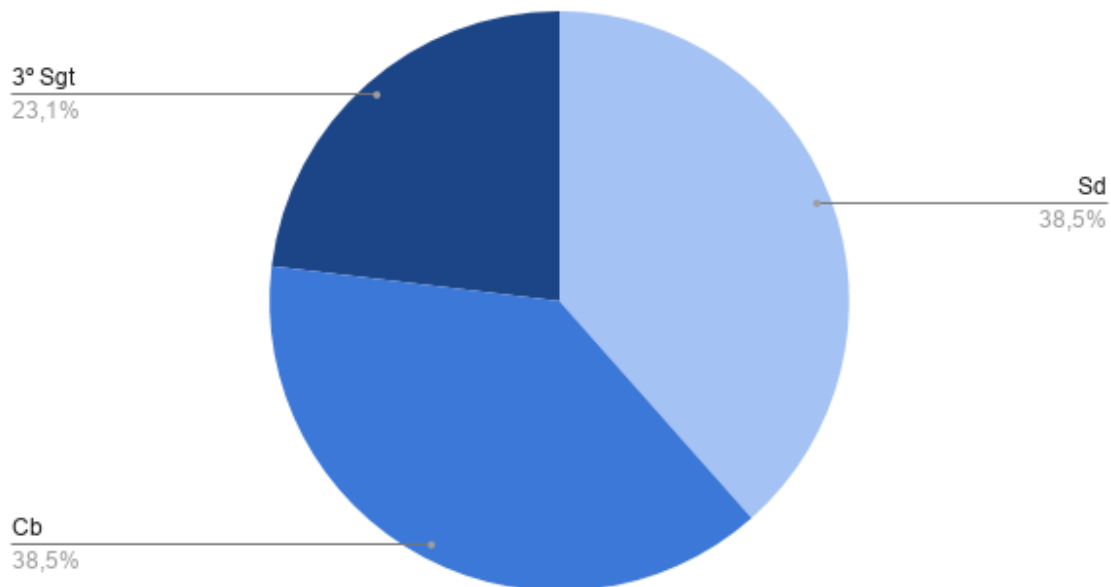


Gráfico 28. Graduação em que os ex-integrantes foram licenciados do serviço ativo. Fonte: elaboração do autor.

Conforme o Gráfico 28, constata-se que mais de 20% galgou a graduação de 3.º Sgt. Contudo, a maior parcela ficou dividida entre as graduações de Cb e Sd.

Enquanto no serviço militar ativo, o Sr realizou curso ou estágio do projeto Soldado Cidadão?

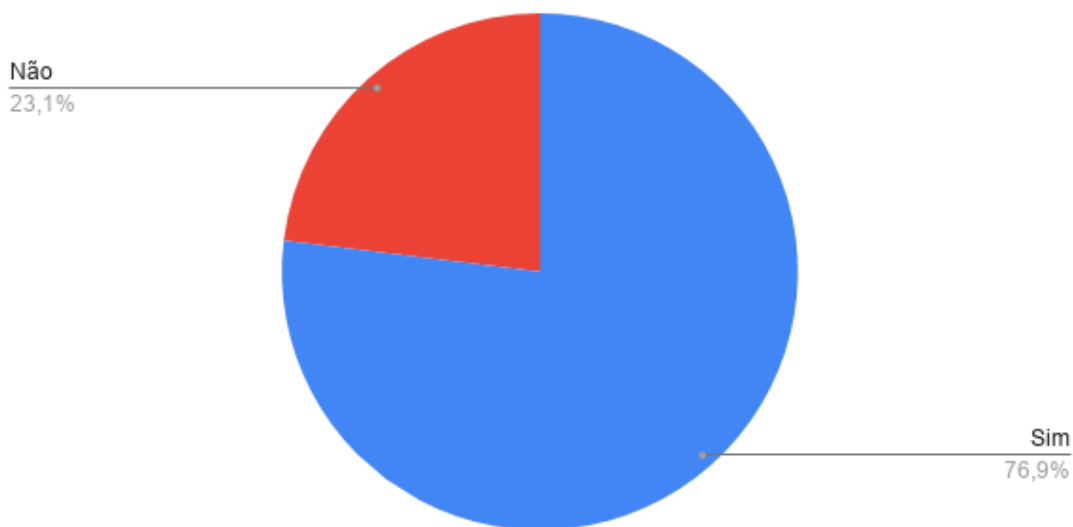


Gráfico 29. Realização de curso ou estágio na ativa pelos ex-integrantes. Fonte: elaboração do autor.

Essa pesquisa complementar buscou compreender o ponto de vista dos ex-militares do 17.º B Fron e de que maneira retornaram para a vida civil após o serviço militar. Constata-se, pelo Gráfico 29, que 77% dos ex-militares participaram do PSC.

No presente, qual sua atividade profissional?

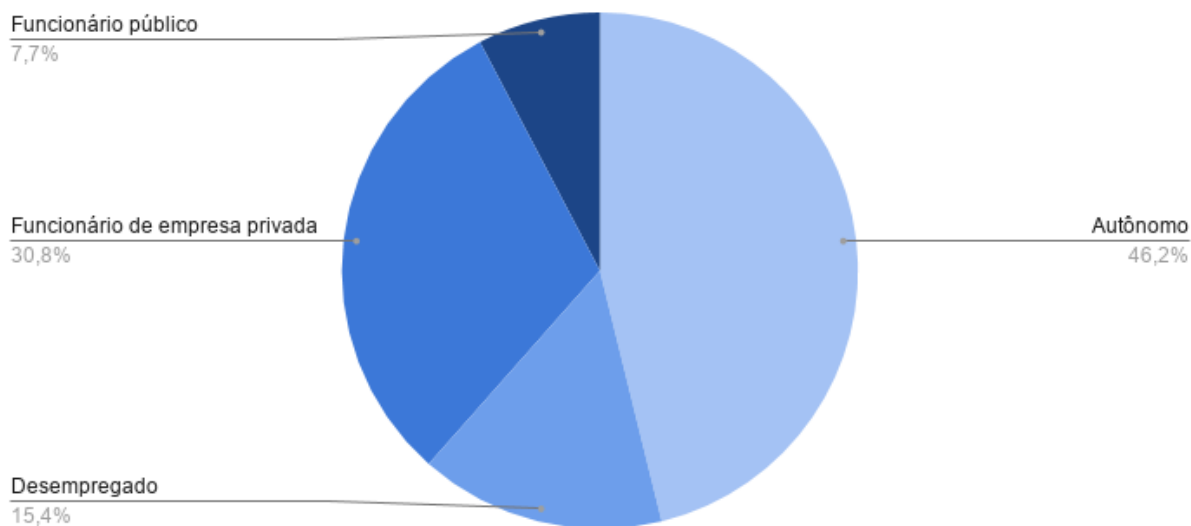


Gráfico 30. Atividade profissional atual dos ex-integrantes. Fonte: elaboração do autor.

Constata-se que, conforme o Gráfico 30, 1 participante ingressou na carreira pública, 2 não possuem emprego e 10 são funcionários de empresas privadas ou autônomos.

O Projeto está atendendo o objetivo de sua implantação: oferecer aos jovens brasileiros incorporados às fileiras das Forças Armadas cursos profissionalizantes que lhes proporcionem capacitação técnico-profissional básica e melhores condições para o ingresso no mercado de trabalho.

Verifica-se, de acordo com o Gráfico 31, que, somente 1 militar manifestou não ter feito curso ou estágio profissionalizante durante o período em que esteve no serviço ativo.

O Exército, durante a realização do Exar (Exercício de Apresentação da Reserva, que considera os militares desmobilizados nos últimos cinco anos), faz uma avaliação dos resultados do Projeto considerando os seguintes parâmetros:

- a) ano de realização do curso no Projeto Soldado-Cidadão;
- b) se empregado ou gerando renda em atividade relacionada com o curso realizado;
- c) se empregado ou gerando renda em atividade não relacionada com o curso realizado; e
- d) se desempregado e não gerando renda.

Durante o serviço militar, em qual área o Sr fez cursos ou estágios que o capacitaram profissionalmente para o mercado de trabalho após o licenciamento?

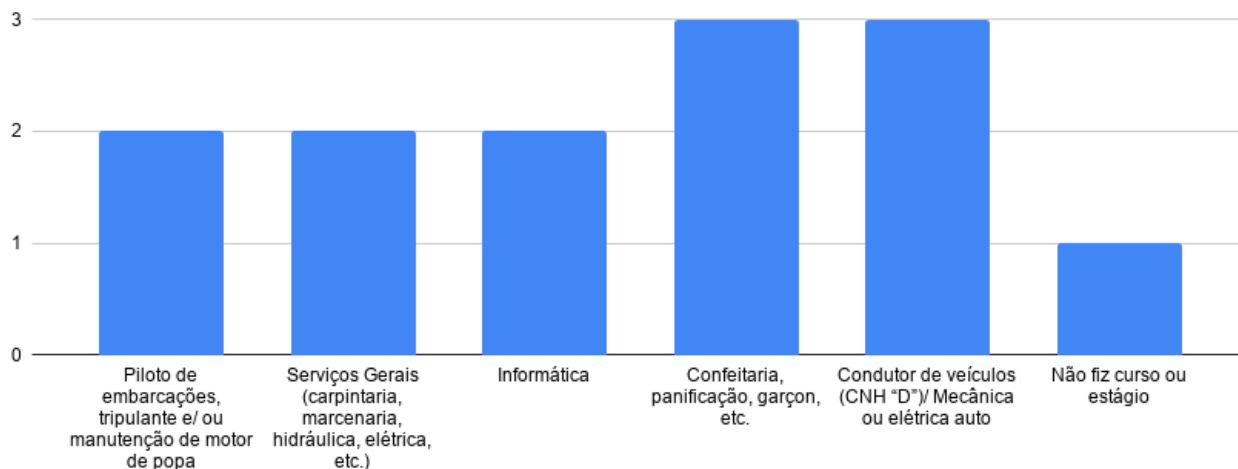


Gráfico 31. Áreas em que os ex-integrantes fizeram cursos ou estágios durante o serviço militar. Fonte: elaboração do autor.

Após o licenciamento, o Sr permaneceu sem emprego por quanto tempo?

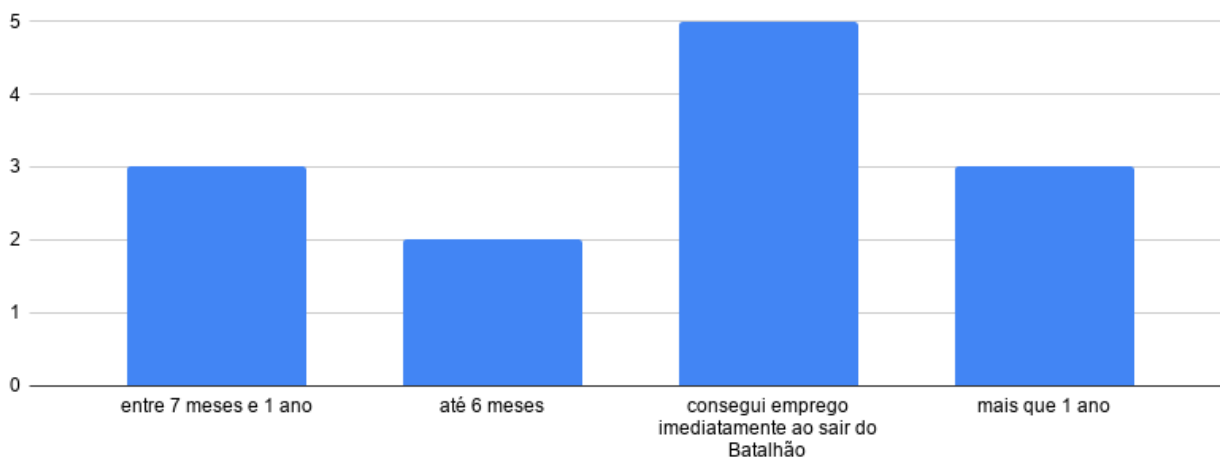


Gráfico 32. Tempo em que os ex-integrantes ficaram desempregados após o licenciamento. Fonte: elaboração do autor.

De acordo com o Gráfico 32, somente 3 militares, dentre os 13 que responderam à pesquisa, tiveram dificuldade para arrumar emprego durante o primeiro ano após o licenciamento. O Projeto Soldado-Cidadão tem sido tomado como modelo por outros países, como pelo Governo de Cabo Verde. Nesse país, o programa iniciou-se em 2007, ficou interrompido entre 2014 e 2018, sendo retomado em

2019. Motivo de grande satisfação é o fato de cerca de 70% dos jovens beneficiados com o Programa Soldado Cidadão conseguirem emprego após concluírem o Serviço Militar Obrigatório.⁶⁸

Por último, em relação aos atributos da área afetiva desenvolvidos e valores ensinados no 17º B Fron, quais o Sr considera mais importantes e aplicáveis em sua rotina após o licenciamento das fileiras do Exército?

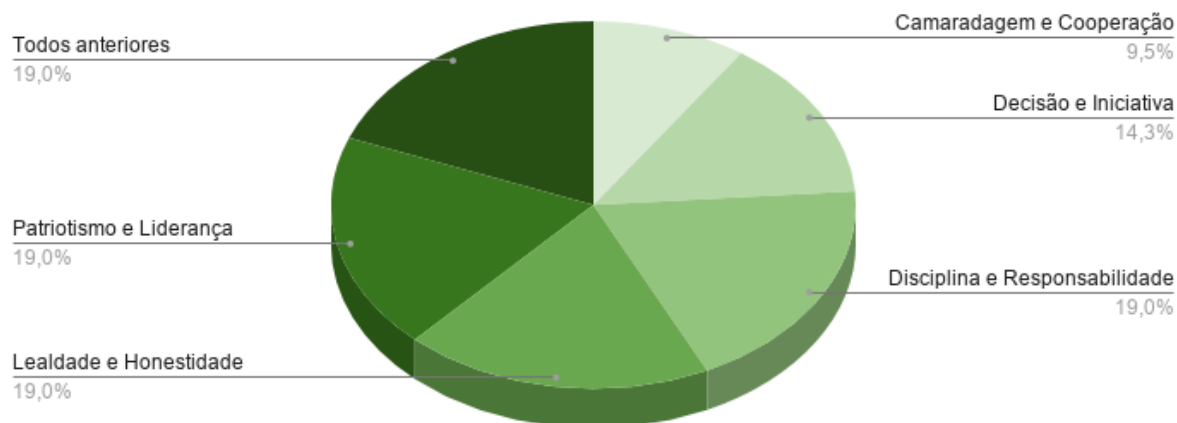


Gráfico 33. Valores preservados pelos ex-integrantes ensinados no 17.º B Fron. Fonte: elaboração do autor.

Conforme o Gráfico 33, observa-se que todos os ex-militares acreditam que tenham levado bons ensinamentos para a vida civil após o serviço militar. Dessa forma, por meio dos valores aprendidos no Exército, a instituição acredita que esses jovens podem ser vetores de civismo para a sociedade, em condições de serem convocados novamente para o serviço militar se necessário em caso de mobilização para emprego na defesa da nação.

Finalizando, ainda são pertinentes algumas considerações gerais sobre a bibliografia estudada e sobre a leitura de revisão, com suas respectivas influências para a análise dos resultados dos quesitos da pesquisa.

Em 2020, o município de Corumbá completou 242 anos de história em meio aos desafios da Covid-19 e dos incêndios criminosos. Ainda assim, trata-se da cidade mais linda do estado do MS.

Nesse longínquo rincão brasileiro, o EB mantém suas tradições e o seu lema: “braço forte e mão amiga”. A capital do Pantanal possui mais de 57 mil quilômetros quadrados de área. Na garantia da defesa

⁶⁸ Disponível em: <https://www.governo.cv/111-jovens-militares-beneficiados-este-ano-com-programa-soldadocidadao/>. Acesso em: 30 set. 2020.

e segurança dessa área, bem como da fronteira, o 17.º B Fron executa operações militares, possuindo 102 marcos de fronteira sob sua responsabilidade, sendo 61 ao norte de Corumbá e 41 ao sul.

Destarte, a atual defesa do território garante os interesses e objetivos nacionais, contra as ameaças do presente, pois “é importante pensar como essa ideia de desterritorialização se manifesta neste fim de século.” (Santos, 1994). Dessa maneira, em decorrência da imprevisibilidade das operações militares na faixa de fronteira em estudo, as suas características inopinadas tendem a surpreender as organizações criminosas.

Os recursos naturais do Pantanal são amplamente vulneráveis diante da cobiça interna e da estrangeira. Nesse sentido, a projeção de futuro para o EB na proteção da fronteira Corumbá–Puerto Quijarro/BOL, corrobora com a Integração de Defesa Sul-Americana. Nesse contexto, os países vizinhos, Bolívia⁶⁹ e Paraguai⁷⁰, possuem destacamentos militares na região, corroborando para a necessidade de tropas brasileiras nesta fronteira. Ressalta-se que os militares brasileiros mantêm relacionamento amistoso, sem rivalidades ou ressentimentos com as tropas dos países vizinhos, que por vezes dependem do apoio do Exército Brasileiro, como por exemplo para uso de internet ou evacuação aeromédica, evidenciando a cooperação do país para com os aliados da região.

O Artigo “As FFAA e a Segurança Pública” explica o entendimento do relacionamento entre as FFAA e os OSP, evidenciando a necessidade de missões conjuntas, o que ocorre na fronteira em tela quando se reúnem EB, Marinha, Polícia Federal, Polícia Militar e Força Nacional (Cortês, 2008). De acordo com os resultados da pesquisa, a sociedade verifica o emprego conjunto do EB e dos OSP de forma positiva, cuja relação íntima de confiança beneficia o bem comum.

Segundo o EB20-MF-10.103, Manual de Fundamentos do EB – Operações: “[...] As ações desencadeadas na faixa de fronteira visam a ampliar a capacidade do Estado em prover controle e segurança nessa porção de seu território, atuando no apoio aos órgãos governamentais [...]” (BRASIL, 2014). No mesmo sentido, emprego conjunto das FFAA e OSP, nesta cidade, materializado pelas Operações Interagências, com destaque para as periódicas Operações Ágata, caracterizam o viés dissuasório das operações militares na fronteira quando cidadãos civis são abordados pela tropa nos postos de bloqueio e de controle de estradas.

Além disso, resta saber se a sociedade corumbaense, do início do século XXI, está ciente de que vivemos sob ameaça a soberania nacional e a integridade territorial, tanto quanto no passado por ocasião das demarcações fronteiriças. Dessa forma, assuntos que não são pertinentes às FFAA, pois são atribuições dos OSP, atualmente, requerem atuação do EB, em apoio ao 6.º BPM, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros, Receita Federal, etc.

⁶⁹ Destacamentos da Armada Mandioré, Carmem de la Frontera, Puerto Gonzales e Puerto Bush.

⁷⁰ Destacamentos de Porto Leda e Baía Negra.

Em que pese as restrições impostas pela pandemia da Covid-19, a aplicação da pesquisa transcorreu conforme o cronograma de execução apresentado ao CEP. Entretanto, sua circulação foi limitada aos envios de e-mails e mensagens via *Whatsapp*. Salienta-se que, por meio da pesquisa, o ineditismo deste trabalho foi confirmado com a projeção de imagem dissuasória positiva do 17.º B Fron para os nacionais da sociedade local. Além disso, foram aprofundadas as pesquisas nas bibliografias anteriormente referenciadas, de forma explicativa, para a ilustração de uma proposta de solução ao problema em questão.

Diante da escassez mundial de recursos naturais, a cobiça nacional e internacional sobre a fauna e a flora na fronteira pantaneira, bem como a sua vulnerabilidade, torna mister a conscientização da sociedade de que vivemos sob as tensões em questão. Tal condição evidencia os possíveis delitos “transnacionais” e demandam uma visão estratégica das ameaças latentes para que o governo empregue da melhor maneira a dissuasão militar, por meio das FFAA e dos OSP. Dessa forma, a integralização dos campos do poder político-militar, econômico e psicossocial tornam-se fundamentais para o fortalecimento da territorialidade local.

Enfim, conforme consta na Canção do EB: “[...] a paz queremos com fervor, a guerra só nos causa dor, porém se a pátria amada, for um dia ultrajada, lutaremos sem temor [...]”. Do exposto, em notório benefício à proteção e à garantia da territorialidade regional, entende-se que é de suma importância a projeção da imagem dissuasória positiva das FFAA, aliadas ao emprego adequado conjunto com os OSP situados em Corumbá, ainda que a sociedade seja carente de recursos e que o reaparelhamento em defesa e segurança, resultante de políticas de governo, seja incipiente.

Serão apresentados os atuais desafios nacionais vivenciados nesta fronteira, bem como a contribuição gerada pelo emprego das Forças Armadas e Forças Auxiliares em prol do bem comum.

OS DESAFIOS NACIONAIS ATUAIS NESTA FRONTEIRA

Nos dias atuais, o mundo vive importantes desafios que requerem a atenção da humanidade, como a propagação da pandemia da Covid-19. No âmbito regional, a Capital do Pantanal combate os incêndios do Pantanal e a destruição do bioma. Em ambos os casos, o Batalhão exerce trabalhos em prol de executar e apoiar as soluções planejadas pelos órgãos do governo e pelos escalões militares enquadrantes.

Neste estudo merece destaque a Estratégia Nacional de Defesa, em que define como base da Defesa Nacional a identificação da Nação com as Forças Armadas e das Forças Armadas com a Nação; ou seja, a sociedade corumbaense com o seu Batalhão e o 17.º B Fron com a sociedade local. Assim sendo, essa identificação exige que a sociedade compreenda serem inseparáveis as causas do desenvolvimento do país e da Defesa.

O emprego conjunto de militares e de forças auxiliares

Inicialmente, é relevante frisar que o poder militar é a força garantidora da soberania estatal frente aos demais Estados:

[...] vê-se que a segurança e a defesa dos Estados sempre foi uma tarefa essencial à sua existência e à garantia de vida do seu povo. Fazendo-se uma inferência a partir desse legado histórico, pode entender-se que os esforços em prol da Segurança e da Defesa do Estado sempre se fizeram presentes em todos os Estados Constituídos. Esses ‘esforços’ se prolongaram para além dos séculos e até hoje não se concebe o Estado sem o poder militar; este é (ou deve ser) o seu poder de força para garantir a sua soberania perante os demais Estados e defender as suas instituições, o seu território e o seu componente humano.⁷¹

A Segurança e a Defesa Nacional sempre são consideradas conjuntamente quando se referem à soberania do Estado, sendo deveres-função inalienáveis do Estado de Direito Democrático. De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete à União assegurar a Defesa Nacional. Desse modo, regulamenta a destinação de emprego das Forças Armadas conforme segue:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.⁷²

Assim, a Carta Magna brasileira define os órgãos encarregados da segurança pública nacional, cujo dever de garantir é do Estado:

⁷¹ Disponível em: https://www.revistamilitar.pt/artigo/1298#_ftnref34. Acesso em: 23 set. 2020.

⁷² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.⁷³

No supracitado Artigo, quanto aos policiais federais, as seguintes incumbências são definidas:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Sobre a polícia rodoviária federal, consta que ela se destina ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. Ainda, os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Quanto à Força Nacional de Segurança Pública, criada em 2004, com sede em Brasília-DF, opera em atividades destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. De cunho federal, difere-se das Forças Armadas, contribuindo para a Estratégia Nacional de Defesa:

Ela é uma integração entre os estados federados e a União, passando a prestar apoio aos órgãos de segurança federais, estaduais e do Distrito Federal, sob a coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ou seja, são os estados que auxiliam o estado solicitante. Por seu caráter federativo, e não 'federal', atua somente com pedido da unidade federada, feito diretamente pelo governador do estado ou, em caráter pontual, em apoio à Polícia Federal ou a outros órgãos federais e, diferentemente de outras tropas, subordina-se, quando em operação, diretamente, ao comando.⁷⁴

Seu efetivo é composto por policiais militares, policiais civis, bombeiros militares e profissionais de perícia dos estados e Distrito Federal. Ela poderá ser empregada em qualquer parte do território brasileiro, mediante solicitação expressa do respectivo governador de estado ou do Distrito Federal, atuando em atividades destinadas à preservação da ordem pública e da segurança das pessoas e do patrimônio. Segundo o *site* do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Força Nacional foi inspirada no modelo adotado pela Organização das Nações Unidas em missões de paz, cuja atuação baseia-se na cooperação entre os países-membros para a resolução dos conflitos.

⁷³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm. Acesso em: 24 set. 2020.

⁷⁴ Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1546630482.88>. Acesso em: 24 set. 2020.

Igualmente, no que se relaciona à Estratégia Nacional de Defesa brasileira, aprovada em 18 de dezembro de 2008⁷⁵, verifica-se que em sua introdução consta o pacifismo como parte da identidade nacional:

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos. Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro.

De igual modo, ao fim, destaca-se que o país deverá estar preparado para defender-se também de ameaças:

Porém, se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa fé. Nada substitui o envolvimento do povo brasileiro no debate e na construção da sua própria defesa.

Sobre os eixos estruturantes dessa estratégia, salienta-se o serviço militar obrigatório, o qual é de interesse para este estudo por ser uma das formas de entrada dos cidadãos corumbaenses no 17.º B Fron:

O terceiro eixo estruturante versa sobre a composição dos efetivos das Forças Armadas e, conseqüentemente, sobre o futuro do Serviço Militar Obrigatório. Seu propósito é zelar para que as Forças Armadas reproduzam, em sua composição, a própria Nação – para que elas não sejam uma parte da Nação, pagas para lutar por conta e em benefício das outras partes. O Serviço Militar Obrigatório deve, pois, funcionar como espaço republicano, no qual possa a Nação encontrar-se acima das classes sociais.

Para as Forças Armadas resguardarem a Independência Nacional, dentre as Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa verifica-se: “Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional.” Dissuadir significa fazer alguém (ou a si mesmo) mudar de ideia, abandonar uma decisão.⁷⁶ Com efeito, de acordo com a Diretriz, o Brasil não tem inimigos no presente. Para não tê-los no futuro, é preciso preservar a paz e preparar-se para a guerra.

Nesse sentido, o 17.º B Fron torna-se um destacamento avançado de vigilância e dissuasão na cidade de Corumbá. Para dissuadir é preciso estar preparado para combater. Com isso, avultam de importância as operações militares integradas com as forças auxiliares do entorno fronteiriço.

Como exemplo de cooperação entre o 17.º B Fron e outros órgãos vale destacar a realização do Estágio de Adaptação ao Pantanal. Realizado sob encargo do Batalhão, ofertou 24 vagas para seis estados brasileiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Paraná). O MS foi contemplado com oito vagas, sendo duas para o Batalhão de Operações Especiais, duas para o Batalhão de Polícia Rodoviária, duas para o Departamento de Operações de Fronteiras e duas para a Polícia Civil.⁷⁷

⁷⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm. Acesso em: 24 set. 2020.

⁷⁶ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=MkNB>. Acesso em: 27 set. 2020.

⁷⁷ Disponível em: <https://www.dof.ms.gov.br/policiais-do-dof-concluem-do-estagio-de-operacoes-no-pantanal/>. Acesso em:

Em 2009, o Exército executou a Operação Cadeado⁷⁸ na região da fronteira centro-oeste. Entre seus objetivos estavam a prevenção e a repressão aos crimes transfronteiriços, como o tráfico de drogas, de armas e ambientais. Coordenada pelo Comando Militar do Oeste, a Operação contou com apoio de órgãos como a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ibama, Receita Federal e forças auxiliares. Dentre as tropas da 18.ª Bda Inf Fron, o 17.º B Fron montou barreiras fixas terrestres no Posto Esdras, que fica exatamente na região de fronteira com a Bolívia; no posto fiscal do Lampião Aceso, na BR-262, e na ponte sobre o Rio Paraguai (região de Porto Morrinho). O patrulhamento fluvial foi realizado no Canal do Tamengo e na região do Porto Morrinho. Outros patrulhamentos, a pé e motorizados, ocorreram nas estradas Parque e Jacadigo, além de fiscalizações volantes nas estradas clandestinas⁷⁹ de acesso à Bolívia.

Em novembro de 2010, em outra versão da Operação Cadeado, militares do 17.º B Fron montaram postos de bloqueio terrestre e fluvial, além de promoverem intenso patrulhamento pelas estradas e rios do Pantanal de Corumbá. Entre os principais postos de atuação, novamente estava o Esdras, na fronteira Brasil-Bolívia, cujos efetivos permaneceram empenhados durante 24 horas. Com parcerias, a Operação⁸⁰ contou com as Polícias Civil, Militar, Federal, Rodoviária Federal, com a Receita Federal, Ibama, Corpo de Bombeiros e Departamento de Operações na Fronteira. As ações foram executadas por tropas, veículos, embarcações da 18.ª Brigada de Infantaria de Fronteira, de Corumbá-MS.

Em 2012, com objetivo de coibir crimes transfronteiriços e ambientais, o Exército Brasileiro fechou a faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul com as operações Ágata 6⁸¹, do Ministério da Defesa; e a Cadeado, do Comando Militar do Oeste. A primeira teve foco em Corumbá; contudo, ambas foram direcionadas para a faixa de fronteira.

Na mesma vertente, citando ações subsidiárias das Forças Armadas contra os crimes transfronteiriços, cabe frisar a Lei Complementar n.º 136, de 25 de agosto de 2010, que Altera a Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas” para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa:

Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de: I - patrulhamento; II - revista

25 set. 2020.

⁷⁸ Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=7198>. Acesso em: 25 set. 2020.

⁷⁹ Também conhecidas como “cabriteiras”.

⁸⁰ Disponível em: <https://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=21954>. Acesso em: 25 set. 2020.

⁸¹ Disponível em: <http://www.conesulnews.com.br/regiao/exercito-fecha-a-fronteira-de-ms/56784/>. Acesso em: 26 set. 2020.

de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e III - prisões em flagrante delito.⁸²

Segundo Figueiredo (2017), assim é definida a Operação Ágata, instituída a partir de 2011:

A Operação Ágata é uma ação militar, de natureza episódica, conduzida pelas Forças Armadas em pontos estratégicos da Faixa de Fronteira terrestre e molhada brasileira, instituída no âmbito das políticas do Governo Federal, criadas com o objetivo de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais e as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na região das divisas e de incrementar o apoio à população local. Trata-se de uma política para a realização de operações conjuntas das Forças Armadas brasileiras, com o apoio de órgãos e agências federais, estaduais e municipais (Figueiredo, 2017).

Aos moldes da Operação Cadeado, na Operação Ágata, militares das Forças Armadas, com apoio dos órgãos de segurança pública, realizam missões para coibir delitos como narcotráfico, contrabando, descaminho, tráfico de armas e de munições, crimes ambientais, imigração e garimpos ilegais.

De acordo com o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras⁸³, desde 2017, diferentemente das operações de anos anteriores, inclusive Cadeado, a Operação Ágata passou a ser ativada durante o ano inteiro, buscando a surpresa em períodos pontuais:

[...] a partir de 2017, tem outra dinâmica. A Operação passa a ser realizada o ano inteiro, em pontos focais, por tempo curto, mas em toda a faixa de fronteira terrestre e molhada. Não significa que as operações ocorrerão nos 365 dias do ano, mas que podem ser desencadeadas em qualquer momento, privilegiando sempre o efeito surpresa (Figueiredo, 2017).

No que se relaciona a atuações das Forças Armadas e o seu poder de polícia: “Após análise de ações e resultados obtidos nas onze edições da Operação Ágata, constata-se que as Forças Armadas efetivamente exercem atividades de segurança pública, com Poder de Polícia, na Faixa de Fronteira Terrestre, [...]” (Figueiredo, 2017).

Em novembro de 2017, no fim das atividades fiscalizatórias, foi realizada uma ação cívico social⁸⁴ no contexto da Operação Ágata, beneficiando parcela da sociedade local:

Coroando o término da operação, foi realizado no dia 25 de novembro, pela 18.ª Brigada de Infantaria de Fronteira, 9.º Batalhão de Saúde e Grupo Social Rompendo mais Fronteiras, uma ação cívico social, com apoio do Senac, Sesi, Sesc, Marinha do Brasil, Prefeitura Municipal de Corumbá, Embrapa, Receita Federal, Polícia Civil e Atacado Fernandes, na área do Assentamento Urucum, em Corumbá, visando desenvolver o espírito cívico e comunitário dos cidadãos daquela comunidade. Foram realizados 77 atendimentos básicos de saúde (clínico geral, ginecologia e pediatria), 40 orientações médico-odontológicas, 26 cortes de cabelo, distribuição de 208 lanches, doação de roupas para 274 pessoas, doação de brinquedos para 150 crianças, expedição de 66 CPFs, agendamento para expedição de 74 RGs, além de brincadeiras, apresentação da banda de música, palestras e exposição de material militar. No total foram beneficiadas aproximadamente trezentas e cinquenta pessoas, moradores do assentamento.

⁸² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm#art2. Acesso em: 26 set. 2020.

⁸³ Tem como atribuição criar e executar políticas para as áreas de defesa e de segurança pública.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.abimde.org.br/noticias/operacao-conjunta-em-area-de-fronteira-1858.html>. Acesso em: 24 set. 2020.

Em setembro de 2020, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas esteve em Corumbá inspecionando as atividades da Operação Ágata, em que se confere o 17.º B Fron conjuntamente com outros órgãos:

[...] as atividades realizadas nos Postos de Bloqueio de Controle de Estradas (PBCE), distribuídos nas regiões de Corumbá, [...], ao longo da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul. Os PBCE são operados por militares do 17.º B Fron, unidade da 18.ª Brigada de Infantaria de Fronteira, do 3.º Batalhão de Operações Ribeirinhas de Fuzileiros Navais, Organização Militar do 6.º DN, e por agentes dos Órgãos de Segurança Pública e Fiscalização: Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Militar Ambiental e Polícia Civil.⁸⁵

Do exposto, as mencionadas operações contribuem, a partir do arco fronteiriço, para a redução das ações do crime organizado em direção aos grandes centros, intensificando a presença do Estado brasileiro na região.

A atuação do 17.º B Fron no decorrer da pandemia (Covid-19)

A seguir, serão apresentadas alguns fatos veiculados na mídia atinentes às operações militares e às atividades desenvolvidas pelo 17.º B Fron, de março até agosto de 2020, no contexto da Operação Covid-19. Dessa maneira, o Batalhão esteve permanentemente empregado, contribuindo para o controle e fiscalização na fronteira a fim de garantir a manutenção da soberania nacional em tempos de crise.

Por meio da Portaria 1.232 do Ministério da Defesa, de 18 de março de 2020, foi aprovada a Diretriz Ministerial de Planejamento n.º 6, que regulou o emprego das Forças Armadas em todo o território nacional para apoio às medidas deliberadas pelo Governo Federal voltadas para a mitigação das consequências da pandemia Covid-19.⁸⁶ Assim, o seu texto normatizou as ações iniciais:

4. Aos Comandos Conjuntos Ativados, que iniciem seus planejamentos de acordo com as seguintes possibilidades, entre outras: a) Apoie os Órgãos de Segurança Pública no controle de acesso às fronteiras; b) Empregue os meios de Defesa Biológica, Nuclear, Química e Radiológica, para descontaminação de material, em coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; c) Empregue pessoal militar eservidores civis em campanhas de conscientização; d) Apoie com meios de transporte, fornecimento de alimentação e alojamento para as equipes envolvidas; e) Estabeleça ligações com os órgãos estaduais responsáveis pelas ações sanitárias; f) Apoie a triagem de pessoas com suspeitas de infecção para posterior encaminhamento aos hospitais.

Em 20 de março de 2020, por solicitação do Presidente da República ao Senado Federal e, conseqüente, aprovação do Congresso Nacional, ficou reconhecida a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020 em todo território nacional.⁸⁷

⁸⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/chefe-do-estado-maior-conjunto-dasforcas-armadas-inicia-visita-a-operacao-agata>. Acesso em: 24 set. 2020.

⁸⁶ Disponível em: https://operacaocovid19.defesa.gov.br/images/legislacao/Portaria_n_1232_GM_MD.pdf. Acesso em: 5 out. 2020.

⁸⁷ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-legislativo-249090982>. Acesso em: 5 out. 2020.

Por conseguinte, o MD ativou o Centro de Operações Conjuntas, em Brasília, para atuar na coordenação e no planejamento do emprego das Forças Armadas no combate ao vírus. Foram ativados, também, dez Comandos Conjuntos, que cobrem todo o território nacional, além do Comando Aeroespacial, de funcionamento permanente.⁸⁸

Com a Portaria 1.272 do Ministério da Defesa, de 20 de março de 2020, foi aprovada a Diretriz Ministerial de Planejamento n.º 7, que autorizou o emprego das Forças Armadas em todo o território nacional a fim de executar as ações de apoio para mitigar os impactos da Covid-19, em estreita coordenação com os órgãos de saúde e de Segurança Pública competentes.⁸⁹

Dessa forma, 10 Comandos Conjuntos planejaram o emprego coordenado e integrado dos meios de logística, de inteligência e de comunicações, em apoio aos órgãos de saúde e de segurança pública, além do Comando Aeroespacial, de funcionamento permanente, em apoio aos demais comandos.⁹⁰

Nesse ínterim, o Comando Conjunto Oeste ficou sob encargo do 6.º Distrito Naval, que passou a coordenar as ações das tropas militares na área do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.⁹¹ Ainda, segundo matéria da página do Exército foram destacadas ações de descontaminação em locais públicos:

Campo Grande (MS) – O Comando Conjunto Oeste, por intermédio da Marinha do Brasil e Exército Brasileiro, realizou a descontaminação de locais públicos da Capital de Mato Grosso do Sul na noite do dia 22 de abril. As ações ocorreram no Mercado Municipal e na Santa Casa de Campo Grande. Na manhã do dia 23, os trabalhos foram realizados na Feira Central da cidade. A Força Conjunta contou com especialistas em Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear habilitados em descontaminação de pessoas, ambientes e materiais. Nessas operações são envolvidos cerca de 50 militares para a aplicação do produto e, também, para as medidas protetivas no entorno dos locais, como isolamento e interdição de acessos.⁹²

Em Corumbá, a tropa foi denominada Força Terrestre Componente do Pantanal, ficando subordinada ao Comando Conjunto Oeste. Nesse sentido, a 18.ª Bda Inf Fron planejou suas ações na faixa de fronteira tendo o 17.º B Fron como principal Organização Militar em atuação, de acordo com os fatos apresentados anteriormente, em razão da sua alta capacidade de emprego por meio dos seus meios orgânicos de pessoal e de material, além do preparo da tropa, cujo merecido destaque dá-se aos Cb/Sd executantes das tarefas, filhos dessa terra.

Na página oficial da Operação Covid-19, de âmbito nacional, verificam-se as seguintes ações atribuídas ao 17.º B Fron:

- a) Batalhão apoia equipe de descontaminação da Santa Casa de Corumbá.⁹³

⁸⁸ Disponível em: <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/a-operacao/a-operacao-covid-19>. Acesso em: 5 out. 2020.

⁸⁹ Disponível em: https://operacaocovid19.defesa.gov.br/images/portarias-e-diretrizes/portaria_1272.pdf. Acesso em: 6 out. 2020.

⁹⁰ Disponível em: <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/comandos-conjuntos>. Acesso em: 5 out. 2020.

⁹¹ Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com6dn/search/node/comando%20conjunto%20oeste>. Acesso em: 5 out. 2020.

⁹² Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/id/11387071. Acesso em: 6 out. 2020.

⁹³ Disponível em: <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/noticias/noticia/1602-batalhao-apoia-equipe-dedescontaminacao-da-santa-casa-de-corumba?highlight=WyIxN1x1MDBiYSIsImIiLCJmcm9uIiwMTdcdTAwYmEgYiIsIjE3XHUwMGJhIGZnJvbiIsImIiLCJmcm9uIiwMTdcdTAwYmEgYiIsIjE3XHUwMGJhIGZnJvbiJd>. Acesso em: 6 out. 2020.

Corumbá (MS) – O 17.º Batalhão de Fronteira realizou, no dia 20 de julho, o apoio à descontaminação das instalações da Santa Casa de Corumbá. Local de referência na área da saúde na região do Pantanal, o centro de triagem e tratamento para a Covid-19 atende pacientes de Corumbá, Ladário e região. A ação foi desencadeada pelo Grupo Operativo de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica da Força Naval Componente, reforçado por militares do Batalhão. A atividade visou eliminar possibilidades de contaminação, colaborando com a segurança sanitária dos profissionais de saúde e da população.

b) Descontaminação preventiva nas instalações da Delegacia de Polícia Civil de Corumbá:⁹⁴

Corumbá (MS) – No dia 6 de julho, o Comando Conjunto Oeste, por meio da Força Terrestre Componente Pantanal, empregou 19 militares do 17.º Batalhão de Fronteira (17.º B Fron) para realizar ações de descontaminação preventiva nas instalações da Delegacia de Polícia Civil de Corumbá a fim de combater a proliferação do novo coronavírus. Militares habilitados em descontaminação de ambientes e materiais, utilizando equipamentos de proteção individual, indispensáveis durante a aplicação do produto, higienizaram os blocos e as celas da unidade. No decorrer da atividade, foram tomadas as medidas protetivas no entorno do local, como o isolamento e a interdição dos acessos, visando garantir a segurança dos usuários e dos profissionais envolvidos.

Em matéria do Jornal Diário Corumbaense, veículo de comunicação de grande relevância regional, cabem salientar as seguintes matérias atinentes ao 17.º B Fron:

a) Exército já deportou 740 estrangeiros e apreendeu 80,8 kg de droga na fronteira:⁹⁵

Do total de estrangeiros, 387 são bolivianos e três peruanos. O restante, 350, não tinha documentação. Todos tentaram entrar em território brasileiro por trilhas clandestinas. A fronteira entre Brasil e Bolívia, está fechada, dos dois lados, desde março, como medida de enfrentamento ao coronavírus. Somente a passagem transporte de cagas é permitida. [...] Além dos deportados, três pessoas foram presas por tráfico de drogas e um menor infrator apreendido. Foram apreendidos 60,8 kg de pasta base de cocaína e 20 kg de maconha.

b) Estrangeiros tentam subornar militares do Exército ao serem flagrados em trilha clandestina:⁹⁶

Um boliviano e um peruano foram presos após ingressarem no Brasil por trilha clandestina e oferecer dinheiro a militares do Exército para que fossem liberados. [...] Durante a abordagem, os dois homens ofereceram dinheiro aos militares para que fossem liberados e retornassem para a Bolívia. Primeiro, a quantia oferecida foi de 10 mil dólares, depois US\$ 20 mil, US\$ 50 mil e por fim 100 mil dólares, que seria a quantia que portavam, segundo eles. A patrulha recusou o suborno e os dois homens foram presos e encaminhados para a Delegacia da Polícia Federal de Corumbá, onde foi constatado que a dupla portava US\$ 180.250,00 (cento e oitenta mil, duzentos e cinquenta dólares), pouco mais de 950 mil reais.

Segundo o Portal G1, em matéria da TV Morena, de referência no MS, observam-se ações de criminosos na fronteira de Corumbá:

⁹⁴ Disponível em: <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/noticias/noticia/1569-descontaminacao-preventivanas-instalacoes-da-delegacia-de-policia-civil-de-corumba-ms?highlight=WylxN1x1MDBiYSIsImIiLCJmcm9uIiwMTdcdTAWYmEgYiIsIjE3XHUwMGJhIGIgZnJvbiIsImIiLCJmcm9uIiwMTdcdTAWYmEgYiIsIjE3XHUwMGJhIGIgZnJvbiJd>. Acesso em: 07 de outubro de 2020.

⁹⁵ Disponível em: <https://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=119029>. Acesso em: 7 out. 2020.

⁹⁶ Disponível em: <https://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=118975>. Acesso em: 7 out. 2020.

a) Com US\$ 180 mil, boliviano e peruano são presos tentando entrar no Brasil por Mato Grosso do Sul:⁹⁷

Soldados do Exército prenderam um peruano e um boliviano tentando entrar no Brasil com US\$ 180 mil, o que na conversão⁹⁸, dá em torno de R\$ 950 mil. O dinheiro estava em sacos de lixo. Os homens foram detidos em uma trilha na fronteira com o Brasil e Corumbá, na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul. De acordo com o Exército, os estrangeiros ofereceram suborno para que fossem liberados e pudessem retornar à Bolívia.

b) Bolivianos são presos ao tentarem entrar no Brasil por trilha clandestina na fronteira com MS:⁹⁹

Um grupo de sete bolivianos foi preso na madrugada, ao tentar entrar no Brasil de forma clandestina, na fronteira de Puerto Quijarro com Corumbá. De acordo com a ocorrência, o grupo entrou no país por uma trilha ilegal, de cerca de 100 metros, próxima a linha internacional, e que termina em um córrego muito perto da Receita Federal de Corumbá. A fiscalização estava atenta, e militares do Exército frustraram a entrada dos bolivianos por volta das 5 horas da manhã desta quarta.

Por derradeiro, o 17.º B Fron apoiou o controle da fronteira por meio de patrulhamentos diurnos (a pé, motorizado e fluvial); executou a ocupação de postos de vigilância e de bloqueio e controle de estradas; e contribuiu para a descontaminação das seguintes instalações, até agosto de 2020: Santa Casa, Aeroporto, Complexo Poliesportivo, Posto Esdras, Posto do Lampião Aceso, Agência de Trânsito e Transporte, Delegacia de Polícia Civil, Delegacia da Polícia Federal, Coordenadoria Regional de Educação e Escola Cívico Militar José de Souza Damy.

A cooperação militar no combate dos atuais incêndios no Pantanal

Inicialmente, pelo Artigo 41 da Lei de Crimes Ambientais, provocar incêndios em matas ou florestas pode resultar em uma pena variável de dois a quatro anos e multa, em caso de crime doloso, ou de seis meses a um ano e multa, se culposo. O valor da multa varia entre R\$ 1 mil e R\$ 7,5 mil por hectare.¹⁰⁰ Assim sendo, no contexto atual vivenciado no Pantanal, convém apresentar a diferença entre queimadas e incêndios.

Queimada é uma prática primitiva da agricultura, destinada principalmente à limpeza do terreno para o cultivo de plantações ou para formação de pastos, com uso do fogo de forma controlada que, às vezes, pode se descontrolar e causar incêndios em florestas, matas e terrenos grandes.¹⁰¹

⁹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/08/05/com-us-180-mil-boliviano-e-peruano-sao-presos-tentando-entrar-no-brasil-por-mato-grosso-do-sul.ghtml>. Acesso em: 7 out. 2020.

⁹⁸ Em 5 de agosto de 2020.

⁹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/04/15/bolivianos-sao-presos-aotentarem-entrar-no-brasil-por-trilha-clandestina-na-fronteira-com-ms.ghtml>. Acesso em: 8 out. 2020.

¹⁰⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 9 out. 2020.

¹⁰¹ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Queimada>. Acesso em: 9 out. 2020.

Já incêndio é uma ocorrência de fogo não controlada, que pode ser extremamente perigosa para os seres vivos e para as estruturas. A exposição a um incêndio pode produzir a morte, geralmente pela inalação dos gases ou pelo desmaio causado por eles, ou posteriormente pelas queimaduras graves.¹⁰²

Em anos anteriores, na área de Corumbá, foram observadas as práticas de queimadas regularmente e, aparentemente, de forma controlada. Contudo, em 2020, verificou-se que os incêndios espalharam-se e tomaram grandes proporções desde o primeiro semestre. Dessa forma, as notícias locais foram transmitidas nas mídias nacional e mundial.

De acordo com o *site* do Governo de Mato Grosso, constam outros conceitos relevantes para o entendimento do tópico em questão, apresentados pelo Corpo de Bombeiros: o aceiro e o foco de calor.

A abertura de aceiro é fundamental para a contenção do fogo. Ele consiste em uma faixa sem vegetação, que impeça o avanço das chamas. Pode ser aberto com ferramentas como enxadas e rastelos, com trator ou com fogo. O aceiro de fogo (ou aceiro negro) só é recomendado para quem domina a técnica, sob risco de causar um outro incêndio.

Foco de calor é um dado capturado pelos satélites de monitoramento que estão a uma altitude de 700 a 900 km sobre o planeta. Os sensores do satélite registram temperaturas acima de 47°C. Dificilmente um foco de calor detectado não será incêndio ou queimada. Um incêndio ou uma ocorrência podem gerar um ou vários focos de calor, dependendo da extensão da linha de fogo.¹⁰³

No *site* do *Greenpeace*, constata-se que o avanço do fogo no Pantanal colabora para as mudanças climáticas: “Os incêndios florestais contribuem enormemente para as mudanças climáticas, mas alguns países não monitoram adequadamente seus focos e nenhum relata as emissões oriundas do fogo”.¹⁰⁴

No Pantanal ocorre o fogo de superfície e o subterrâneo que se propaga lentamente.¹⁰⁵ “O Pantanal já registrou 20.955 focos, 109%¹⁰⁶ a mais que todo o ano passado.” É um recorde desde que o monitoramento de queimadas iniciou-se em 1998. Sob a vegetação pantaneira existe, naturalmente, a turfa. Ela é altamente inflamável, sendo formada por material orgânico a partir da decomposição parcial da vegetação em um ambiente úmido, ácido e de pouca oxigenação:

O fogo de turfa está presente em quase todos os 160 mil quilômetros quadrados do Pantanal. Na Transpantaneira é possível ver o subsolo fumegante ao longo da rodovia. O vento e o ar seco criam redemoinhos de fogo. Animais e humanos são vítimas dessas armadilhas já que, muitas vezes, não é possível ver o fogo até que seja tarde demais para escapar. Às vezes os animais estão

¹⁰² Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Inc%C3%AAndio>. Acesso em: 9 out. 2020.

¹⁰³ Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/12486299-entenda-as-diferencas-entre-queimadas-incendiosflorestais-e-focos-de-calor>. Acesso em: 9 out. 2020.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/precisamos-falar-sobre-queimadas-e-incendiosflorestais>. Acesso em: 9 out. 2020.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/fogo-consome-o-pantanal-e-vidas>. Acesso em: 9 out. 2020.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/incendios-no-pantanal-amazonia-e-cerrado-temforte-alta-em-outubro/>. Acesso em: 10 out. 2020.

caminhando pela floresta e nem tem fogo visível, eles pisam nas folhas, só que embaixo delas o chão está praticamente em brasa, a gente quase não vê fumaça, mas é muito quente.¹⁰⁷

Segundo o site Capital News, um satélite da Agência Espacial Americana apresentava a maioria dos focos na região do Pantanal, em março de 2020, concentrados em Corumbá e Poconé (MT).

De acordo com o *site* Diário Corumbaense, desde o início da semana, brigadistas do Corpo de Bombeiros Militar estão na região do Pantanal combatendo os focos de queimadas concentrados, em sua maioria, do lado esquerdo da margem do Rio Paraguai. Também há fogo em áreas próximas do centro urbano de Corumbá e Ladário.¹⁰⁸

E assim se iniciou a empreitada de Bombeiros e de demais órgãos ligados ao meio ambiente, públicos e privados, com apoio militar, em especial da Marinha e do Exército, nos combates aos incêndios em 2020.

A seguir serão apontados os fatos divulgados na imprensa sobre a situação em questão e as ações diversas de voluntários, bombeiros e militares no apoio ao combate dos atuais incêndios no Pantanal, entre julho e outubro de 2020.¹⁰⁹

Parada obrigatória para turistas e local de muitas memórias para moradores, o ninho de tuiuiu às margens da rodovia BR-262, que foi destruído pelo fogo no fim de setembro, em Corumbá, a 419 quilômetros da Capital, foi reconstruído. Não no pé de ipê que antes suportava o ninho, mas ao lado. Não de forma natural, mas com todos os cuidados e características do antigo, como forma de atrair a ave símbolo do Pantanal.¹¹⁰

No período de 18 a 24 setembro, o 17.º Batalhão de Fronteira (17.º B Fron) realizou uma capacitação básica em combate aos incêndios florestais, com a finalidade de preparar militares para realizarem ações de prevenção e combate aos incêndios na região do Pantanal. A capacitação foi conduzida pela equipe da unidade formada pelo Ibama, habilitando os militares na correta aplicação das técnicas de prevenção e combate aos incêndios florestais. Além disso, aprenderam a prestar assistência inicial no atendimento às vítimas de acidentes, traumas, lesões ou enfermidades imprevistas, bem como manter os sinais vitais do paciente até a chegada de socorro especializado.¹¹¹

Militares da 18.ª Brigada de Infantaria de Fronteira e do 17.º Batalhão de Fronteira ajudaram a conter fogo que consumia uma área na estrada que dá acesso à região do Jacadigo, zona rural de Corumbá, [...] cerca de 30 militares do Exército participavam de um curso ministrado por instrutores do Ibama/Prevfogo, para darem apoio aos brigadistas no combate aos incêndios florestais, que desde março, vêm afetando Corumbá e consumindo áreas extensas no Pantanal de Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, onde hoje, a situação é mais crítica. [...] Durante o curso, os militares foram avisados de que um foco de incêndio de grande proporção tomava conta da

¹⁰⁷ Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/fogo-consome-o-pantanal-e-vidas/>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/meio-ambiente/satelite-da-nasa-capta-focos-de-queimadasno-pantanal/340059>. Acesso em: 10 out. 2020.

¹⁰⁹ Disponível em: http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F&_101_assetEntryId=12210402&_101_type=content&_101_groupId=8357041&_101_urlTitle=capacitacao-basica-em-combate-a-incendios-florestais&inheritRedirect=true. Acesso: 15 out. 2020.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/ninho-e-construido-para-acolher-tuiuiu-em-ponto-devastado-pelo-fogo>. Acesso em: 9 out. 2020.

¹¹¹ Disponível em: http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F&_101_assetEntryId=12210402&_101_type=content&_101_groupId=8357041&_101_urlTitle=capacitacao-basica-em-combate-a-incendios-florestais&inheritRedirect=true. Acesso: 15 out. 2020.

mata na área de instrução militar do 17.º Batalhão de Fronteira. Todos os participantes, junto dos brigadistas que estavam ministrando o curso, se deslocaram para a região e combateram o fogo.

Cerca de 30 homens enfrentaram as chamas durante 20 horas, ininterruptamente. O fogo se alastrou rapidamente devido a vegetação seca e a força do vento Sul em direção à morraria, formando rastros de destruição por mais de três quilômetros. As chamas se deslocaram para o outro lado do morro próximo à sede da reserva, em direção a um vale que se interliga à Serra do Amolar. A ação que exigiu esforço físico extremo dos bombeiros, brigadistas e voluntários faz parte da Operação Pantanal II, uma força-tarefa criada pelo Governo do Mato Grosso do Sul para combater, controlar e monitorar os focos de calor que ressurgiram na região, situada ao Norte de Corumbá e próxima à divisa do Estado com Mato Grosso.¹¹²

O estado do Mato Grosso do Sul decretou estado de emergência ambiental por causa das queimadas na região. A medida foi publicada em edição extra do Diário Oficial do Estado e é válida por 90 dias. Na publicação, o decreto do governador Reinaldo Azambuja leva em consideração que o fogo já atingiu todos os setenta e nove municípios do estado, assim como o aumento de atendimentos nos postos de saúde em decorrência de problemas respiratórios, e que a área atingida já ultrapassa de 1.450.000 hectares.

Abaixo, material jornalístico veiculado na *Folha do MS* sobre a ação dos militares do Corpo de Bombeiros, sob a coordenação do 6.º Distrito Naval:¹¹³

Militares do Corpo de Bombeiros realizaram o combate a um incêndio que atingiu a região do Canal do Tamengo, na fronteira de Corumbá com a Bolívia. De acordo com informações, na ação foram utilizadas duas aeronaves Tractor com capacidade para despejar até 2 mil litros de água, um helicóptero para locomoção e monitoramento além das equipes de militares e brigadistas por terra. A ação faz parte da Operação Pantanal II que está sendo realizada sob coordenação do 6.º Distrito Naval.

A seguir, destacamos a notícia veiculada no *Diário Corumbaense on-line*:

Militares do Corpo de Bombeiros de Corumbá realizaram na tarde desta quinta-feira, 1.º de outubro, um sobrevoo e também trabalho de combate a incêndios na Baía do Tamengo, localizada do outro lado da margem do Rio Paraguai. Boa parte da densa camada de fumaça que encobriu a cidade hoje, veio dessa área, conforme a corporação. Na ação, foram utilizadas aeronaves que estão empenhadas na força-tarefa que segue combatendo o fogo que segue devastando o Pantanal e áreas próximas do perímetro urbano.¹¹⁴

O trabalho voluntário para salvar a fauna pantaneira foi registrado pelo Diário Corumbaense, que também registrou o fato em sua matéria jornalística na versão on-line:

Sensibilizados com a situação dos animais no Pantanal de Corumbá, devido aos focos de queimadas que devastam grande parte da maior área alagada do planeta, 52 pessoas, entre voluntários e policiais militares ambientais, levaram quase 2 toneladas de alimentos até a Estrada Parque. A ação faz parte da operação “SOS Animais do Pantanal”, que teve início no domingo, 04 de outubro. Foram aproximadamente 40 km percorridos na Estrada Parque. Os voluntários deixaram tambores, que foram cortados, para servirem como base dos alimentos, tipo cocho, em 13 pontos estratégicos.¹¹⁵

¹¹² Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=120025>. Acesso em: 9 out. 2020.

¹¹³ Disponível em: <https://folhams.com.br/2020/10/02/com-uso-de-aeronaves-bombeiros-controlam-incendiona-fronteira-com-a-bolivia/>. Acesso em: 9 out. 2020.

¹¹⁴ Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=120139>. Acesso em: 9 out. 2020.

¹¹⁵ Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=120139>. Acesso em: 9 out. 2020.

Por fim, a união das equipes numa força-tarefa para o combate aos incêndios no Pantanal e no Cerrado foi noticiada na Folha do MS:¹¹⁶

Uma megaoperação, com emprego de mais de 400 homens e mulheres, dezenas de viaturas e barcos e seis aeronaves, está sendo desencadeada pelo Governo de Mato Grosso do Sul para o enfrentamento a reincidência dos incêndios florestais no Pantanal e no Cerrado. A Operação Estiagem 2020, que se desmembra em várias frentes de ação, passa a contar com 47 combatentes da Força Nacional e 21 bombeiros de Santa Catarina, os quais já se encontram no Estado. A força-tarefa conta ainda com bombeiros de MS e do PR, brigadistas do Ibama e ICMBio e fuzileiros navais da Marinha.

Diante do quadro crítico, desde o dia 25 de julho, as Forças Armadas passaram a atuar no combate aos incêndios do Pantanal. O Ministério da Defesa atendeu à solicitação recebida do governador de MS, decorrente do estado de emergência ambiental decretado. Para a execução das missões necessárias, o MD direcionou a coordenação para o 6.º Distrito Naval. Com isso, desde então, helicópteros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, além de brigadistas empenharam-se em contribuir para a estabilização da situação.¹¹⁷

Segundo o *site* do Ministério da Defesa, houve transporte de pessoal da equipe de combate a incêndio pelas aeronaves do EB em voos de reconhecimento, transporte de militares, brigadistas e lançamentos de água.¹¹⁸ As ações contaram com apoio de quase 400 profissionais, entre militares, brigadistas e civis, e com o emprego de outras cinco aeronaves MB e da FAB.

Ainda, destaca-se o apoio logístico prestado pelo 17.º B Fron por meio das embarcações da Organização Militar até a Serra do Amolar:

[...], o 17.º Batalhão de Fronteira iniciou a realização de apoio logístico às ações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e da Agência Nacional de Águas, transportando pessoal, viaturas e suprimentos da cidade de Corumbá até a Serra do Amolar, distante aproximadamente 220 km por via fluvial, a fim de combater os extensos incêndios que atingem essa remota região do Pantanal.¹¹⁹

Enfim, como contribuição para a sociedade corumbaense, ao apoio militar, incumbe colaborar com os meios necessários para a mitigação dos danos à saúde dos habitantes, com relevância aos problemas respiratórios, bem como cooperar para a preservação da fauna e da flora do Pantanal.

¹¹⁶ Disponível em: <https://folhams.com.br/2020/10/06/forca-tarefa-que-combate-incendios-florestais-no-ms-ereforcada-com-400-integrantes-e-aeronaves/>. Acesso em: 9 out. 2020.

¹¹⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/forcas-armadas-unem-esforcos-combombeiros-de-ms-e-mt-para-combate-a-incendio-no-pantanal>. Acesso em: 9 out. 2020.

¹¹⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/forcas-armadas-apoiam-o-combate-a-incendios-no-pantanal>. Acesso em: 9 out. 2020.

¹¹⁹ Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/id/12280253. Acesso em: 9 out. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas são as considerações finais de uma dissertação, cuja abordagem apresentou os benefícios para Corumbá relacionados à presença do 17.º B Fron, os resultados da pesquisa de opinião sobre o emprego do Batalhão para a segurança da fronteira Corumbá–Puerto Quijarro/BOL e os desafios nacionais atuais vivenciados nesta fronteira.

No passado, heróis desbravadores, portugueses e nativos, estabeleceram e defenderam a fronteira pantaneira contra os invasores vindos da região do Prata. A partir do Forte de Coimbra, forças militares nacionais buscaram repelir o avanço do inimigo externo, mais numeroso e bem preparado, vindo a utilizar, posteriormente, a cidade de Corumbá como local de apoio para a reorganização da tropa brasileira.

Nos dias atuais, em que pese a passagem do tempo, outros desafios permanecem presentes, tendo grande contribuição do Exército Brasileiro para a contenção das demandas em diversos setores. Isso é resultante da territorialidade militar desta fronteira, oriunda da influência dos militares desde a organização espacial da cidade, segundo relatou Mário Travassos (1935).

No contexto geopolítico da fronteira corumbaense, novas territorialidades demandam por se pensar novamente a relação espaço-poder. Algumas delas aparecem acima da escala do Estado, desafiando os fundamentos do poder nacional, como ocorre com a influência que o tráfico de drogas exerce nesse ponto do entorno estratégico brasileiro.

É conveniente frisar a expressão das diferentes culturas existentes nesta fronteira, fruto do fluxo imigratório. Em comemorações como do dia 7 de setembro, Independência do país, a população reverencia as Forças Armadas e o Brasil, evidenciando uma identidade da sociedade corumbaense, uma vez que ela é resultante da junção de diferentes territorialidades. Também corresponde à demonstração de força e de poder uníssonas, pois nesse evento popular, em comum acordo, o grande “grupo” de brasileiros mostra-se unido para os demais habitantes de outras nacionalidades.

Evidentemente o poder do Estado reside no contexto do território. Nesse diapasão, o núcleo urbano corumbaense é sede de novas instituições, com transição de bens e de informações, dando espaço à parcela da força de trabalho afastada das atividades do campo pelo desenvolvimento das máquinas agrícolas, facilitando o acesso à faixa de pobreza.

Dentre os desafios atuais, é pertinente citar a pandemia mundial da Covid-19, que passa das 160.000 vítimas fatais no território nacional; e os incêndios criminosos na região pantaneira, com irreparável prejuízo ao bioma, especialmente no que se relaciona ao sofrimento gerado para os animais, que tornam tão peculiar a fantástica natureza local.

Outro desafio fronteiriço refere-se ao controle da porosidade terrestre existente diante das atuações das organizações criminosas. Por caminhos desafiados, para burlar as autoridades fiscalizadoras, ocorre o fornecimento de mercadorias ilegais à contínua demanda de traficantes e de indivíduos viciados, promovendo o desenvolvimento da economia do crime internacional com o trânsito de drogas e de outros contrabandos.

Ainda, ressalta-se o desafio atual da fronteira, cada vez mais inexistente entre a exclusão social e a sobrevivência diária, frente à crise moral e à carência de alguns valores familiares na transição da adolescência para a vida adulta do jovem. Assim, não conseguem buscar a qualificação profissional necessária, ficando para trás na corrida competitiva do mercado de trabalho, transformando-se desde cedo em prováveis candidatos a trabalharem em atividades informais.

Nesse ínterim, Corumbá vivencia problemas de qualquer grande cidade, como diversificação de profissões aliado ao desemprego, concentração de renda, contraste notório entre classes sociais, fatos constatados por meio do questionário aplicado. Ainda, no município com mais de 110.000 habitantes, segundo o IBGE, as condições sociais na fronteira podem sofrer ações do consumismo, da ganância e da ambição pelas facilidades ofertadas na vida delituosa, apresentando-se com o crime organizado diante da imaturidade dos jovens em entender que não há outra forma de evoluir como cidadão que não seja por meio do estudo e do trabalho honesto.

Em síntese, este trabalho teve como objetivo verificar os impactos socioespaciais da presença do 17.º Batalhão de Fronteira para a sociedade de Corumbá. Durante o 1.º semestre de 2020, foi verificada a importância do Batalhão segundo a opinião dos cidadãos brasileiros, por meio de pesquisa de campo, aplicada de acordo com as restrições impostas pelos critérios de não propagação da Covid-19. Com efeito, de caráter informativo, a proposta de ação foi marcada pela entrega de panfleto educativo, abordando alguns dos possíveis ilícitos que ocorrem nesta fronteira, o que possibilitou discussões construtivas pertinentes ao tema e aos ensinamentos, junto aos cidadãos que preencheram o questionário aplicado.

Dos resultados gerados, tabulados e apresentados, constantes no desenvolvimento da dissertação, observa-se a relevância do 17.º B Fron para a Cidade Branca, o que será caracterizado por meio de análise multiescalar crescente.

Quanto ao caso municipal, pela inserção dos jovens da sociedade no mercado de trabalho e pela movimentação econômica, fruto dos vencimentos salariais dos militares, verifica-se que a Organização Militar contribui também para a qualificação profissional do cidadão, em que há destaque para os benefícios sociais decorrentes do ensino profissionalizante do Projeto Soldado Cidadão, enquanto militar da ativa. Ressalta-se que o Batalhão apoia, quando necessário, o efetivo da Guarda Municipal em atividades atinentes à segurança local. Ainda, o aparato moral ofertado pela instituição militar, por meio dos valores ensinados no cotidiano, com base na hierarquia e na disciplina, fortalecem o caráter do jovem cidadão,

colaborando para que ele paute sua conduta com correção de atitudes e de responsabilidade. A presença do efetivo de militares do 17.º B Fron em Corumbá gera emprego e oportunidades aos jovens da região, cujo legado melhora a qualificação da mão de obra local.

Na esfera estadual, o Exército Brasileiro coopera com instituições como o Tribunal Regional Eleitoral e a Vigilância Sanitária, em ações de recadastramento biométrico e na garantia de votação e de apuração em períodos eleitorais, além dos combates aos focos de dengue, o que consta no levantamento da pesquisa. Além disso, no contexto das Operações Militares fiscalizatórias da faixa de fronteira, como Cadeado, Ágata ou, ainda, quando requisitado, como por exemplo na greve dos caminhoneiros de 2018, o 17.º B Fron atua em proveito dos Órgãos de Segurança Pública estaduais. Estes são representados em Corumbá pelo 6.º Batalhão de Polícia Militar, 3.º Grupamento de Corpo de Bombeiros, 3.º Pelotão da 2.ª Companhia do 15.º Batalhão de Polícia Militar Ambiental e 3.º Pelotão da 1.ª Companhia do 14.º Batalhão de Polícia Militar Rodoviário.

No âmbito federal, com ênfase nos incêndios do Pantanal, além da Operação Covid-19, o Batalhão atuou conjuntamente com instituições federais, tais como: Receita Federal, Marinha do Brasil, Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional. Foram realizadas ações de descontaminação e de controle de acesso ao entorno fronteiriço, pelas trilhas secundárias e clandestinas, bem como no tráfego de veículos por estradas, tudo a fim de conter o avanço de ilícitos. No que se refere ao combate dos incêndios, o 17.º B Fron capacitou os seus militares para atividades de apoio aos órgãos engajados. Em suas instalações, permaneceram alojadas equipes de outros estados. Além disso, com embarcações pertencentes à Organização Militar, foram deslocados voluntários por via fluvial até as regiões mais críticas dos incêndios.

Constata-se que, embora não seja missão das FFAA, as tropas militares executam trabalhos de responsabilidade das forças auxiliares, do tipo polícia, o que é atestado com a confirmação da amostragem que respondeu ao questionário aplicado e, na prática, pela execução da Operação Covid-19, planejada desde os altos escalões governamentais, comprometendo mutuamente os Ministérios da Defesa e Justiça.

Verifica-se que, no contexto militar sul-americano, não há inimigos declarados explicitamente ou disputas que demandem o emprego de Forças Armadas de nações beligerantes. Existe, de forma incontestada, a atuação de organizações criminosas de cunho internacional, notoriamente forças adversas compostas por narcotraficantes, traficantes de armas e de pessoas.

Observa-se que um risco à soberania nacional, dentre outros, é interno, sendo muito bem ilustrado pelos incêndios criminosos contra o Pantanal, pois o fogo iniciou em território brasileiro. Segundo Becker (2007), “o ar, a água, as florestas têm valor de existência como estoque de vida e condição de bem-estar”, o que ratifica a ecologia como parâmetro geopolítico, a saber pela repercussão mundial dos incêndios da região amazônica e, principalmente, no Pantanal. Desse modo, “na medida em que todos os Estados têm

hoje problemas, a competição se acirra, e a ecologia é também utilizada pelos interesses dominantes atribuindo-lhe um papel na geopolítica mundial” (BECKER, 2007, p. 294).

Outrossim, a inexistência de relação estável com o mercado de trabalho aliado ao pequeno poder de barganha dos jovens trabalhadores, prematuramente, elevam o nível de incidência de crises sociais profundas na vida das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Conclui-se que o serviço militar é uma solução adequada para esses jovens, ainda que existam oportunidades nas fortes atividades locais de mineração e de pecuária. Ademais, o 17.º B Fron fortalece a circulação econômica local, além de outras contribuições percorridas às três diferentes esferas supracitadas, o que é fundamental para o bem comum da sociedade corumbaense, consolidando sua importância socioespacial.

Conclui-se, ainda, que a fronteira é uma área política, social e econômica em que não há vazios de poder, pois o território é delimitado a partir de relações dos diferentes poderes. Em *A Arte da Guerra*, Sun Tzu (s/d) cita que a conformação do território é de grande importância nas batalhas.

Mesmo que não estruturada, a fronteira é potencializadora de novas realidades no tempo e no espaço, ampliando interesses variados, o que requer aparato militar adequado para a Defesa da soberania nacional e Forças Auxiliares para a garantia da lei e da ordem em benefício da segurança pública.

Estas foram lições extraídas deste trabalho, em que almejou-se apresentar uma interpretação situacional sobre Corumbá e os militares, em especial do Exército e, principalmente, do seu Batalhão. Além disso, espera-se que ele sirva como referência ao programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços da UFMS por tratar dos fatos emergentes da atualidade pantaneira, como alguns crimes transfronteiriços, a pandemia e os incêndios.

Finalmente, ratifica-se a relevância da atuação do 17.º B Fron para a segurança local, com o emprego conjunto de militares e de forças auxiliares. Ademais, como devolutiva à sociedade corumbaense, após o licenciamento das fileiras do Exército, os seus filhos, sobrinhos e netos são entregues mais capacitados e qualificados para o mercado de trabalho, beneficiando o futuro do progresso regional.

REFERÊNCIAS

- Arruda JJA, Piletti N (2003). *Toda a História*. História Geral e do Brasil. 12.ª ed. São Paulo: Ática.
- Becker BK (2007). A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: Castro IE, Gomes PCC, Corrêa RL (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, 10.ª ed., Bertrand Brasil, p. 271-307.
- Bergo MTB (2006). *Operações multinacionais: condicionantes para a participação brasileira e reflexos para o país (Enfoque: Logística)*. Coleção Meira Mattos n.º 12 (2.º quadrimestre). Rio de Janeiro: Eceme.
- Bonfim UC (2005). *Geopolítica*. Rio de Janeiro: Eceme.
- BRASIL (1979). *Lei n.º 6.634, de 2 de maio de 1979*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm. Acesso em 10 mar. 2020.
- BRASIL (2006a). *Manual Básico da ESG*. v. I – Elementos doutrinários. Rio de Janeiro: ESG.
- BRASIL (2006b). *Manual Básico da ESG*. v. II – Assuntos específicos. Rio de Janeiro: ESG.
- BRASIL (2012). Ministério da Defesa. *LBDN*. Brasília: Ministério da Defesa.
- BRASIL (2014). Ministério da Defesa. *Manual de Fundamentos do EB – Operações*. 4.ª ed. Brasília: EB.
- BRASIL (2019). *Fundamentos do Poder Nacional*. Rio de Janeiro: ESG.
- Campos DL (2011). *Globalização e fronteira: um estudo de caso sobre a brasbol em Corumbá, MS*. 58 folhas. Dissertação de Mestrado – UFMS, Corumbá-MS, 2011.
- Canepa B (2012). Guerra ao Terror. Atualidades (Vestibular + ENEM121). *Guia do Estudante 2012*. São Paulo: Abril.
- Carcian E (2015). A vila de Corumbá e a Guerra Grande: algumas reflexões. *História, Debates e Tendências*, 15(2): 398-410.
- Carvalho JM (2002). *Cidadania no Brasil*. O longo Caminho. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CEEEX122 (2007). *Conflitos na América do Sul: consequências para o EB/ 2022*. Coleção Meira Mattos n.º 16 (3.º quadrimestre). Rio de Janeiro: Eceme.
- CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA ECEME (2008). *Integração da América do Sul*. Coleção Meira Mattos n.º 17 (1.º quadrimestre). Rio de Janeiro: Eceme.
- Cortês GLC (2008). *As Forças Armadas e a Segurança Pública*. Coleção Meira Mattos n.º 17 (1.º quadrimestre). Rio de Janeiro: Eceme.
- Delvizio JBU (2004). *Patrimônio Arquitetônico de Corumbá: um olhar sobre a arquitetura moderna na perspectiva da memória e desenvolvimento local*. 97 folhas. Dissertação de mestrado – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

- Esselin PMA (2000). *Gênese de Corumbá: Confluência das Frentes Espanhola e Portuguesa em Mato Grosso (1536–1778)*. Campo Grande-MS: Ed. UFMS.
- Faria DP (2015). *Introdução à história militar brasileira*. Resende: AMAN123.
- Figueiredo SM (2017). *Operação Ágata: o poder de polícia das Forças Armadas*. 99 folhas. Dissertação de Mestrado – UFMS, Corumbá-MS.
- Fonseca JS (1880). *Viagem ao redor do Brasil: 1875-1878*. v. 1. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C.
- Freitas EP (2013). *Território, poder e biocombustíveis: as ações do Estado brasileiro no processo de regulação territorial para a produção de recursos energéticos alternativos*. 501 folhas. Tese de doutorado – USP, São Paulo.
- Freitas EP (2015). Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918). *Revista GeoPantanal*, 10(18): 243-247.
- Freitas EP (2017). *Corumbá (MS) e as metamorfoses nas políticas brasileiras de ordenamento territorial e seus impactos na região de fronteira Brasil-Bolívia*. Disponível em: <http://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/1659>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- Godoy TS (2016). *A multiculturalidade na escola de fronteira*. 114 folhas. Dissertação de mestrado – UFMS, Corumbá.
- Koshiba L, Ferreira DMF (1996). *História do Brasil*. 7.ª ed. São Paulo: Atual.
- Leite F (1978). *Corumbá – história e turística – 1778/ 1978*. Corumbá.
- Maia RCD (2020). *Ocupação e desenvolvimento econômico na cidade de Corumbá-MS: uma perspectiva dos imigrantes palestinos da fronteira Brasil-Bolívia*. 63 folhas. Dissertação de mestrado – UFMS, Corumbá.
- Maranho MVMT (2014). *A Marinha do Brasil e a presença de seus militares na fronteira oeste do Brasil: o caso de Ladário, MS*. 102 folhas. Dissertação de Mestrado. UFMS. Corumbá.
- Nasser RM, Moraes RF (2014). *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília: Ipea.
- Novais SNS (2004). *Ruínas e Xerez: marco histórico do colapso do projeto colonial castelhano em Mato Grosso (1593-1632)*. 206 folhas. Dissertação de Mestrado – UFMS, Dourados.
- Odorissi D (2012). A China sobe para segundo. Atualidades (Vestibular + ENEM). *Guia do Estudante 2012*. São Paulo: Abril.
- Oliveira JC, Mariani M, Oliveira MAM (2017). Migrantes em rede na fronteira: o caso de comerciantes bolivianas em Corumbá, MS, Brasil. *Revista GeoPantanal*, UFMS/AGB, Corumbá-MS, 233-246.
- Oliveira MA (2009). M. Imigrantes e as Fronteiras: armadilhas interpretativas. In: Costa EA, Oliveira MAM (org.). *Seminário de Estudos Fronteiriços*. Campo Grande, Editora da UFMS, 79-88.

- Oliveira MAM (2004). Imigrantes em Região de Fronteira: uma condição infernal. In: Oliveira MAM (org.). *Guerras e Imigrações*. Campo Grande, Editora da UFMS, 189-203.
- Oliveira TCM (2005). *Território sem limite*. Campo Grande: Ed UFMS.
- Oliveira TCM (2009). Os elos da integração: o exemplo da fronteira Brasil–Bolívia. In: Costa EA, Oliveira MAM (org.). *Seminário de Estudos Fronteiriços*. Campo Grande, Editora da UFMS, 25-44.
- Raffestin C (2005). A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. Trad. Cleonice Alexandre le Boulegar e Renato Luiz Sproesser. In: Oliveira TCM (org.). *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: UFMS, 9-15.
- Santoro M (2006). *Sociedade brasileira, opinião pública e operações multinacionais*. Coleção Meira Mattos n.º 12 (2.º quadrimestre). Rio de Janeiro: Eceme.
- Santos M (1994). *Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnico científico- informacional*. São Paulo.
- Sena DM (2010). *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*. 202 folhas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados.
- Sena DM (2012). O cotidiano de estrangeiros num lugar cosmopolita: Corumbá, 1870-1888. *Saculum-Revista de História*. João Pessoa, 27: 77-93.
- Skidmore TE (1998). *Uma História do Brasil*. 4.ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Souza JC (2008). *Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872–1918)*. São Paulo: Alameda.
- Steiman R (2002). *A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PPGG/ UFRJ.
- Sun T (s/d). *A arte da guerra*. Mira-Sintra, Publicações Europa–América.
- Terra L, Araújo R, Guimarães RB (2013). *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil 1, 2 e 3. Espaço e sociedade*. 2.ª Edição. São Paulo: Moderna.
- Travassos M (1935). *Projeção continental do Brasil*. 3.ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Valle DS (2010). Eficiência, eficácia e efetividade do grupo especial de segurança de fronteira (GEFRON), no período de 2003 a 2007. *RHM*, 1(5).
- Venturoli T (2018). Da greve ao caos. Atualidades (Vestibular + ENEM). *Guia do Estudante do 2.º Semestre de 2018*, São Paulo: Abril.
- Zocchi P (2012). Ecos da crise. Atualidades (Vestibular + ENEM). *Guia do Estudante 2012*. São Paulo: Abril.

ÍNDICE REMISSIVO

17.º B Fron, 6, 8, 9, 11, 12, 16, 17, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 45, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83

A

armadas, 9, 12, 19, 21, 27, 29, 35, 37, 47, 57, 60, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 79, 80, 82, 84, 85
atualidade, 17, 22, 23, 27, 83
auxiliares, 8, 11, 16, 59, 67, 69, 70, 82, 83

B

batalhão, 8, 9, 11, 12, 16, 17, 18, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 38, 51, 52, 54, 57, 61, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 80, 81, 82, 83
benefícios, 8, 12, 16, 28, 35, 58, 59, 80, 81
Bolívia, 9, 12, 13, 15, 19, 24, 28, 45, 56, 59, 65, 70, 74, 75, 78, 85, 86
brasileiro, 9, 12, 24, 25, 58, 65, 70, 71, 73, 79, 80, 82

C

cidadãos, 8, 12, 16, 21, 29, 31, 39, 43, 44, 45, 49, 58, 65, 69, 71, 81
Cidade Branca, 8, 12, 16, 20, 25, 27, 35, 36, 43, 58, 81
combate, 8, 11, 17, 28, 44, 54, 55, 56, 60, 67, 73, 75, 77, 78, 79, 82
conjunto, 8, 11, 21, 24, 27, 58, 65, 66, 67, 72, 83
cooperação, 6, 8, 11, 15, 51, 65, 68, 69, 75
Corumbá, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 47, 49, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86
corumbaense, 6, 8, 12, 16, 17, 56, 58, 59, 65, 67, 79, 80, 83
Covid-19, 6, 8, 9, 11, 16, 17, 38, 55, 56, 64, 66, 67, 72, 73, 74, 80, 81, 82
crimes, 8, 11, 38, 42, 47, 56, 70, 71, 83

D

defesa, 12, 26, 27, 47, 51, 52, 57, 59, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 79
desafios, 6, 8, 12, 17, 23, 64, 66, 67, 80

E

economia, 8, 14, 16, 26, 29, 35, 46, 58, 59, 81
emprego, 8, 11, 12, 16, 21, 27, 28, 29, 31, 38, 39, 44, 45, 56, 57, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 72, 73, 79, 80, 82, 83
especialização, 8, 36
exército, 8, 9, 12, 15, 16, 23, 24, 25, 29, 47, 52, 58, 59, 62, 64, 65, 67, 70, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 82, 83

F

força, 8, 16, 19, 65, 68, 73, 74, 79, 82
forças, 9, 12, 17, 19, 21, 27, 29, 35, 37, 47, 57, 60, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 79, 80, 82, 83, 84, 85
fronteira, 6, 8, 11, 12, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 35, 38, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 55, 56, 58, 59, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

I

incêndios, 8, 11, 17, 47, 54, 64, 67, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83

J

jovens, 8, 16, 28, 29, 30, 37, 62, 64, 81, 83

M

Mato Grosso do Sul, 8, 10, 15, 21, 28, 59, 69, 70, 72, 73, 75, 77, 78, 79
militares, 8, 11, 12, 14, 15, 16, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 45, 51, 52, 54, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85

N

nacionais, 8, 12, 17, 25, 56, 65, 66, 67, 80

O

oportunidades, 8, 28, 29, 82, 83

P

pandemia, 6, 8, 11, 16, 17, 38, 56, 66, 67, 72, 80,
83

Pantanal, 3, 6, 8, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23,
26, 30, 36, 37, 38, 43, 47, 54, 56, 57, 64, 65,
67, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82

Projeto Soldado-Cidadão, 11, 35, 36, 62, 63

Puerto Quijarro, 8, 12, 17, 18, 19, 23, 27, 44, 49,
50, 65, 75, 80

R

recrutas, 8, 29, 30, 31

S

sociedade, 6, 8, 12, 16, 17, 18, 21, 31, 37, 38, 39,
44, 56, 58, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 71, 79, 80,
81, 83, 86

socioespaciais, 8, 12, 16, 18, 29, 81

T

terrestre, 8, 71, 73, 74

territorialidade, 8, 12, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 26,
27, 52, 56, 66, 80

 **Eduardo Freitas Gorga**



É oficial superior do Exército, com experiência e vivência profissional na faixa de fronteira brasileira. Bacharel em ciências militares, pela Academia Militar das Agulhas Negras, e mestre em estudos fronteiriços, pela Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Foi integrante do 17º Batalhão de Fronteira, em Corumbá-MS, entre janeiro de 2017 e dezembro de 2020.

Contato: efg983@gmail.com.

ISBN 978-658831936-9



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br